

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

CENTRO DE ARTES

LEONARDO VALBÃO VENANCIO

**DO VÍRUS DIGITAL AO VÍRUS REAL:  
PANDEMIA, HIPER-HIBRIDIZAÇÃO DA VIDA E O BINÔMIO CASA-CIDADE**

VITÓRIA

2023

LEONARDO VALBÃO VENANCIO

**DO VÍRUS DIGITAL AO VÍRUS REAL:  
PANDEMIA, HIPER-HIBRIDIZAÇÃO DA VIDA E O BINÔMIO CASA-CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Massara Rocha

VITÓRIA

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail do autor: leovalbao@gmail.com

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

V448v Venancio, Leonardo Valbão, 1996-  
Do Vírus Digital ao Vírus Real : Pandemia, Hiper-Hibridização da Vida e o Binômio Casa-Cidade / Leonardo Valbão Venancio. - 2023.  
169 f. : il.

Orientador: Bruno Massara Rocha.  
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Pandemia. 2. Binômio Casa-Cidade. 3. Presença. 4. Ambiência. 5. Hiper-Hibridização. 6. Propagação Digital. I. Rocha, Bruno Massara. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

---

LEONARDO VALBÃO VENANCIO

“DO VÍRUS DIGITAL AO VÍRUS REAL: PANDEMIA, HIPER-  
HIBRIDIZAÇÃO DA VIDA E O BINÔMIO CASA-CIDADE”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito  
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em  
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 03 de março de 2023.

Comissão Examinadora

---

Prof. Dr. Bruno Massara Rocha  
(orientador – PPGAU/UFES)

---

Profa. Dra. Marcela Alves de Almeida  
(membro interno – PPGAU/UFES)

---

Prof. Dr. Mateus de Sousa Van Stralen  
(membro externo – UFMG)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
BRUNO MASSARA ROCHA - SIAPE 1568021  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/CAr  
Em 03/03/2023 às 14:19

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/661533?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
MARCELA ALVES DE ALMEIDA - SIAPE 2632446  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR  
Em 03/03/2023 às 15:12

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/661607?tipoArquivo=O>

Conhecidos. Desconhecidos. São milhares. São muitos. Não são só números. São vidas. Vidas que dividiam paredes. Vidas que não tinham paredes. Vidas que dividiam cidade. A todas elas, dedico este trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Mais uma vez agradeço à Universidade Federal do Espírito Santo por também me acolher nesta etapa. Me graduar e buscar uma especialização nesta instituição só reforça o quanto acredito no que fazemos aqui. Agradeço em especial ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, que tanto apoiou, incentivou e acreditou nos meus trabalhos. Apesar de enfrentarmos juntos uma pandemia e o desmonte da ciência, continuamos resistindo aos nossos ideais.

Aos mestres, muito obrigado pelo ensinamento sem limites. Obrigado principalmente ao meu professor orientador Dr. Bruno Massara Rocha: juntos temos trilhado jornadas de muito aprendizado e parceria. Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) pelo apoio financeiro concedido por meio do PROCAP. Por fim, meu muito obrigado aos familiares, amigos, colegas e todos que tiveram uma participação especial nestes últimos dois anos.

## **RESUMO**

O ano de 2020 foi marcado, em escala global, por uma grave crise sanitária, humanitária e econômica devido à nova classe de doença respiratória viral causada pelo Covid-19 (SARS-CoV-2). Constatou-se uma ruptura repentina da realidade cotidiana em diferentes níveis e um rearranjo forçado das relações humanas. O cerne das reflexões apresentadas gira em torno das tensões geradas no ambiente arquitetônico, notadamente no binômio casa-cidade. O olhar sobre este problema será analisado sob a ótica dos processos de territorialização, considerando que, com a pandemia, a cidade é o ambiente que se desterritorializa e a casa objeto de abrupta reterritorialização. Sob o processo de territorialização, será destacado também o processo de improvisação, centrado na materialidade e na ação, que reforçou na pandemia as disparidades socioeconômicas, habitacionais e urbanísticas brasileiras. Importante salientar a agressiva inserção dos meios digitais como mediadores da realidade, uma temática central do debate no decorrer do trabalho, que através da hiper-hibridização real/virtual da vida influenciam na experiência e na percepção da arquitetura e do urbanismo, temas trabalhados sobre a produção de presença e a produção de ambiência. O papel desta pesquisa tem em seu cerne registrar e refletir como a pandemia se tornou um ponto culminante de modificação da sociedade contemporânea, e que baseados na presença e onipresença tecnológica impactam na produção do binômio casa-cidade na atualidade. Condicionados à propagação digital que saiu da casa em direção à cidade após a quarentena (vigilância constante e naturalizada e metaverso, por exemplo), visa-se por fim debater sobre as amarras biocapitalistas e biopolíticas que a pandemia reforçou.

**Palavras-chave:** Pandemia; Binômio Casa-Cidade; Presença; Ambiência; Propagação Digital.

## **ABSTRACT**

The 2020's was marked, on a global scale, by a serious health, humanitarian and economic crisis due to the new class of viral respiratory disease caused by Covid-19 (SARS-CoV-2). There is a sudden disruption of everyday reality at different levels and a forced rearrangement of human relationships. The center of the reflections presented revolves around the tensions generated in the architectural environment, notably in the house-city binomial. This problem will be analyzed from the perspective of territorialization processes, considering that, with the pandemic, the city is the environment that is deterritorialized and the house the space of abrupt reterritorialization. Under the territorialization process, the improvisation process will also be highlighted, centered on materiality and action, which reinforced Brazilian socioeconomic, housing and urban disparities during the pandemic. It is important to emphasize the aggressive insertion of digital media as mediators of reality, a central theme of the debate throughout the work, which through the real/virtual hyper-hybridization of life influence the experience and perception of architecture and urbanism, themes worked on the production of presence and production of ambience in the house-city binomial. The role of this research has at its core recording and reflecting on how the pandemic has become a culmination of change in contemporary society, and which, based on the presence and omnipresence of technology, impact on the production of the home-city binomial today. Conditioned to the digital propagation that left the house towards the city after the quarantine (constant and naturalized surveillance and metaverse, for example), the aim is finally to discuss the biocapitalist and biopolitical ties that the pandemic has reinforced.

**Keywords:** Pandemic; House-City Binomial; Presence; Ambience; Digital Propagation.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Diagrama dicotômico - Binômio Casa-Cidade

**Figura 2:** Diagrama do ritornelo no território, cadenciado pela desterritorialização-reterritorialização.

**Figura 3:** Subdivisão e correlação dos processos de entronização.

**Figura 4:** Processo de Entronização Exilar.

**Figura 5:** Esquematização dos processos debatidos no binômio casa-cidade.

**Figura 6:** Arte de Lucas Albani.

**Figura 7:** Exemplo de *genkan* japonês.

**Figura 8:** A realidade do *home office* na pandemia.

**Figura 9:** Faixas com dizeres para orientar as pessoas como proceder na pandemia do Covid-19 em diferentes favelas brasileiras.

**Figura 10:** Corte de *Riemann* representado por Tolva (1996).

**Figura 11:** Redesenhando o Corte de *Riemann*.

**Figura 12:** Taxa de mortalidade padronizada por 100.000 habitantes no Brasil até dezembro de 2021.

**Figura 13:** As sete camadas do Metaverso.

**Figura 14:** Reunião do *Microsoft Teams* no *Horizon Workrooms*, plataforma de realidade virtual da Meta.

**Figura 15:** Simulação de compras em mercado através de VR da empresa *Walmart*.

## **LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS**

**Gráfico 1:** Usuários de internet no Brasil de 2015 a 2020.

**Gráfico 2:** Número de casos e óbitos no Brasil entre fevereiro de 2020 e janeiro de 2022.

**Tabela 1:** Pessoas ocupadas exercendo atividade de maneira remota.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**Tabela 2:** Pessoas em trabalho remoto segmentadas por setores.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**Tabela 3:** Taxas de desocupação (desemprego) em médias anuais.

## **LISTA DE SIGLAS**

Abrasel - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes

Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AR - Realidade Aumentada

CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

FIA - Fundação Instituto de Administração

ESPII - Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

ESPIN - Emergência em Saúde Pública de importância Nacional

EUA - Estados Unidos da América

Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz

IA - Inteligência Artificial

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MR - Realidade Mista

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

OPAS - Organização Pan-americana de Saúde

PCDAS - Plataforma de Ciência de Dados Aplicada à Saúde

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19

SBVC - Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

VR - Realidade Virtual

XR - Realidade Estendida ou Realidade Cruzada

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<b>1 DA CIDADE PARA A CASA: TEMPOS PANDÊMICOS NO BINÔMIO CASA-CIDADE .....</b>	<b>20</b>
1.1 SITUAÇÕES EMERGENCIAIS: DEFRONTE AO ACASO E A DESORDEM .....	21
1.2 O COVID-19 E O TERRITÓRIO URBANO .....	28
1.3 PROCESSO DE ENTRONIZAÇÃO: EM DIREÇÃO AO <i>BUNKER</i> .....	39
1.4 INTERIORIZAÇÃO DA VIDA PÚBLICA: CAMINHO PARA UMA VIDA ENTRE TELAS.....	45
<b>2 EM CASA: A PRODUÇÃO DE PRESENÇA E AMBIÊNCIA NO ESPAÇO IMPROVISADO.....</b>	<b>54</b>
2.1 CASA ASSÍNCRONA: A IMPROVISAÇÃO MATERIAL DO ESPAÇO DOMÉSTICO.....	55
2.2 AS CASAS PRECÁRIAS E OS SEM CASA: IMPROVISO CENTRADO NA AÇÃO .....	64
2.3 A PRODUÇÃO DE PRESENÇA NO AMBIENTE DOMÉSTICO.....	72
2.4 A PRODUÇÃO DE AMBIÊNCIA NO EXÍLIO .....	80
<b>3 EM CASA: O HIPER-HIBRIDISMO DO ESPAÇO DOMÉSTICO.....</b>	<b>85</b>
3.1 PARA ALÉM DO HIBRIDISMO .....	86
3.2 CASA SÍNCRONA – A CASA VIRTUALIZADA E SEU SENTIDO DE <i>TRANSHABITAÇÃO</i> .....	92
3.3 A INFLUÊNCIA DA DIGITALIDADE NA PRODUÇÃO DE PRESENÇA E AMBIÊNCIA.....	101
<b>4 DA CASA PARA A CIDADE: A VOLTA PARA O ESPAÇO URBANO E OS REFLEXOS DA PROPAGAÇÃO DIGITAL NA PANDEMIA .....</b>	<b>108</b>
4.1 PARADOXOS, DISSONÂNCIAS E COLAPSOS: A VOLTA PARA A CIDADE E O PERCURSO ATÉ 2022.....	109
4.2 A REFORMULAÇÃO CAPITALISTA ATRAVÉS DA DIGITALIDADE E A CONCEPÇÃO BIOCAPITALISTA .....	120
4.3 A PANDEMIA E O REFLEXO NA PRODUÇÃO TECNODIGITAL: VIGILÂNCIA E METAVERSO.....	126
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>148</b>

## INTRODUÇÃO

Durante o final da década de 1990 e no início dos anos 2000, os vírus digitais decorrentes da internet tomaram conta dos computadores. Com *downloads* perigosos e riscos que se instalavam nos dispositivos, baixavam-se os antivírus para fazer as varreduras e se livrar das ameaças. Em 2020 os vírus saíram das telas e passaram a ser uma realidade infiltrada no cotidiano das pessoas: do vírus digital ao vírus real, o **Covid-19** não foi fácil de ser combatido. O papel desta pesquisa tem em seu cerne **registrar e refletir** como a **pandemia** se tornou um ponto culminante de modificação paradigmática na sociedade contemporânea, e que baseados na **presença e onipresença tecnológica** impactam na produção do **binômio casa-cidade** na atualidade. Os apontamentos propostos visam esclarecer uma série de processos, responder variadas perguntas, mas também abrir novos questionamentos – esta é a importância da academia.

“Triste fato de que precisamos de uma catástrofe para que possamos repensar as características básicas da sociedade em que nos encontramos, ao vivo” (ŽIŽEK, 2020, p. 24). O ano de 2020 foi marcado em escala global por uma grave crise sanitária, humanitária e econômica devido à nova classe de doença respiratória viral causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), o Covid-19. Dezenove, pois no dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada que na cidade de Wuhan, província de Hubei (China) ocorreram vários casos de pneumonia (OLIVEIRA E DOS SANTOS, 2021, p. 29; MESQUITA et al., 2021, p. 2).

Após uma semana, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus não identificado antes em seres humanos (sendo esse, o sétimo tipo). No dia 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou a doença como um novo surto, constituindo uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional (2007). Uma doença silenciosa e voraz que no dia 11 de março de 2020, foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (OPAS, 2020, p. 1). Quando a situação passou a ser de calamidade global, os principais órgãos da área da saúde determinaram que o **distanciamento social** e a **quarentena** eram as medidas mais eficazes de proteção.

Consequentemente, o fato tensionou as relações do binômio casa-cidade. A dicotomia estreita da casa e da cidade, abarcadas pela arquitetura e pelo urbanismo, possuem aporte no território. A adoção da concepção de território é vista nesta pesquisa sob uma ótica menos ligada aos limites político-administrativos, mas sob a **existencialidade** condicionada ao espaço, mediada por algum tipo de delimitador e caracterizador físico (GUMBRECHT, 2010, p. 35). As relações sociais e cotidianas humanas para com o território movimentam naturalmente um processo de desterritorialização-reterritorialização entre a casa e a cidade, ou seja, da

perda do sentido de território e na busca de retorno ao referencial deste. Um não existe sem o outro, ao qual o processo se torna um veículo agenciador da vida e da existencialidade no espaço (ZOURABICHVILI, 2004, p. 50-51).

Com a pandemia, a cadência de desterritorialização-reterritorialização fez com que a cidade, que assume um papel regulador na dicotomia, fosse vetada no seu uso mais intrínseco de movimentação a partir da implantação das ações sanitárias de combate ao coronavírus. O fato induziu as pessoas a entrarem e se fecharem dentro de suas casas, ressaltando o processo urbano de **entronização** - ação de entrar e isolar do meio externo - e conseqüentemente **interiorizou a vida pública** dentro do espaço privado (LINDÓN, 2006, p. 19). No rompimento do ciclo de territorialização na casa-cidade, o Covid-19 gerou uma desterritorialização forçada e abrupta (HAESBAERT, 2010, p. 130) e baseados na impossibilidade de contato e sociabilidade, as pessoas buscaram dentro do espaço doméstico uma reterritorialização adequada à realidade imposta.

Em busca de restabelecer o referencial territorial em meio ao caos e apoiados na cultura do medo, houve um movimento em massa das pessoas em direção ao **ciberespaço**, buscando-se no meio digital sucessivas tentativas de territorialização (*home office, lives, meets, broadcast, podcast, games, drives, delivery*, etc). O que deveria ser uma reterritorialização correlata a uma desterritorialização, começou-se um movimento de reterritorialização sobre a própria desterritorialização (ZOURABICHVILI, 2004, p. 23-24). Posteriormente os efeitos desencadearam no esgotamento, cansaço, ansiedade, *zoom fatigue, digital overload*, entre outros (SCHMITT, BREUER e WULF, 2021, p.2).

Mas as conseqüências não giram em torno apenas das questões cognitivas. A situação-problema caótica do coronavírus desordenou a experiência e a percepção da casa e da cidade, ao quais as pessoas se

apoiaram totalmente no ciberespaço como um refúgio espacial para atender muitas das necessidades sociais (compartilhadas e individuais) que haviam de ser supridas naquele momento. Partindo dessa premissa, o problema da pesquisa é que uma vida atrelada à vivência digital também reflete na materialização do espaço e, principalmente, vem condicionando novas amarras capitalistas que se materializam em forma de território. Os fatos reforçam as forças hegemônicas de controle, seja no espaço público quanto no privado, aumentam as diferenças sociais e manipulam a forma de pensar as cidades do futuro, irrompendo sob veios mercantilistas.

Há indícios de que a produtividade tecnológica foi impulsionada pela aceleração do uso de tecnologias oportunizada pela pandemia do Covid-19 e gerou por efeito uma modificação no paradigma territorial que merece atenção. O fato acelerou exponencialmente uma rede de comportamentos online em que a arquitetura não se viu preparada e que após a quarentena voltou à cidade. Desta forma, a hipótese parte do pressuposto de que, é possível que a pandemia e a hiper-hibridização da vida que ela gerou influenciam na concepção da casa e da cidade daqui para frente? Ou ainda, a vida virtual com todo seu aporte tecnológico-dispositivo cria hoje parâmetros de experiência e percepção pautados na produção de presença e ambiência?

Tendo como objeto teórico e instrumental o binômio casa-cidade, o trabalho propõe maior peso sobre o espaço doméstico. Entende-se que a casa ou a cidade por si só já são objetos notoriamente amplos e complexos. Todavia as reflexões circulam sob a linha de tensão existente entre eles, que de complexidades singulares, são indissociavelmente macro-complexas. É neste sentido que Morin (2001, p. 30) afirma onde mora o desafio das ciências: conceber a difícil problemática da organização, para entender um todo composto de partes e as partes que compõem um todo.

A questão é que a sociedade cada vez mais acelerada continua voltada para o futuro, menos romântico, mais sedutor e paradoxalmente mais revolucionário, porque se dedica a tornar tecnicamente possível o impossível (CHARLES E LIPOVETSKY, 2004, p. 68). E nisso, o pano de fundo, é a expansão do sistema de vida capitalista e a crescente crença que o acompanha, de que os dispositivos cada vez mais magníficos são o principal ponto de partida de construção cultural (RÜDIGER, 2013, p. 107). Por isso justifica-se esta pesquisa sobre perscrutar e aprofundar as análises dos efeitos e impactos de situações de crise, que desempenham um papel singular na evolução da sociedade. É memorar através da pesquisa, eventos como o Covid-19, uma série de fatos que muitas vezes são esquecidos e que pela primeira vez na história atingiu uma esfera tão ampla que deixam marcas simbólicas e construídas que precisam ser reconhecidas.

A metodologia da pesquisa será notoriamente heurística, isto é, por meio de aproximação atenta a fenômenos singulares durante a pandemia que possuem função catalítica na construção de um procedimento intelectual de pesquisa e questionamento. Quanto aos procedimentos técnicos, foi esboçado um sistema teórico coerente e a pesquisa é bibliográfica interdisciplinar via processo abdução, investigando as conexões entre os eventos por suas possíveis similaridades. Uma vez que se pretende elaborar reflexões teóricas mediante o esforço analítico, descritivo e de interpretação bibliográfica acerca das temáticas, a pesquisa partirá de bases exploratórias e alcançará discussões especulativas. Todavia, será uma pesquisa de natureza básica e qualitativa (GIL, 2017, p. 42; MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 102).

Apesar da abordagem metodológica hipotético-dedutiva, delineando em certos momentos um caráter ensaístico teórico reflexivo, serão apresentados dados quantitativos. Estes dados foram levantados especialmente durante a pandemia por uma série de instituições e tem

por finalidade reforçar as teorias abordadas no decorrer do trabalho. Foram utilizadas pesquisas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC).

O conteúdo deste trabalho é resultado de uma investigação que possui quatro objetivos específicos refletidos em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. A estrutura discursiva no movimento ocorrido da pré-pandemia à pandemia, ao qual as pessoas saíram das cidades, foram quarentenadas em casa e posteriormente voltaram à cidade. Vale ressaltar que o trabalho possui um recorte temporal voltado principalmente para o primeiro ano de pandemia (2020), mas por ser uma situação que perdura sem um final conclusivo, existem apontamentos até o período decorrente (2022).

O primeiro capítulo, que circula o primeiro objetivo deste trabalho, busca (1) contextualizar e refletir como a pandemia do Covid-19 entronizou a sociedade para dentro de suas casas e interiorizou a vida pública, delimitando uma vida entre telas. Nele são descritas como as situações emergenciais impactam nas relações territoriais, por relações caóticas ou sinérgicas, ao qual o coronavírus expõe as relações de uma vida pautada pela digitalidade. O segundo capítulo tem por objetivo (2) compreender como a improvisação, tanto da casa como da vida, foram fundamentais na sobrevivência durante a pandemia: como isso implicou na materialização do espaço, na produção de presença e na produção de ambiência no espaço doméstico. Este capítulo traz apontamentos de diferentes naturezas socioeconômicas ocorridas na pandemia para falar sobre os temas da presença e da ambiência.

O terceiro capítulo tem uma ótica voltada para o espaço doméstico virtualizado e abstraído na forma das telas e busca (3) apontar como a casa

está inserida em um campo eletromagnético do espaço de fluxos e que somada a hiper-hibridização da vida, refletem nas concepções de presença e ambiência na atualidade. Por fim, no quarto capítulo, reflete-se sobre a complexidade que as tramas digitais amarram a vida das pessoas hoje e produzem espaços domésticos e urbanos. Intenta-se nele, (4) analisar como a força tecnológica somada aos preceitos capitalistas, que, impulsionados na pandemia, produziu espaço urbano mesmo durante a quarentena e as marcas que foram deixadas no território. Neste capítulo é retomada a trajetória da pandemia até 2022 para rever no processo o escrutínio capitalista e político que abarca a cidade daqui para frente.

Com isso, esta dissertação busca esclarecer e desanuviar pontos importantes no pensamento social e arquitetônico a partir de uma situação emergencial. É registrar e reconhecer a potência dessas situações como eventos catalíticos de pensamento, mas também abrir novos questionamentos, ao qual se pretende continuar pesquisas futuras. Por fim, cabe reconhecer a importância da pesquisa e da ciência, que durante a pandemia no Brasil foi extremamente contestada e continua resistindo fielmente ao seu propósito de impactar as vidas das pessoas de maneira positiva.



**DA CIDADE PARA A CASA:  
TEMPOS PANDÊMICOS NO BINÔMIO CASA-CIDADE**

## **1.1 SITUAÇÕES EMERGENCIAIS: DEFRONTE AO ACASO E A DESORDEM**

Ao se instalar em 2020 a cultura urbana do isolamento, do medo e da aversão ao contato físico frente ao Covid-19 (BEIGUELMAN, 2020, p. 5), constata-se uma disrupção repentina da realidade cotidiana em diferentes níveis e um rearranjo forçado das relações humanas. O cerne das reflexões apresentadas gira em torno das tensões geradas no ambiente arquitetônico, notadamente no binômio casa-cidade (BARBOSA, 2021, p.18). O olhar sobre este problema será analisado sob a ótica dos processos de territorialização, considerando que, com a pandemia, a cidade é o ambiente que se desterritorializa e a casa objeto de abrupta reterritorialização. Importante salientar a agressiva inserção dos meios digitais como mediadores da realidade, uma temática central do debate no decorrer do trabalho.

A abordagem utilizada no desenvolvimento da análise é modelada pelos estudos de complexidade, identificado em autores de referência como Morin (2001, p. 197), e pelo entendimento de que a pandemia instaurou um regime de caos nos processos de uso e ocupação dos territórios casa-cidade e alterou profundamente as estruturas de ordenação destes espaços tanto física quanto simbolicamente.

A megacrise provocada pelo coronavírus é o sintoma brutal de uma crise da vida terrestre (ecológica), de uma crise da humanidade, que é por sua vez uma crise da modernidade, uma crise do desenvolvimento técnico, econômico, industrial, uma crise do paradigma mestre que fratura as complexidades em todas as esferas, provocando uma corrida que conduz ao abismo (idem, 2020, p. 91).

Falar em caos e Covid-19 remonta a inquietação inicial da pesquisa, que pode ser descrita através da pergunta de Deleuze e Guattari (1997a, p. 397): “Que proximidade do caos suporta os territórios?”. Antes de aprofundar nas factuais do coronavírus, direciona-se a reflexão sobre as duas palavras-chaves: o **caos** e o **território**. Partindo inicialmente do tema do território, o seu amplo conceito interdisciplinar faz com que cada área do conhecimento alinhe a perspectiva que é cabível ao seu campo. O geógrafo Rogério Haesbaert (2010) apresenta diferentes acepções do termo:

[...] Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões, a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção; a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais; a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo; e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2010, p. 37).

A polissemia que o conceito de território aborda não exclui outras definições (ibidem, p. 39-42), como o conceito adotado neste trabalho de **território existencial**. O território certamente implica o espaço, mas não se

detém na delimitação objetiva material de um lugar geográfico (ZOURABICHVILI, 2004, p. 23-24). No território existencial, seu valor advém da relação de apropriação do espaço físico e da construção simbólica a partir do vínculo afetivo neste espaço. Os territórios existenciais não são lugares dados, eles são formados por sucessivas tentativas de territorialização: criados, constituídos e conformados, e em seguida, preservados e mantidos. São considerados em sua base enquanto ambientes artificialmente produzidos criados da ação humana e de uma intencionalidade que os acompanha e define (ROCHA, 2016, p. 120).

A territorialização, que acontece constantemente durante o tempo, parte de acordo com Edgard Morin (2001, p. 197) de uma ordenação. A **ordem** não é um conceito monolítico. No discurso do pensamento complexo, Morin (ibidem, p. 198) explica que existem pelo menos três níveis de representação da ordem. O primeiro surge dos fenômenos que aparecem na natureza física, que refere à estabilidade, estrutura e regularidade. Há também o conceito de ordem que alude à coação, ligados à obediência às leis; e o terceiro nível, ao qual a ordem significa coerência e concatenação lógica (ibidem, p. 207).

O pensamento complexo tende a analisar empiricamente o fato de a ordem suscitar, ou ser suscitada, a partir da **desordem**. Mas entre a ordem-desordem, existe um denominador importante para a compreensão complexa: o **caos**. Caos em ciência não é desordem, "é uma ordem mascarada de aleatoriedade" em que as coisas se tornam **imprevisíveis**. Um território existencial amparado pelo conceito de ordem quanto às ideias de estrutura e interação, quando precisa lidar de alguma forma com o colapso e alteração de seus sistemas que modificam suas funções sociais, enfrenta minimamente uma parcela de caos (BAUER, 1998, p. 4).

Basicamente, as histórias das civilizações se deparam com os caos desde os primórdios, ilustrados aqui a partir das situações emergenciais - ou mais especificamente de uma situação emergencial, o coronavírus. Sejam de classificação natural ou antropogênica, as ações humanas que produzem o território também são uma força de criação do caos de seu próprio sistema (ROCHA E VENANCIO, 2017, p. 1753). A atuação humana quanto às mudanças ambientais, implica no aumento dos fenômenos catastróficos de procedência natural. Em detrimento a isso, muitos desastres possuem causalidade diretamente provocada pelas mãos humanas, como as guerras, os acidentes com veículos de transporte, rompimento de barragens, explosões, acidentes nucleares, incêndios, entre muitos outros. Outros desastres são consequências de desastres naturais, tais como tsunamis, terremotos, vulcões, ou de mutações biológicas como é o caso da pandemia do Covid-19 (CARVALHO, 2021, p. 57).

Um reflexo da desordem advinda das situações emergenciais no território pode ser exemplificado pela desterritorialização (VENANCIO E ROCHA, 2021, p. 4). Para definir a desterritorialização, Haesbaert (2010, p. 130) se apoia sobre os trabalhos de Deleuze e Guattari (1997b), apontando duas perspectivas: a relativa e a absoluta. A desterritorialização relativa está ligada à materialidade, como no caso das situações emergenciais, caracterizada pelo abandono dos territórios criados de acordo com a organização social das pessoas. A desterritorialização absoluta, ligada ao plano simbólico, está relacionada ao pensamento, “pois o pensamento se faz no processo de desterritorialização”.

“[...] O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios "originais" se desfazem ininterruptamente” (GUATTARI E ROLNIK, 1986, p. 323 apud HAESBAERT, 2010, p. 127).

Dos esfacelamentos territoriais, entre a ordem e a desordem e que pode anteceder o caos, está o **acaso**, que surge a partir da irracionalidade e da incoerência: as situações emergenciais muitas das vezes surgem a partir das eventualidades. É o fato que traz a angústia da incerteza diante do incontável, sem condições de materializar soluções no âmago do imprevisível e sem conseguir ordenar o indeterminável (MORIN, 2001, p. 210).

Acaso. Vira-se a década de 2019 para 2020 e se instaura a pandemia a nível global do vírus SARS-CoV-2. As pandemias ocorrem há muito tempo e nas últimas duas décadas as pessoas se tornaram muito mais suscetíveis. Ao menos seis foram declaradas como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional entre os anos de 2009 e 2021: H1N1, Poliovírus, Ebola (duas vezes), Zika vírus e até o momento, o Covid-19 (OPAS, 2020, p. 1).

Duzentos e cinquenta vezes menor que um grão de areia é o tamanho do SARS-CoV-2, um vírus de origem zoonótica, em que a infecção passa dos animais para o homem (NOGUEIRA E SILVA, 2020, p. 118). O primeiro surto de Covid-19 ocorreu no mercado de Wuhan (China), onde vários animais selvagens são mantidos e consumidos pelas pessoas. Mas o coronavírus não é um vírus tão desconhecido assim, três são os coronavírus que geram mortalidade em humanos: o SARS-CoV, o MERS-CoV e o SARS-Cov-2 (ESTEVES, 2020, p. 1). Aqui o acaso assume o sentido de inesperado pela população mundial, mas como explicita Morin (2001, p. 178), “[...] o próprio acaso não é certo que seja acaso”.

No ano de 2002, surgiu na China o SARS-CoV, que, com origem em morcegos e por meio de um mamífero hospedeiro transmissor, infectou os humanos e originou um surto de uma Síndrome Respiratória Aguda Grave, o SARS. Dez anos depois, em 2012, surgiu um novo vírus de origem zoonótica na Ásia, a Síndrome Respiratória do Médio Oriente. Designada

por MERS é provocada pelo coronavírus MERS-CoV, que tem a sua origem em morcegos e teve os camelos como hospedeiros. Em 2020, surge então o SARS-CoV-2, com origem também nos morcegos (ESTEVEZ, 2020, p. 2). Um vírus que atingiu bruscamente a sociedade contemporânea de uma forma antes não vista e a incerteza, a contradição e a complicação que toda a situação emergencial criou, gerou uma grande desordem.

Para Morin (2001, p. 201), a **desordem** pouco perceptível no nível planetário traduz-se por efeitos extremamente maciços que transformam o território e as condições de vida, afetando todas as pessoas. Ilustração clara do que aconteceu a partir do coronavírus, cadenciando uma modificação a nível global nas mais variadas esferas espaciais e sociais. No que se tornou uma batalha contra o vírus,

[...] não podemos saber se a incerteza provocada por um fenômeno que nos parece aleatório resulta da insuficiência dos recursos ou dos meios do espírito humano, que o impede de encontrar a ordem oculta na desordem aparente, ou se resulta do caráter objetivo da própria realidade. Não sabemos se o acaso é uma desordem objetiva ou, simplesmente, o fruto de nossa ignorância. Isso quer dizer que o acaso comporta incerteza sobre sua própria natureza, incerteza sobre a natureza da incerteza (MORIN, 2001, p. 201).

Apesar de a desordem gerar caos, existe uma vertente de pensamento baseada na cibernética que aponta que casos de desordem também podem operar **sinergia**. Através de seus agentes sociais, um território em crise pode também construir em grupo práticas sinérgicas decorrentes da interação entre todos os seus membros, com consciência coletiva, para criarem estratégias de articulação (RÍOS, 2011, p. 205). Invariavelmente e vitalmente, é necessário lidar com a desordem e o acaso, já que qualquer ação só é possível se houver enfrentamento entre ordem e desordem: eles estão presentes no contexto da casa e da cidade, e ativos de alguma forma na evolução do comportamento humano. Contudo, ordem demais inflexibiliza as possibilidades de ação e desordens demais transformam a ação em tempestade, que passa a ser uma aposta ao acaso (MORIN, 2001,

p. 221). Logo, para saber trabalhar com o acaso, surge um ponto culminante que é a **estratégia**, que modelada estatisticamente a partir de alguma forma de ordenação, começa a lidar com a aleatoriedade (ibidem, p. 203).

## 1.2 O COVID-19 E O TERRITÓRIO URBANO

Existe uma tese aristotélica que o homem é um ser político - seu lugar é a *polis*, a cidade (BEIGUELMAN, 2020, p. 7), mas o coronavírus revirou essa lógica. Anterior à crise sanitária, em que o território se transformava perante as necessidades da produtividade capitalista, onde a população saía de casa para exercer na cidade as relações de troca, de rede social e de trabalho, durante a pandemia, as pessoas tiveram de sair das cidades e mobilizar todas as suas funções sociais dentro de seus lares, pela incerteza do contágio.

A terminologia pandemia não se refere à gravidade, mas à distribuição geográfica de uma doença (OPAS, 2020, p. 1) - quando a enfermidade se prolifera em diversos espaços em um curto período de tempo. Enquadrada enquanto alastramento territorial e cada vez mais experienciada pelas populações contemporâneas, existe um fator na equação da evolução mundial que impulsiona a disseminação das pandemias/epidemias quando comparada às anteriores: a **globalização** (MARKUS, 2020, p. 132).

[...] Segundo o professor Thomas Michiels, biólogo e especialista na transmissão do vírus: “Não há dúvida de que a globalização tem efeito sobre as epidemias e favorece a propagação do vírus. Quando se observa a evolução das epidemias no passado, há exemplos notórios em que se nota que as epidemias seguem ferrovias e deslocamentos humanos”. Não resta a menor dúvida, a circulação dos indivíduos agrava a pandemia” (MORIN, 2020, p. 41).

Não apenas a globalização por seu sentido de compressão espaço-temporal e interdependência social acelerada, mas como **globalização hiperbólica**. Advinda da hiperconectividade desenfreada, ela surge na supressão exacerbada das barreiras geográficas às atividades socioeconômicas, somadas à ideia da universalização das coisas (HELD E MCGREW, 2001, p. 11; SANTOS, 2012, p. 23; YAÑEZ, 2020, p. 139).

Com a evolução das tecnologias de transporte e comunicação, o espaço físico vem sendo cada vez mais suprimido e anulado para atender a demanda de velocidade de circulação do capital, criando uma transformação simbólica do território (HARVEY, 2001, p. 49-55). Em seu ensaio intitulado “Sociedade do Cansaço”, o autor Byung-Chul Han (2017) descreveu a hipótese de que as pessoas viviam em épocas de paradigmas imunológicos, que foram perdendo sua validade nas últimas décadas. Para Han (2020, p. 107-108), a globalização criou novas passagens pelos limites imunológicos, que impediam a circulação acelerada de mercadorias e capitais, e deu maior liberdade ao capital.

Regidos sob a globalização hiperbólica e todo o espectro de mobilidade que implica, surge a pandemia do coronavírus como algoz de uma humanidade plenamente perpassada por fluxos de pessoas, mercadorias e capital (BEIGUELMAN, 2020, p. 5). Aparentemente, o Covid-19 tenha surgido como uma doença representativa da contemporaneidade - como imagem e semelhança dos seres humanos - fazendo nada mais do que se replicar, se materializar, se intensificar e se espalhar (PRECIADO, 2020, p. 168).

Defronte ao acaso, com o caos instaurado desencadeando a desordem, cria-se por consequência a necessidade de implantar alguma estratégia. Em 2020, colocou-se em prática esquemas de ação para lidar com o Covid-19 e restaurar alguma fórmula de organização efetiva. A complexidade atrai a estratégia, pois só ela garante avançar sobre o que é incerto e aleatório. Ser estratégico é utilizar todas as informações que aparecem na ação, agrupá-las, elaborar esquemas de ação e tendenciosamente reunir o máximo de certezas para enfrentar a incerteza (BADIOU, 2020, p. 71; MORIN, 2001, p.191-192).

A estratégia inicial instaurada pela OMS para a proteção das pessoas contra o espriamento do coronavírus foi o distanciamento social (OMS et al, 2020, p.1). Ficaram estabelecidas em primeira instância as intervenções não farmacológicas a partir de duas ações principais: (1) para a supressão do contágio, iniciou-se o isolamento social somado do fechamento das instituições comerciais e institucionais, aplicando a quarentena domiciliar de todos os cidadãos; (2) para a mitigação do contágio, racionalizaram-se os sistemas de saúde, dando prioridade àqueles que mais necessitavam de atendimento hospitalar, em detrimento dos casos de menor risco.

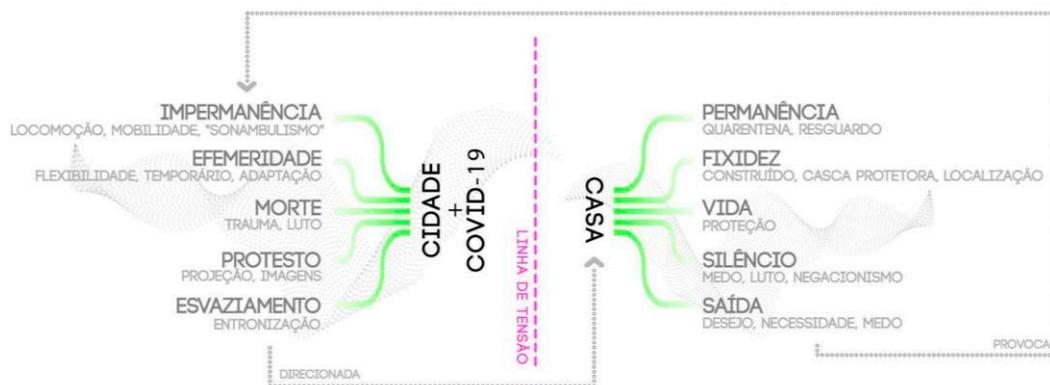
As quarentenas possuem a função de impedir o contato de pessoas acometidas ou potencialmente portadoras de alguma enfermidade contagiosa, a fim de evitar a propagação. Desta forma, partem do confinamento e afastamento de grupos de pessoas de convívio social que correm algum tipo de exposição a agentes infecciosos ou, da separação de pessoas (animais e até mesmo objetos) que tiveram contato com doenças contagiosas até que finalize o tempo máximo de incubação da doença (NETO, 2020, p 96).

Todavia, proibição do contato físico somados às máscaras e higienização das mãos se tornaram os novos regramentos da presença física,

complementares às adaptações espaciais dos ambientes de permanência, de deslocamento, de trabalho, de consumo e de lazer nas cidades; o isolamento foi decretado como a medida mais efetiva contra o vírus, pois sair de casa significava pisar em um campo minado (MAMEDE, 2020, p.4; p. 278). Do encontro ao inesperado e das multidões em movimento, elevando-se a categoria de lugar perigoso, o território urbano e suas redes e sistemas foram repentinamente identificados como ambientes propícios à disseminação do vírus, modificando suas dinâmicas de modo inesperado (BARBOSA, 2021, p.16).

A fim de ilustrar as tensões do binômio casa-cidade, a partir da revisão de literatura<sup>1</sup> e utilizando uma metodologia de análise dicotômica, foi elaborado o diagrama apresentado na figura 1, que demonstra cinco termos recorrentes apontados pelas pesquisas quando relacionados à pandemia do Covid-19 e às espacialidades físico-urbanas brasileiras.

Figura 1: Diagrama dicotômico - Binômio Casa-Cidade.



Fonte: Autoria Própria.

Das insurgências desencadeadas pelo coronavírus, é possível observar ao lado esquerdo da linha de tensão e ligado à cidade no diagrama, existem

<sup>1</sup> Fontes utilizadas: ANDRADE, ROSÁRIO E FERNANDES (2021); BARBOSA (2021); BADIOU (2020); BEIGUELMAN (2020); CABRAL et al. (2020); COSTA (2020); CASTILHO (2020); MACEDO (2021); SANTOS (2021); KAMPA E KAMPA (2021); MALTA (2020); MARKUS (2020); MIGUEIS et al. (2021); PEDROTTI E JUNIOR (2020); PFLUEGER (2020); PRECIADO (2020); SANTOS et al. (2021); STANLEY et al. (2021); SILVEIRA, ROSSI E VUONO (2020); VELOSO (2020); WATSON et al. (2020); YAÑEZ (2020); ŽIŽEK (2020).

cinco palavras que descrevem as relações das pessoas com a cidade no primeiro ano pandêmico: (1) a impermanência, que mesmo em uma realidade pautada no distanciamento social e nas quarentenas, a cidade não parou em sua totalidade; a segunda é a (2) efemeridade, a cidade precisou se readaptar frente à necessidade imposta; a terceira é a (3) a morte e o trauma, em que o território urbano não se viu preparado para lidar com o colapso do alto índice de mortalidade; a quarta é (4) o protesto, que impedidos de sair às ruas, as janelas enquadravam os protestos durante o exílio devido o descontentamento da população; e por fim, o (5) esvaziamento, a cidade que entrou em casa.

Quando a OMS designou o distanciamento social como a forma preventiva mais eficaz ao Covid-19, a casa se tornou uma espécie de barreira física e “casca protetora” para o que estava acontecendo na cidade. De hospedeiro em hospedeiro, sair no território urbano alimentou a cultura do medo e esvaziou as cidades. Muitas imagens dos espaços urbanos ermos circularam nas redes sociais fazendo as pessoas se espantarem. Mas estas imagens deixam, em parte, de representar uma parcela da cidade que não parou. Apesar da recomendação de ficar dentro de casa, o distanciamento social se mostrou medida antagônica com o modo de vida das cidades brasileiras (BARBOSA, 2021, p. 16). Essa impermanência pode ser caracterizada provavelmente por dois motivos principais: primeiro pela necessidade de uma rede de apoio delimitada naquele momento por certos grupos sociais e segundo, por uma resposta ao capitalismo e a necessidade de trabalho-sobrevivência que ele condiciona.

A (1) **Impermanência** fica descrita aqui como sinônimo de locomoção das pessoas pelas cidades enquanto uma parcela da população se mantinha permanentemente dentro de casa. Mais parecido com um sonambulismo, as pessoas vagueavam nos trajetos limitados e diretos em uma espécie de sonho, como se estivesse andando em uma das *Cidades Invisíveis* de Ítalo

Calvino: entre a cidade e a memória e a cidade e os mortos (CALVINO, 1990, p.3).

Desse sonambulismo andavam na cidade, a linha de frente composta pelos profissionais de saúde, diretamente implicados no atendimento às pessoas infectadas pelo Covid-19 e, por este motivo, era um grupo de risco específico para a infecção que precisavam sair de suas casas em direção ao trabalho (MIGUEIS et al., 2021, p.2). Os profissionais de necessidades básicas, por exemplo, de mercados e farmácias, que mesmo com os rearranjos de funcionamento, precisavam se deslocar de seu isolamento para atender ao público. Os profissionais informais de aplicativos, que cresceram exponencialmente abastecendo os serviços de *delivery* (BEIGUELMAN, 2020, p. 7). Os profissionais que, por medo de perder o emprego, continuaram saindo de suas casas devido ao mercado de trabalho precarizado e reduzido por conta da crise (idem, 2020, p. 6). As pessoas que precisavam sair para comprar itens essenciais. Os negacionistas de toda a situação, limitados apenas ao fechamento dos principais estabelecimentos comerciais e ambientes sociais. Por fim (mas que ainda avança a variados outros exemplos), as populações vulneráveis de rua, que vagueavam a espera de ações das entidades assistenciais (BARBOSA, 2021, p. 17).

Em países como o Brasil, com base histórica pautada nas desigualdades e injustiças socioterritoriais intrínsecas à racionalidade técnico-instrumental capitalista, produz territórios insustentáveis à realização plena da vida humana, deixando sempre as classes subalternizadas mais vulneráveis aos efeitos de quaisquer tragédias emergenciais, o que resulta uma dificuldade de realização de ações de enfrentamento e combate visando ao estabelecimento do abrigo e, portanto, da proteção social. A pandemia do Covid-19 alastrada em um espaço urbano que, formado historicamente no âmbito de um mosaico territorial fortemente desigual e injusto e de condições precárias de moradia (ou até mesmo a

falta dela), atestaram políticas públicas socioculturais e econômicas ineficientes, incrementando exponencialmente os óbitos causados pela crise sanitária (BARBOSA, 2021, p. 15; CASTILHO, 2020, p. 3-5).

A mercê das políticas nacionais e/ou regionais, e das tomadas de decisões que delas eram subjugadas, o Covid-19 trouxe a frente uma face da cidade que demonstrou muitas fragilidades diante dos preceitos das políticas públicas e em como as cidades são despreparadas em termos habitacionais, urbanísticos, de saneamento e principalmente, para lidar com situações emergenciais (PFLUEGER, 2020, p. 53). Ampliou-se o entendimento de que as políticas de planejamento territorial são compostas por muitas falhas e precisam de resoluções mais efetivas, mas que imposta a lidar com as situações de acaso precisou buscar estratégias de adaptação à realidade muito rapidamente, indo em direção a (2) **efemeridade**.

Enquanto a cidade se esvaziava, os hospitais estavam sendo superlotados. Para buscar uma solução ao colapso à montante, optou-se em larga escala por trabalhar com sistemas flexíveis de arquitetura, respostas efetivas ao momento, mas não em longo prazo. A efemeridade, tudo que é temporário ou transitório (ANDRADE, ROSÁRIO e FERNANDES, 2021, p.2), está correlacionada às manifestações de flexibilidade, ao qual se tratando de termos arquitetônicos pode ser definida em flexibilidade material ou flexibilidade imaterial. A flexibilidade material envolve questões de alterações físicas, construtivas e estruturais, enquanto a flexibilidade imaterial envolve alterações do próprio uso do espaço (PEDROTTI, 2019, p. 68). O que se percebeu durante a pandemia foi a adoção das duas tipologias.

Em um primeiro momento, pelo senso de urgência, seguiu-se para opções imateriais, por exemplo, a montagem de tendas de atendimento e internação dentro dos estádios de futebol (ibidem, p. 2) - o que evidencia

uma resignificação de uso de uma grande porção espacial e que antes era voltado às relações sociais e de lazer. Seguido a isso, em um segundo momento, houve a adoção dos sistemas de flexibilidade material, como as ampliações dos anexos hospitalares e alas voltadas inteiramente para lidar com o coronavírus.

Houve também hibridismo relacionado aos sistemas de flexibilidade material e imaterial. Enquanto nas últimas décadas os planejamentos urbanos se utilizaram de grandes porções territoriais em função do uso do automóvel e da mobilidade privada, criando grandes vias de circulação e amplos estacionamentos, quando os hospitais precisaram de mais alas de atendimento, recorreram às tendas alojadas nos estacionamentos ao seu redor para conseguir atender a alta demanda de casos. E não foram montadas apenas tendas de atendimento e internação, mas cidades brasileiras como algumas no Amazonas e Rio de Janeiro, devido ao alto grau de mortalidade, aproveitaram os estacionamentos para instalar contêineres refrigerados - os necrotérios emergenciais (SANTOS et al, 2021, p. 3).

Lidar com a (3) **morte** é um tabu em diferentes culturas, mas lidar com a morte pelo Covid-19 foi um trauma coletivo. Para estudiosos da área psicanalítica, o trauma revela sua face de maleficência totalmente ligada às memórias humanas. A pandemia desencadeou consigo séries de experiências de desamparo, de incerteza, de perda e de tristeza, que ultrapassaram o senso de memória individual e atingiram o campo do trauma coletivo, ao qual pode persistir ao longo das gerações e do tempo (WATSON et al., 2020, p. 840).

As pesquisadoras Stanley et al. (2021, p. 5-9) analisaram as emoções coletivas implícitas relacionadas com o início da pandemia. As análises das autoras demonstraram quatro modelos mentais oriundos da pandemia: (a) incerteza, dada a contínua imprevisibilidade que as pessoas

estavam experimentando, levando os participantes descreveram um estado constante de alerta; (b) perigo, durante a pandemia os participantes foram frequentemente imbuídos de ameaças generalizadas, perigos e morte; (c) grotesco, proeminentes em todos os modelos mentais da pandemia dos participantes foram as articulações fisiológicas do vírus e os sintomas associados; e (d) miséria, que representavam a dor e a angústia de vivenciar a pandemia e testemunhar o sofrimento local e global.

Dado estes modelos mentais, as pesquisadoras descobriram que as experiências emocionais implícitas dos participantes convergiram em torno de quatro emoções principais: (a) luto, (b) nojo, (c) raiva e (d) medo. Essas descobertas têm implicações teóricas e práticas. Primeiro, servem para documentar emoções coletivas associadas a uma experiência traumática coletiva que se desenrola em tempo real. Em segundo lugar, a análise sugere que esses modelos mentais influenciam as emoções dos participantes e, portanto, as crenças e as mudanças de comportamento (ibidem, p. 9) que moldam as novas necessidades espaciais ou revisam o sentido de existência perante o território.

Mas o trauma do coronavírus ganhou um contorno de dor potencializado, ao ponto de não saber lidar com o luto. Ainda que as culturas apresentem diversificadas formas de lidar com o luto, o respeito às tradições dos rituais fúnebres foi suprimido, com o objetivo de evitar contágio, já que o vírus continuava ativo no corpo mesmo após a morte (CABRAL et al., 2020, p. 3-6). As pessoas foram vetadas de compartilhar a dor, com o contato com o outro e com o afeto no espaço físico, onde o velório não teve permissão para acontecer e os enterros seguiram uma série de restrições.

Do adeus negado e do choro silenciado, surgiu um entrave territorial entre espaço x índice de mortalidade: as valas coletivas (SANTOS, 2021, p. 69). Cidades brasileiras como São Paulo e Manaus recorreram a grandes

buracos com amontoados de corpos sem vida - uma afronta à memória por excelência (ibidem, p. 70-71) -, para lidar com a urgência da falta de espaço nos cemitérios. Daí surgiu uma aparente anestesia social que implicou em uma desimportância ao fato de que tantas pessoas perderam suas vidas, nomes que se tornaram apenas números, mas que não deixaram de irromper ainda mais o medo e em conjunto, a raiva e a indignação.

Em um sistema capitalista brutal de agenciar vidas, a forma como os governos foram lidando com a gestão de seus habitantes em contexto pandêmico gerou discussões acerca das profundas cicatrizes que ainda se fazem presentes na organização social dos territórios. Problemas que nunca deixaram de existir, mas que se faziam sorrateiros em meio a gestões políticas fez com que no Brasil, o vírus ganhasse contornos ideológicos e políticos únicos (BEIGUELMAN, 2020, p. 9; KAMPA E KAMPA, 2021, p. 24). Do número de mortes que aumentava exponencialmente, de uma gestão ineficiente e do luto negado, determinados grupos sociais tomados pelo sentimento de indignação, sentiram a necessidade de (4) **protestar**.

Claramente, o fenômeno do Covid-19 atingiu cada território de maneira diferente segundo a natureza social de cada lugar (CASTILHO, 2020, p. 3). Na impossibilidade de estarem expostos nas ruas protestando, movimentos culturais passaram a encontrar maneiras de resistir através de soluções alternativas (KAMPA E KAMPA, 2021, p. 30). De dentro de casa e através das janelas, foram nas empenas altas e cegas das cidades que surgiram as palavras - ou melhor, as imagens. Nas altas paredes brancas ou nas fachadas de poucas janelas, que sempre deram as costas à cidade, acordava a noite o lampejo das projeções audiovisuais para estampar as vozes exiladas dentro de casas somadas aos *janelações* (ressignificação dos painéis, característicos de protesto político de outra natureza) (BEIGUELMAN, 2020, p. 12). A ideia de ativismo artístico das projeções nas

fachadas interrogou situações e temas em busca de mudanças ou resistências políticas em forma de levantes.

Em tempos difíceis, os levantes podem não acarretar em uma mudança de imediato, mas promovem um efeito potente de sinais que geram reverberações através das janelas. Das janelas, projetar palavras de indignação. Das janelas, ver a cidade. Das janelas deixar o ar circular, o sol entrar e o vírus sair. Das janelas, porque as pessoas foram arremessadas a uma experiência de vida cotidiana em busca de isolamento e distanciamento (BARBOSA, 2021, p. 19). A cidade foi (5) **esvaziada** e reclusa para dentro de casa, a cidade se fechou dela/nela mesma criando um grande movimento de entronização (LÍNDON, 2006, p. 19; VELOSO, 2020, p. 203).

### **1.3 PROCESSO DE ENTRONIZAÇÃO: EM DIREÇÃO AO BUNKER**

No Brasil, inicialmente à mercê das políticas nacionais de forma unificada, coube aos poderes estaduais e municipais determinarem como iriam lidar com a inevitável quarentena (BEIGUELMAN, 2020, p. 30). Instituída, ocorreu o fato de um número significativo de pessoas entrarem para suas casas e serem restritas de sair, embarcando inúmeras funções até então situadas no ambiente urbano para o ambiente doméstico. Um de seus efeitos mais complexos na sociedade atual foi o processo de **entronização** (LINDÓN, 2006, p. 19). Durante a pandemia, espaços privados passaram a assumir uma gama de atividades para as quais não se encontravam adaptados. Houve uma hipertrofia de novas demandas funcionais e com isso uma sobreposição de temporalidades distintas e contraditórias que operaram no cotidiano das pessoas sobre meios híbridos digitais.

A etimologia da palavra entronização está ligada originalmente ao verbo transitivo *entronizar* (*en- + trono + -ar*), ou seja, elevar ao trono, ato ou efeito de enaltecer, de ascensão. Desta maneira, muito difundida no campo religioso, entronizar é caracterizado como evento de colocação de imagem, ícone ou quadro de santo em altar, ou até mesmo investidura papal ao trono (PRIBERAM, 2022a, p. 1; NÚÑEZ, 2009, p. 159). Apesar de esta ser a principal raiz etimológica, com o tempo, a entronização passou a ser um termo difundido em áreas multidisciplinares, passando por uma ressemantização e tomando como base o processo de movimento de entrada em algum lugar, visto o prefixo *entro-*, ligado ao verbo entrar, e *ação-*, do ato ou efeito de agir (PRIBERAM, 2022b, p. 1).

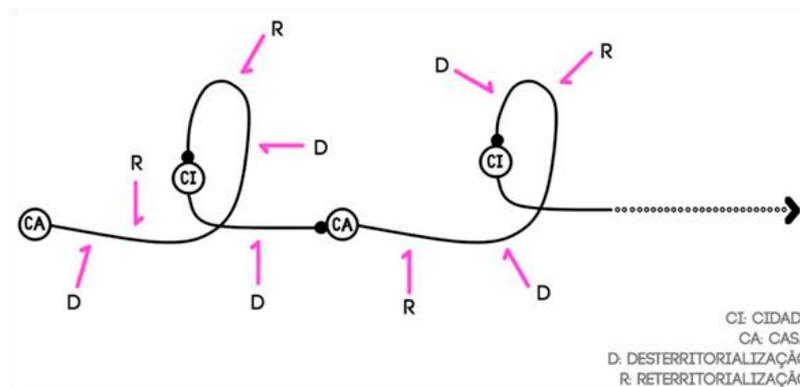
Quando a autora Alicia Lindón (2006) define o processo de entronização da casa, ela se posiciona sem saber o que o ano de 2020 estaria a proporcionar. Para a autora e em concordância com Harvey (1992, p. 69), as cidades vêm se tornando cada vez mais dispersas e fragmentadas, o que modifica de maneira difusa a construção sócio-simbólica da casa e cria o processo de entronização das pessoas em direção ao ambiente interno. Apesar da concepção inicial da entronização partir do princípio de uma transformação temporalmente linear, como consequência da modificação dos paradigmas da evolução das cidades, na pandemia do Covid-19 o termo ganhou contornos mais rígidos, com marcas representativas deste processo na contemporaneidade.

Torna-se cabível pensar sobre o binômio casa-cidade, uma vez que constituem duas polaridades importantes na avaliação dos efeitos espaciais da pandemia no contexto arquitetônico e urbano. A produção de sensações de separação, demarcação ou distinção, seja no espaço doméstico, no espaço público ou nos espaços de transição entre público-privado (elevadores, ponto de ônibus, entre outros) pode ser reconhecida como produtores de **territorialização**. No cotidiano, o ato ritmado de demarcar e distinguir são produzidos no processo de **reterritorialização**,

reproduzindo desta forma, a existencialidade no território. Este **ritmo** tornado expressivo é denominado *ritornelo*, cada qual território num espaço-tempo se constitui pela repetição periódica das matérias de expressão (qualidades) (DELEUZE E GUATTARI, 1997a, p. 118-121).

Conforme representado na imagem a seguir (figura 2), na dicotomia casa-cidade em paralelo com a formação territorial, o *ritornelo* é erguido à medida que se afasta de casa em direção à cidade, mesmo que seja para ali voltar. Entretanto, a reterritorialização é correlata da **desterritorialização**: para reterritorializar você necessita se desterritorializar primeiro (e vice e versa), onde nunca se retorna ao mesmo. Esse movimento contínuo é um importante regulador da existência básica das pessoas no dia-a-dia - a territorialização (ZOURABICHVILI, 2004, p. 50-51).

Figura 2: Diagrama do ritornelo no território, cadenciado pela desterritorialização-reterritorialização



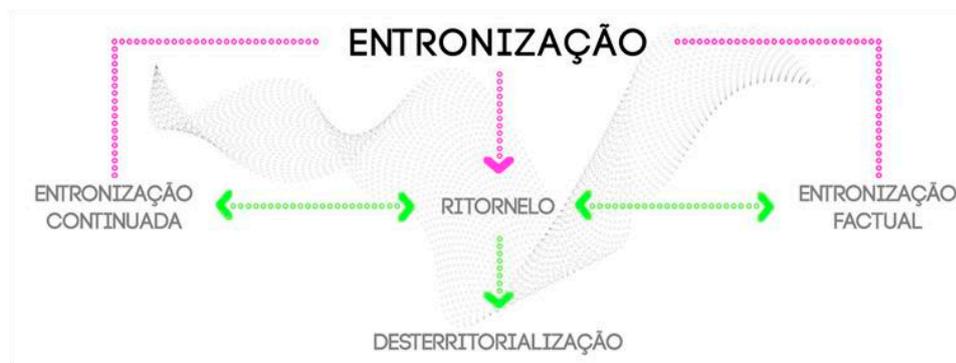
Fonte: Autoria própria.

A determinação de quarentena tensionou a dicotomia casa-cidade por meio do rompimento desta cadeia, criando um processo de entronização da sociedade/da cidade para dentro de casa de forma súbita. Quando Lindón (2006, p. 24) reflete sobre a entronização, a autora transmite a ideia que tal processo vem acontecendo de forma continuada nas últimas

décadas. Percebe-se que a partir do alastramento do Covid-19 acontece de maneira repentina uma entronização dita factual.

A figura 3 demonstra este processo de pensamento. O esquema aponta a entronização como algoz inicial, partindo dos preceitos de que ela pode ocorrer enquanto (1) **entronização continuada**, um processo contínuo e diacrônico, e enquanto (2) **entronização factual**, que ocorre sincronicamente, com relação de dependência com o acaso (por exemplo, as situações emergenciais). Ambos os processos entronizantes envolvem o conceito de *ritornelo*, pois cada um contém em si, um processo rítmico da expressividade no território, relacionados à desterritorialização e a reterritorialização.

Figura 3: Subdivisão e correlação dos processos de entronização



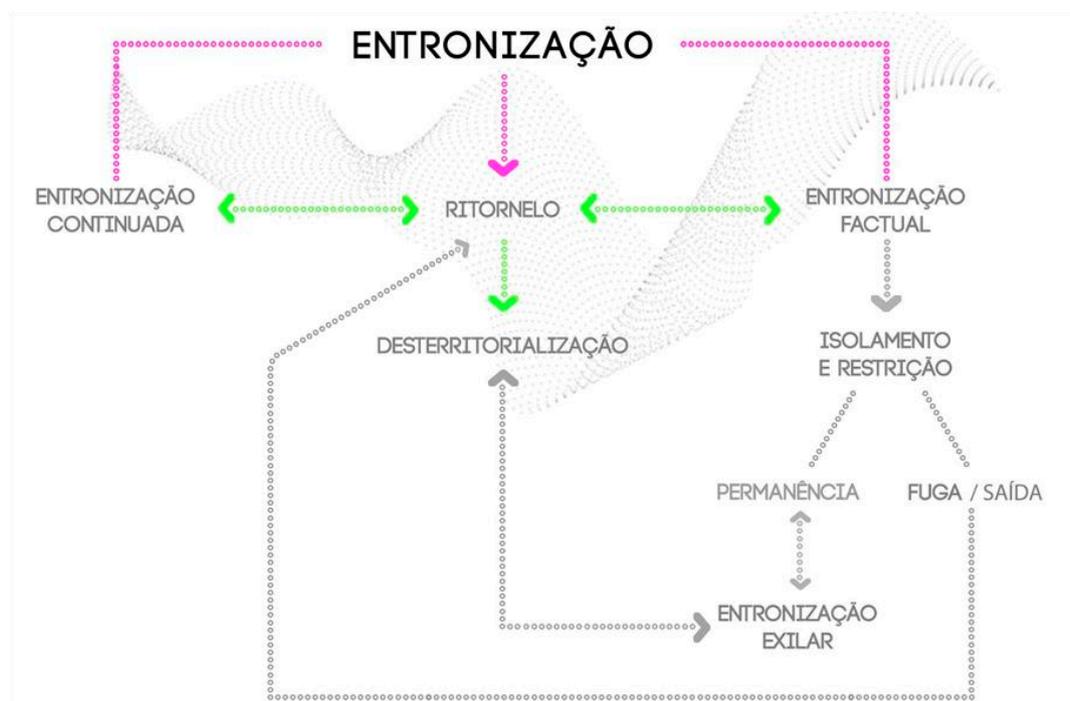
Fonte: Autoria Própria

A entronização parte do pressuposto que o sujeito é desterritorializado de alguma forma (seja da cidade em direção a casa ou da casa em direção à cidade), mas sempre implicando em um movimento de entrada e saída. Na pandemia este movimento foi rompido e desta forma, aponta-se uma subcategoria da entronização factual, que tem por determinante a restrição de retorno e o isolamento, chamada de **entronização exilar**<sup>2</sup> (figura 4). Exilar, pois como apontado por Fuão (2020, p. 30), as maiores epidemias mundiais anteriores ao coronavírus, como a peste bubônica e a

<sup>2</sup> Apesar do exemplo seguir a lógica da pandemia via quarentena, é possível citar outros momentos em que podem ocorrer a entronização exilar, como aqueles gerados por conflitos, guerras, ou também toques de recolher.

gripe espanhola, desencadearam aos concidadãos um longo tempo de exílio e separações forçadas. Só existe entronização exilar se houver isolamento, em que a permanência no espaço é prolongada e restrita de saída. A partir da fuga/saída cria-se novamente o sentido de retorno e a entronização exilar é finalizada.

Figura 4: Processo de Etronização Exilar



Fonte: Autoria Própria

A era de comunicação, globalização e interação vem se transformando cada vez mais em uma época de exílio, isolamento e solidão. O indivíduo da atualidade está condicionado ao ambiente social que tem mudado rapidamente e a relação com o presente se alterado constantemente. A desagregação do mundo da tradição é vivida sob o regime da tensão nervosa. É o medo que domina em face de um futuro incerto; de uma lógica da globalização que se exerce independentemente dos indivíduos; de uma competição liberal exacerbada; de um desenvolvimento

desenfreado das tecnologias da informação (CHARLES E LIPOVETSKY, 2004, p. 28).

Quando se iniciou o processo de entronização factual durante a pandemia do Covid-19, a casa, que sempre constituiu um espaço primordial de vivência das pessoas, carregando significados, memórias, experiências e apropriações do espaço, assumiu um papel amplificado de barreira (LÍNDON, 2006, p. 24). Na verdade, a casa passou a ser um *bunker* de proteção em uma guerra sanitária. Com auge na Segunda Guerra Mundial, os *bunkers* são espaços construídos originalmente para resistir a ataques bélicos (COSTA, 2020, p. 9). Assimilar o conceito do *bunker* aqui elucidado como as medidas protetivas estabelecidas para lidar com o vírus instauraram uma modificação de referencial territorial, impondo a entronização da vida ao passo da interiorização das funções sociais para um espaço mínimo e fechado. Aparentemente, o mundo de fora, hostil e perigoso, se depara diante dos contornos de uma trama em que a casa se torna uma fortaleza ou bem um *bunker*. Líndon (2006) diz que:

No entanto, a história urbana mostra que mesmo nas fortalezas da Idade Média havia sociabilidade em sentido amplo, uma vez que esta era em si uma cidade: a cidade murada. No modelo atual, a parede da casa termina com sociabilidade e leva seus habitantes a aprofundar o retiro no si mesmo (LÍNDON, 2006, p 27).

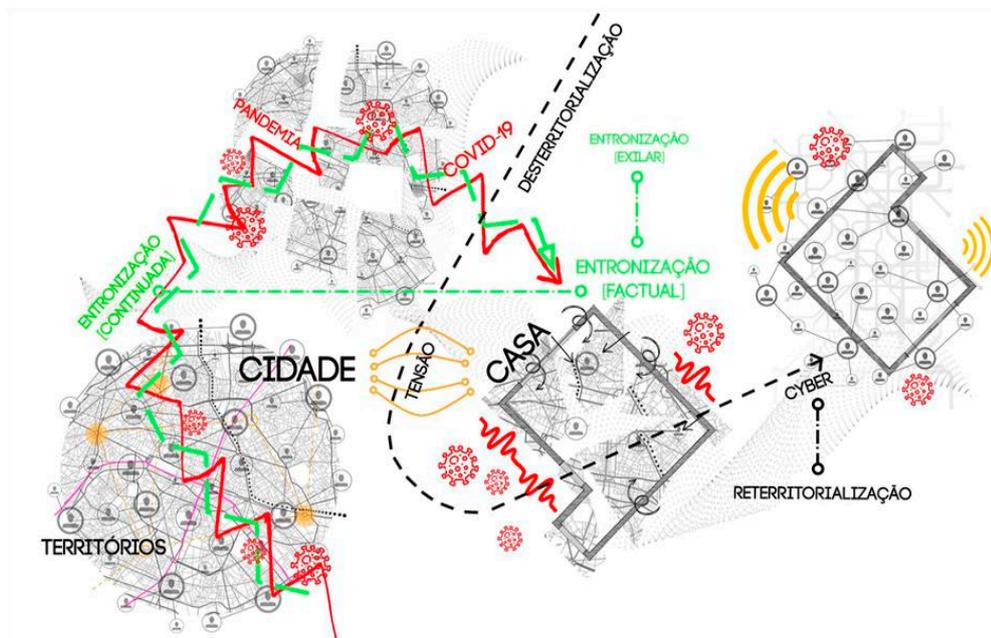
Para fechar este ciclo de reflexão, entende-se que apesar da materialidade ser um importante agente da sociabilidade, a pandemia alavancou o uso das tecnologias e das redes sociais a fim de suprir as funções sociais que aconteciam no território urbano. Discorda-se aqui com o final da fala da autora citada acima quando diz sobre “o retiro em si mesmo”, pois o intermédio das redes que a pandemia alavancou demonstra que na era das imagens e da exposição isso não foi capaz de acontecer. Os próximos tópicos desta dissertação irão se apoiar nesta temática e aprofundar a reflexão sobre o tema.

#### **1.4 INTERIORIZAÇÃO DA VIDA PÚBLICA: CAMINHO PARA UMA VIDA ENTRE TELAS**

Via quarentena e as pessoas entronizadas, a habitação passou a incorporar intramuros funções que eram exercidas em espaços disseminados nas cidades, como o trabalho em tempo integral, o lazer e as atividades físicas (VELOSO, 2020, p. 204). As atividades íntimas permaneceram no espaço que a elas já eram destinadas, as relações individuais para com o território entraram para casa e as atividades sociais compartilhadas nas cidades seguiram o mesmo caminho de entronização: a resposta foi um movimento de **interiorização da vida pública**.

O esquema a seguir (figura 5) representa um compilado das temáticas expostas anteriormente frente às questões de interiorizar as funções que ocorriam nas cidades. A cidade, formada por demarcações físicas, simbólicas e territoriais existenciais, vem passando no decorrer do tempo por um processo fragmentário, gerando como resposta a entronização continuada. Com o Covid-19, as cidades precisaram lidar com a casualidade e a emergência daquele momento, gerando um movimento de desterritorialização abrupto advindo das quarentenas. O fato corroborou ainda mais na opacidade das linhas territoriais, que pairando sob a desordem, entronizou os territórios existenciais para dentro de casa. Desta maneira, a casa ganhou novos contornos para abarcar a reterritorialização em resposta aos fatos ocorridos (interiorização da vida pública). Mas a partir do acúmulo de funções que passou a ocorrer dentro de seus limites, recorreu-se aos meios digitais como forma de ampliar a reterritorialização durante o exílio, redesenhando o contorno da casa enquanto espaço público dentro do espaço privado.

Figura 5: Esquemática dos processos debatidos no binômio casa-cidade



Fonte: Autoria própria

A distinção entre **público e privado** é um dos fatores que mais influenciam na linha de tensão no binômio casa-cidade nas últimas décadas e que, com o Covid-19, alimentou fortemente uma homogeneização de seus conceitos que já vinham caminhando. Quando surge a concepção de cidade-estado grega, os indivíduos passaram a possuir uma vida política separada da vida doméstica, criando duas ordens de existência: sua vida própria e sua vida comum (ARENDETT, 1958, p. 33).

A ordem da vida própria era concedida à esfera privada, característica do lar e da família. Seu espaço era constituído por pessoas que conviviam pelos mesmos desejos e necessidades: fornecer alimento, se reproduzir e se proteger do mundo externo. A ordem da vida comum era proporcionada pela esfera pública, acontecia na *polis*(cidade) e era a esfera da liberdade. Para os gregos, a liberdade só acontecia na *polis* e o mundo público era um território de aparência, aos quais as coisas ditas e feitas podiam ser vistas e ouvidas pelos outros (ibidem, p. 37-40).

A Grécia Antiga expõe a relação bipartida da casa com a cidade. Porém, datados nos séculos XVII e XVIII, com o surgimento das sociedades modernas, acontece um processo de ascensão social (ibidem, p. 47) em que, atividades de descanso-lazer, alimentação e contato familiar, que aconteciam dentro de casa, passaram a ser realizadas no espaço público e logo, passou-se a ocorrer nas cidades a maior parte das interações sociais. Hoje, o termo público está ligado ao saber, à esfera do poder público e ao Estado. Mas ainda assim, a esfera do privado remete à concepção grega antiga, que inclui a casa, o lar e a família. Com a ascensão do capitalismo, da revolução da informação e da evolução das mídias digitais, as atividades de produção e sobrevivência se tornaram cada vez mais desvinculadas dos limites tradicionais da vida privada, se afastando dos confins restritos da casa e se tornando publicamente relevantes (THOMPSON, 2010, p. 14).

Com a pandemia, em um processo reverso do que vinha ocorrendo em que as atividades do espaço privado se davam cada vez mais no espaço público, a esfera pública e suas funções sociais foram adaptadas para dentro da esfera privada (MOREIRA et al., 2021, p. 194). Para suprir a demanda por novos espaços existenciais, corpos exilados do espaço físico rumaram para o universo digital onde buscaram recriar parte de suas vidas a partir da experiência remota proporcionada pelas redes sociais, plataformas interativas, recursos de simulação, vigilância e transmissão de dados. Parte da população se viu obrigada a buscar nas tecnologias das redes aptidão de se fazer tudo que era possível à distância: dar aulas, assisti-las, trabalhar, fazer compras, conversar, jogar, praticar exercícios físicos, acesso à arte e música no formato dos palcos digitais e *lives streamadas*(BEIGUELMAN, 2020, p. 15-19).

Circunstâncias estas que já vinham sendo construídas a partir da hiperconectividade, mas que se consolidaram no cotidiano das pessoas de maneira intensa e descontrolada, capturados pela força energética do meio digital e a necessidade de sociabilidade emergente (BARRIO, REY E GARCIA, 2017, p. 64). Desta forma, os impactos do uso exacerbado das tecnologias e redes sociais digitais como campo de experimentação da vida, que diz respeito aos contornos da subjetividade ligada a existencialidade no território digital, geram uma modificação nos paradigmas fundamentais na relação entre o ser/sujeito com a casa e a cidade, seu sentido de público-privado e outras dissidências decorrentes do uso das tecnologias de maneira desenfreada.

No avanço progressivo e frenético tecnológico durante a pandemia, desencadeou-se um **escapismo algorítmico**. Escapismo, que significa atitude de fuga ao cotidiano ou a uma realidade específica, pelo fato de migrar a vida pública que acontecia na cidade para as telas, e das telas escapar de alguma forma do isolamento na casa; e algorítmico pelas

tramas dos algoritmos dos sistemas de informação (BEIGUELMAN, 2020, p. 20).

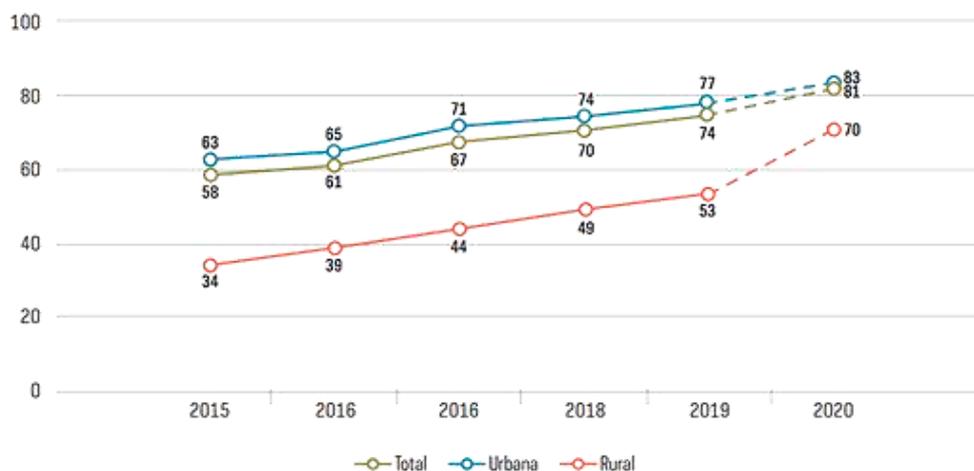
De acordo com o Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação (CETIC), em 2019, 74% da população brasileira possuía acesso à internet (valor comedido entre as áreas urbanas e rurais). Em 2020 este número aumentou em sete pontos percentuais, elevando a proporção de domicílios com acesso à internet a 81% (Gráfico 1). Apesar das porcentagens virem aumentando gradativamente conforme o passar dos anos, entre 2019/2020 os valores aumentaram mais do que a média regular que vinha acontecendo e percebe-se principalmente um crescimento exponencial do uso das redes nas áreas rurais, frente a necessidade de adaptação da realidade imposta a todas as estratificações de território (CETIC, 2021, p. 2; VIEIRA E GALVÃO, 2020, p. 6).

Segundo nova pesquisa realizada pela CETIC (2022, p. 1), no ano de 2021 na área urbana não houve crescimento do uso de internet em domicílios, mantendo os 83 pontos percentuais; na área rural, o valor passou de 70% para 71%. Estes dados demonstram como o primeiro ano de pandemia vide as quarentenas, o acesso à internet aumentou com maior intensidade e passado para o segundo ano pandêmico, em que as funções sociais começaram a gradualmente voltar a tomar o território urbano, estes números voltam a manter constância.

Gráfico 1: Usuários de internet no Brasil de 2015 a 2020

**USUÁRIOS DE INTERNET, POR ÁREA (2015 - 2020)**

Total da população (%)



Fonte: CETIC, 2020

Ressalta-se que os dados de acesso à internet por domicílio precisam ser somados ao fator da frequência de uso dos dispositivos de acesso às redes. Considerando que no Brasil o celular se tornou o principal dispositivo de acesso à internet nos últimos anos (CETIC, 2021, p. 4), a empresa *data.ai*, uma das principais consultoras mundiais especializada no mercado de aplicativos, relatou que no Brasil o tempo gasto diário em frente às telas cresceu até 35% de 2019 a 2022. De acordo com o levantamento, a quantidade de horas diárias passou das 4,1 horas, em 2019, para 5,2 horas diárias, em 2020, até chegar às 5,4 horas diárias em 2021. Os brasileiros, pelo segundo ano consecutivo, passaram a liderar o *ranking* de países que gastam mais horas por dia nos dispositivos móveis, empatado apenas com a Indonésia (DATA.AI, 2022, p. 2). Isso sem levar em consideração o tempo somado às telas dos computadores, *tablets*, televisão, entre outros dispositivos. Logo, demonstra-se como a mediação tecnológica vem se tornando cada vez mais enraizada no cotidiano dos brasileiros e que de fato, a pandemia se tornou um ponto culminante desta virada de chave.

No binômio casa-cidade, um dos reflexos dos dados apontados foi a intimidade forçada, “com todos vendo a casa de todos”, em uma cultura de vigilância cada vez mais naturalizada (BEIGUELMAN, 2020, p. 23). A representação da casa na imagem veiculada pela internet começou a se confundir em uma edição de si mesma, redimensionando a apresentação do espaço privado em esfera pública, e a localização da casa no território foi virtualizada na presença abstraída das telas (BARBOSA, 2021, p. 20-21), aporte para falar da homogeneização entre as dicotomias público-privado.

A base do pensamento grego antigo frente à esfera pública está correlacionada às coisas ditas, vistas e ouvidas, ou seja, as pessoas se tornam visíveis para os outros (ARENDR, 1958, p. 40). A visibilidade comum é localizada e recíproca (ao menos a princípio): a quem se vê compartilha uma mesma referência espaço-temporal e a quem está em um mesmo campo de visão vê e é visto (contando que não esteja oculto de alguma forma), um fenômeno de visibilidade localizada da copresença (THOMPSON, 2010, p. 20). Com o desenvolvimento midiático comunicacional e as tecnologias da informação e comunicação (TIC's), a visibilidade dos indivíduos foi liberada das condições espaço-temporais do aqui e agora e da necessidade de dividir espaço.

Flusser (1998, p. 7-41) aponta que esta visibilidade (somada a escuta e a sensibilidade) pode ser traduzida pela representação imagética advinda da imaginação, na tentativa humana de representar algo. Com a invenção de aparelhos produtores de imagens em uma sociedade cada vez mais farta de textos, adquiriu-se a capacidade amplificada de imaginar e decodificar fenômenos de quatro dimensões em símbolos planos. Uma pessoa não precisa mais estar presente na mesma relação de espaço e tempo para testemunhar um evento, assim como uma pessoa pode acompanhar eventos que tenham ocorrido no passado e que são rerepresentados no presente. A imagem irrompe o caráter recíproco da visibilidade de forma unidirecional, as pessoas observam as outras distantemente através dos

vídeos, filmes e fotografias, mas estes não podem, na maioria dos casos, vê-la. Assim emerge uma *visibilidade desespacializada*, produzindo a forma íntima de autoapresentação liberada das limitações da copresença (THOMPSON, 2010, p. 20-23).

A visibilidade desespacializada aponta para uma contaminação da esfera privada pela esfera pública. A dinâmica social clássica começa a ser invertida ao passo da sociedade não sair do privado rumo ao público, mas ser empurrada pelas imagens até o nível mais privado de seu sentido a fim de buscar informação (FLUSSER, 2008, p. 56). Hoje, quando um indivíduo está em sua casa e se conecta a internet, divulgando informações e imagens sobre si mesmo a milhares de outras pessoas, ele pode até estar em um espaço privado que é o da casa, mas ao mesmo tempo está participando de uma arena pública de disseminação de informação. Por isso, dentre outras formas, que a pandemia e a amplificação da interiorização da vida pública assistida pelas TIC's, a vida se manteve pública de outra forma (THOMPSON, 2010, p. 29).

Seja em uma tentativa de fuga, impermanência, ou reterritorialização, o escapismo algorítmico desperta uma demasia de virtualidades frente ao uso dos dispositivos (ibidem, p. 21; MALTA et al., 2020, p. 9) e passou de elemento chave para suprir as necessidades básicas do dia-a-dia para episódios de sobrecarga psicológica, *zoom fatigue*, *cognitive overload* ou *digital overload* (PEPER et al, 2021, p. 50; SCHMITT, BREUER e WULF, 2021, p.2). Os dispositivos se tornaram – pelo número, desempenho e intensidade de uso – um instrumento essencial de ser e da construção de opinião na vida das pessoas. A capacidade desses dispositivos tem favorecido o desenvolvimento de uma experiência do usuário que desenha um cenário abrangente no qual os processos de comunicação, troca e busca de informação se sobrepõem (BARRIO, REY E GARCIA, 2017, p. 64). Há autores que afirmam que a perda de subjetividade produzida pela ruptura cultural de uma mudança drástica e repentina do cotidiano exige

luto (COVER, 2021, p.5), e que essa condução direta e rápida frente aos dispositivos, não criou possibilidade para isso. Mudaram-se no ano de 2020, os ritmos, os algoritmos e as dissidências.



**EM CASA:  
A PRODUÇÃO DE PRESENÇA E  
AMBIÊNCIA NO ESPAÇO IMPROVISADO**

## **2.1 CASA ASSÍNCRONA: A IMPROVISAÇÃO MATERIAL DO ESPAÇO DOMÉSTICO**

Durante a pandemia, módulos síncronos e assíncronos de ensino tomaram grande parte da área educacional, significando que aulas e palestras eram ministradas em diferentes relações de tempo nas plataformas de transmissão online. Sincronicamente, a participação em sala de aula era em conjunto e todas as pessoas conectadas frente às telas, ou, assincronicamente ocorriam por detrás das telas, cada qual pessoa em seu respectivo tempo de estudo. Esta alusão de **sincronia e assincronia** representa uma metáfora inicial que nomeia alguns subcapítulos a fim de explicar as relações que o Covid-19 desencadeou perante a casa e sua conectividade digital.

A hermenêutica e a metafísica determinam que o espaço é constituído de um significante de materialidade em conjunto com um sentido imaterial profundo aplicado a ele (GUMBRECHT, 2010, p. 14 e p. 51). Utilizando ambas as áreas nas discussões a seguir, desvincula-se a primeira instância a casa das redes digitais, chamada então de casa assíncrona.

A materialidade é uma importante dimensão existente, no qual os fenômenos, eventos e crises se fazem tangíveis e impactam os sentidos e os corpos (BARBOSA, 2021, p. 20). A casa na pandemia foi reorganizada para angariar a interiorização da vida pública. Os processos foram fugazes e sobrepostos uns aos outros, e entremeio, a casa construída passou por modificações físicas e/ou simbólicas que ressignificaram seus espaços, usos, experiências e percepções.

O compartilhamento do espaço da casa regido sob novas rotinas totalmente interiorizadas reuniu uma gama de atividades por metro quadrado que partiram rumo a sucessivas improvisações espaciais. **Improvisar** na arquitetura está centrado na ação e tem por princípio a flexibilidade de organização, uma vez que não busca produzir uma solução específica e necessariamente duradoura, mas reage agregando valor a uma situação-problema (ROCHA, 2015, p. 52). Por um lado, há a improvisação relativa às coisas materiais e utilitárias. Por outro lado, há também as improvisações humanas de cunho artístico, linguístico, imaterial, ou puramente comportamental (BOUFLEUR, 2013, p. 8). Na trajetória da quarentena é possível identificar exemplos que resultaram numa série de improvisações, mas debruça-se a priori no imprevisto de cunho material. Vale salientar que são exemplos de diferentes naturezas socioeconômicas, mas reforçam como as situações-problemas redobram ações de imprevisto no binômio casa-cidade.

Vê-se os **espaços de transição**. Ao focar as relações entre a casa e cidade, cria-se a dimensão de espaço entre limites, chamada de espaço de transição (SCHMID E SCHNEIDER, 2022, p. 2). A transição em arquitetura atua como elemento mediador entre o lugar de dentro e o lugar de fora, e como debatido no capítulo anterior, são espaços importantes no *ritorno* e na produção de territorialidade (DELEUZE E GUATTARI, 1997a, p. 118-121). Anterior a pandemia, estes espaços eram vistos como lugares permeados na cidade - elevadores, ponto de ônibus,

recepções, corredores, determinadas calçadas, pátios, entre outros -, mas após as diligências da OMS, criou-se dentro da própria casa um espaço de transição, onde a porta de entrada (e saída) era o limite da segurança. Nunca se sobrevalorizou tanto os pequenos espaços de entrada quanto em tempos pandêmicos, uma espécie de zona/cabine de descontaminação para deixar o vírus para trás e voltar à segurança comedida. Passava-se da porta para dentro, deixavam-se sapatos, roupas, máscaras, objetos que vieram da rua, higienizavam-se as mãos e após todo este ritual, entrava-se de fato em casa (figura 6).

Figura 6: Arte de Lucas Albani - Espaço de Transição em casa



Fonte: al.es.gov.br/, 2020

Nota-se que os espaços de transição regrados a normas de higiene não são novidade no campo da arquitetura, já que a arquitetura tradicional japonesa conta com os denominados *genkans* (figura 7). Um recuo na mesma cota de nível da rua, mas abrigado no interior da casa, este espaço de transição possui o piso revestido do mesmo material do exterior, onde são deixados os sapatos contaminados. Na realidade, a cultura japonesa foi exemplo quanto aos seus métodos sanitários na pandemia, por exemplo, no uso das máscaras (BARBOSA, 2021, p. 27).

Figura 7: Exemplo de *genkan* japonês



Fonte: hometeka.com.br, 2022

Mas falar de improvisação da casa durante a quarentena é claramente ressaltar o *home office*. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que, durante o segundo trimestre de 2020, 17,4% dos trabalhadores do mundo eram trabalhadores de casa, uma diferença significativa em relação ao cenário pré-pandemia, em que apenas 7,9% da força de trabalho global adotavam esta modalidade (SOARES et al., 2021, p. 16).

O lar há muito tempo tem exercido uma função quase instrumental de abrigar os moradores temporariamente entre uma jornada de trabalho e outra. Nesta perspectiva, a mudança abrupta da rotina advinda da quarentena obrigou a uma parcela da população o exercício do trabalho em casa, reorganizando arranjos internos e forçando a convivência continuada entre seus habitantes, extinguindo a separação entre os modos de morar e os modos de trabalhar (SILVEIRA, ROSSI E DE VUONO, 2020, p. 2). O *home office*, expressão anglófona que nomeia o espaço da casa voltado à atividade laboral, foi improvisado muitas vezes, sem nenhuma adequação espacial. Qualidades como a ergonomia, iluminação adequada, qualidade acústica e itens constitutivos dos espaços de produção, passaram a ser considerados supérfluos ante a emergência em

se garantir a produtividade (figura 8) (BARBOSA, 2021, p. 23). A extinção da dicotomia entre a jornada de trabalho *versus* horário de lazer ou descanso acelerou uma transformação social onde os modos de morar e os modos de trabalhar não apenas se confundiram, mas foram se homogeneizando como medida durante e para além da quarentena (SILVEIRA, ROSSI E DE VUONO, 2020, p. 4).

Figura 8: A realidade do home office na pandemia



Fonte: Maeda, 2020

Os resultados específicos dos processos de improviso são, na maioria das vezes, imprevisíveis (ROCHA, 2015, p. 52), mas também podem deixar marcas no tempo (ou no espaço). Já é possível entender parte dos efeitos das improvisações espaciais advindas da pandemia sobre os dois exemplos acima. Nos princípios do exílio, o espaço de transição deixou de ser imperceptível/de passagem e passou a ser um espaço vital. Com o decorrer da quarentena prolongada, a sua conduta se tornou menos rígida e foi sendo readaptado de acordo que o conhecimento sobre a enfermidade ia se tornando mais preciso. Apesar disso, o espaço construído ou o pensamento de projeto também foram alterados: houve reformas interiores e novos projetos que inseriram lavatório na entrada da casa ou criaram acesso direto ao banheiro por meio da entrada de serviço,

ou ainda, os espaços de transição continuam contendo álcool higienizador na entrada (FARO, CASTRO E SILVA, 2022, p. 174).

Efeitos como esse também são rebatidos sobre o *home office*. Assim como no espaço de transição, foram deixadas marcas conforme ia se conhecendo e vivenciando mais o espaço doméstico, entendendo suas dinâmicas e espacialidades que forneciam maior conforto (térmico, acústico, lumínico, etc). Passou-se a incluir em reformas, reorganização ou novos projetos, adaptações mais confortáveis de postos de trabalho/estudo (que não mais aconteceria sobre a mesa de jantar ou no sofá)(*ibidem*).

Percebe-se também que o *home office* foi adotado por muitas empresas como modelo de negócio, deixando de ser algo transitório. De acordo com a pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Administração (FIA), o trabalho em casa foi adotado por 46% das empresas no Brasil durante a pandemia (AGÊNCIA BRASIL, 2020, p. 1). Apesar do regresso dos números mais atuais de trabalho remoto no Brasil, eles não regridem para o nível pré-pandemia e reafirmam a conduta de empresas que realmente adotaram esta forma de administração (AGÊNCIA BRASIL, 2021, p. 1).

No final de 2020 foi realizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid-19 (PNAD) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), única pesquisa em âmbito nacional que permite um acompanhamento detalhado do trabalho remoto no país. Em análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 8,7 milhões de pessoas ocupadas que estavam trabalhando remotamente de casa em maio de 2020, em novembro do mesmo ano este número caiu para 7,3 milhões de pessoas (tabela 1)(GÓES, MARTINS E NASCIMENTO, 2021, p. 2).

Tabela 1: Pessoas ocupadas exercendo atividade de maneira remota

Grupos	Número de pessoas em maio	Número de pessoas em junho	Número de pessoas em julho	Número de pessoas em agosto	Número de pessoas em setembro	Número de pessoas em outubro	Número de pessoas em novembro	Percentual em novembro
Pessoas ocupadas	84,404	83,449	81,484	82,141	82,934	84,134	84,661	
Pessoas ocupadas não afastadas	65,441	68,693	71,746	75,454	77,564	79,447	80,229	94,8
Pessoas ocupadas exercendo atividade de maneira remota	8,709	8,694	8,403	8,376	8,073	7,596	7,330	9,1

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea. Fonte: PNAD/Covid-19 apud Góes, Martins e Nascimento, 2021.

A pesquisa PNAD/Covid-19 ainda demonstra que do número total de trabalhadores remotos, há uma diferença entre o setor público e privado. Apesar de ambos terem regredido, o setor público fechou a pesquisa em novembro com um número mais alto do que em maio de 2020, que passou de 2,78 para 2,85 milhões de pessoas (tendo seu pico em agosto, com 3,13 milhões). O setor privado foi apenas regredindo, de 5,93 milhões para 4,48 milhões (tabela 2)(GÓES, MARTINS E NASCIMENTO, 2021, p. 4). Todavia, a experiência do trabalho remoto demonstrou que há uma série de fatores que influenciam as empresas a continuar com o *home office*, como, a redução de custos com aluguel de máquinas e espaço físico, do transporte do trabalhadores, entre outros, e por isso acredita-se que o número diminui, mas deve manter uma constância daqui para frente (AGÊNCIA BRASIL, 2020, p. 2).

Tabela 2: Pessoas em trabalho remoto segmentadas por setores.

Categoria \ Mês	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Setor público (em numero de pessoas em milhões)	2,78	2,99	2,94	3,13	3,04	2,91	2,85
Setor privado (em numero de pessoas em milhões)	5,93	5,71	5,46	5,25	5,03	4,68	4,48

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea. Fonte: PNAD/Covid-19 apud Góes, Martins e Nascimento, 2021

Mas a grande questão dos fatos levantados é que as modificações contemporâneas vieram somadas a alta carga psicossomática refletida perante o espaço. Tomando mais uma vez o *home office* como parâmetro, trabalhadores que realizaram trabalho remoto durante a pandemia apresentaram menores níveis de bem-estar físico e mental e maiores

níveis de percepção de estresse e *burnout* em comparação com o cenário pré-pandêmico. Idade, sexo feminino, não ter experiência anterior em teletrabalho, dificuldade no espaço de trabalho, hábitos de vida pouco saudáveis, filhos em casa, carga horária, dificuldades de comunicação, distrações durante o horário de trabalho e procrastinação foram associados a piores desfechos. A mudança abrupta de rotina e a possível redução da interação social provocada pela pandemia do Covid-19 criaram sem precedentes para quem estava em *home office* durante a pandemia, a procrastinação (a falha da autorregulação direcionada a metas que resulta em um ato disfuncional de adiar uma tarefa) e o *cyberslacking/cyberloafing* (o uso indevido da internet para fins pessoais durante jornada de trabalho), criando menor satisfação no trabalho e maiores níveis de exaustão relacionada ao trabalho e/ou Síndrome de *Burnout* (ARENAS et al., 2022, p. 333-334).

Os dados e fatos trazidos são apenas um olhar sobre uma parte da população. São importantes para entender os efeitos nas residências brasileiras, mas apesar do coronavírus atingir a todas as classes sociais, ela não atinge de maneira igual, revelando a inerência e desigualdade social. A pandemia ilustrou a precarização trabalhista e a necessidade de muitas pessoas de escolher entre ficar sem nenhuma renda, ou sair de casa sob o risco de ser contaminada ou de propagar o vírus (INSTITUTO PÓLIS, 2020, p. 1). Em 2020 a taxa de desemprego aumentou de 11,9% para 13,5% comparada ao ano anterior. A maior taxa da série histórica desta pesquisa do IBGE que vem acontecendo desde 2012 demonstram que os estados da Bahia (19,8%), Alagoas (18,6%), Sergipe (18,4%) e Rio de Janeiro (17,4%) atingiram as maiores médias, enquanto as menores foram com Santa Catarina (6,1%), Rio Grande do Sul (9,1%) e Paraná (9,4%) (IBGE, 2021, p. 1).

Tabela 3: Taxas de desocupação (desemprego) em médias anuais

Taxa de Desocupação Médias anuais (em %)									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	7,4	7,1	6,8	8,5	11,5	12,7	12,3	11,9	13,5
Rondônia	6,4	5,1	4,2	5,6	7,9	8,2	9,1	8,0	10,4
Acre	8,4	9,0	7,7	8,5	10,9	14,1	13,5	14,5	15,1
Amazonas	9,5	9,1	7,7	9,5	13,6	15,7	13,9	14,0	15,8
Roraima	7,6	8,0	6,3	8,5	8,8	9,9	12,3	14,9	16,4
Pará	7,4	7,3	7,2	8,8	11,2	11,8	11,1	10,8	10,4
Amapá	13,2	11,5	10,3	11,0	15,5	17,7	20,2	17,4	14,9
Tocantins	7,7	7,5	7,5	8,6	11,5	11,7	10,6	10,8	11,6
Maranhão	8,1	7,9	6,8	8,6	11,9	14,3	14,4	14,3	15,9
Piauí	6,9	7,5	6,5	7,6	9,4	12,9	12,8	12,8	12,8
Ceará	7,7	7,8	7,4	8,8	12,0	12,6	11,3	10,9	13,2
Rio Grande do Norte	11,4	10,7	11,0	12,0	14,2	14,5	13,6	13,1	15,8
Paraíba	9,2	8,8	8,9	9,5	11,4	11,4	11,1	11,6	14,6
Pernambuco	9,1	9,0	8,2	9,9	14,6	17,7	16,7	15,5	16,8
Alagoas	11,4	10,6	9,6	11,2	14,1	16,7	17,0	14,9	18,6
Sergipe	10,3	10,3	9,2	9,1	13,3	14,3	16,6	15,1	18,4
Bahia	11,1	11,2	10,3	12,3	15,9	17,0	17,0	17,2	19,8
Minas Gerais	6,9	6,6	6,7	8,5	11,1	12,2	10,7	10,1	12,5
Espírito Santo	7,1	7,1	6,2	7,7	12,2	13,1	11,5	11,0	12,7
Rio de Janeiro	7,5	6,8	6,3	7,6	11,7	14,9	15,0	14,7	17,4
São Paulo	7,3	7,2	7,1	9,3	12,4	13,4	13,3	12,5	13,9
Paraná	5,0	4,3	4,0	5,9	8,2	9,0	8,8	8,5	9,4
Santa Catarina	3,4	3,1	2,9	4,1	6,3	7,1	6,4	6,1	6,1
Rio Grande do Sul	4,8	4,8	5,0	6,2	8,2	8,4	8,1	8,0	9,1
Mato Grosso do Sul	6,1	4,7	4,1	6,1	7,7	8,5	7,6	8,0	10,0
Mato Grosso	5,5	4,4	4,0	6,1	9,4	9,0	7,9	8,0	9,7
Goiás	5,4	5,4	5,3	7,3	10,5	10,6	9,2	10,6	12,4
Distrito Federal	8,6	9,0	9,0	10,1	12,0	13,2	12,7	13,4	14,8

Fonte: IBGE - PNAD Contínua

				Mínimo valor da UF					
				Máximo valor da UF					

Fonte: IBGE, 2021

Para as condutas do isolamento social, a consequência mais direta do desemprego foi a fome e a diminuição de recursos até para necessidades básicas (MENEZES, 2021, p. 9). Basicamente, a improvisação se tornou regramento de existência. Como sobreviver a pandemia em uma casa sem condições mínimas? Ou ainda, como sobreviver sem uma casa?

## **2.2 AS CASAS PRECÁRIAS E OS SEM CASA: IMPROVISO CENTRADO NA AÇÃO**

Apesar de não ser o foco direto da pesquisa tratar sobre questões centradas no âmbito da habitação social, é indissociável falar do binômio casa-cidade e Covid-19 sem falar das condições precárias de moradia ou até mesmo a falta de moradia que a pandemia ressaltou no Brasil. As premissas apresentadas serão importantes para análises nos subtópicos seguintes quanto a produção de presença e a produção de ambiência, que atingem a população de formas muito diferentes.

Entende-se que a precariedade é um subproduto da expansão capitalista dos modos de produção, trabalho e moradia, com marcas profundas na história mundial e brasileira. As medidas preventivas de isolamento social, distanciamento, quarentena, higienização pessoal e sanitização do espaço, que desembocaram no ideal de *home office*, revelaram que estas formas de combate são mais difíceis de manter em moradores que vivem predominantemente de trabalhos manuais, submetidos a relações frágeis de trabalho, que não possuem internet de qualidade e vivem na escassez de água potável (MATOS E ENÉAS, 2021, p. 10).

Residências lotadas e com famílias dividindo pequenos espaços não seguem o caminho de segurança sanitária determinado pela OMS, expondo o antigo problema da moradia brasileira. No Brasil, mais de três milhões de famílias vivem em situação de coabitação, ou seja, mais de uma família divide a mesma casa e quase 320 mil pessoas vivem em situação de adensamento excessivo, sendo em média três moradores dormindo no mesmo cômodo (INSTITUTO PÓLIS, 2022, p. 1). Não é novidade do Covid-19 que as populações subalternizadas, como as populações residentes de favelas, podem eclodir facilmente uma epidemia, uma vez que suas condições de saneamento básico são péssimas, falta água constante e as pessoas não dispõem de recursos financeiros para se cuidarem: “Comprar álcool em gel ou água mineral?” (MATOS E ENÉAS, 2021, p. 13).

O medo de não saber lidar com a situação que assolou o mundo irrompeu em locais de alta aglomeração residencial no pânico, emergindo inúmeras dúvidas sobre os sintomas e como cuidar de si, da família e da casa. “Como evitar aglomeração, se já vivemos em casas com grandes aglomerações, muitas delas sem qualquer tipo de ventilação?” (PERES, 2020, p. 22).

Foi na força da improvisação, não necessariamente a material - a casa não fornecia suporte para isso -, mas na **improvisação das ações** humanas e condutas comportamentais. A expressão humana de propor uma configuração nova, partindo de uma estrutura ou realidade dada e caracterizada pela ausência de preparo prévio, engloba a atitude humana mais básica da improvisação. Territórios periféricos são tradicionalmente um lugar de alto índice de improvisação devido às suas condições naturais sem recursos e baixa infraestrutura (BOUFLEUR, 2013, p. 22-28). Percebeu-se na pandemia, que nestes locais a fronteira da casa foi extrapolada e o território urbano ganhou o aspecto de uma casa ampliada: a população não possuía aporte dentro das paredes de uma

casa, mas se fecharam dentro de sua própria comunidade, uma grande doma.

Contrarregra de uma sociedade cada vez mais isolada, durante a pandemia, a força coletiva subverteu o panorama das pessoas margeadas, improvisando ações baseadas na solidariedade, que ajudavam comunidades a sobreviver ao Covid-19. Quando o território lida com o caos, nascem da desordem, a estratégia e a ação, criando um movimento também de **sinergia** (MORIN, 2001, p. 221; RÍOS, 2011, p. 205). A força sinérgica durante a pandemia pode ser compelida pelos movimentos sociais, frentes comunitárias e gabinetes de crise que improvisaram meios de ajudar uns aos outros e superar as adversidades. Apesar da heterogeneidade de ações onde algumas regiões eram mais castigadas do que as outras, ocorreram exemplos no Brasil como o caso de Paraisópolis (São Paulo), que devido à grande capacidade de mobilização dos moradores, houve melhor controle do coronavírus do que em outros bairros paulistanos (FLEURY E MENEZES, 2021, p. 273).

As primeiras formas de improvisar, como era possível em meio ao caos inicial, moradores e cidadãos sensibilizados à causa organizaram vaquinhas virtuais e sites, no intuito de arrecadar dinheiro ou cestas de materiais básicos para as famílias necessitadas. Somaram-se a isso as doações diretas, encontrando voz nas mídias e redes sociais para solicitar o arrecadamento de marmitas, materiais de higiene, máscaras, alimentos e roupas, contribuindo para que mais pessoas ficassem em casa e se protegessem da infecção (MATOS E ENÉAS, 2021, p. 10).

Neste processo também foi instituído o Auxílio Emergencial pela Lei n. 13.982, de 2 de abril de 2020, produzida a partir da pressão dos movimentos sociais e certos partidos políticos, prevendo o pagamento por três meses de R\$600,00 limitado a R\$1.200,00 por núcleo familiar, sendo posteriormente estendido por mais dois meses. Pode ter sido uma ajuda importante na luta de classe contra a ofensiva à lógica capitalista

amplificada pela pandemia, mas não foi garantidor de proteção social e teve dificuldades para sua consolidação pelo volume de necessitados (ao qual nem todos foram abarcados). Um auxílio mínimo corrompido pela inflação no país e desvalorização da moeda, que ajudou em partes, mas não se tornou suficiente para a realidade pandêmica e muito menos para a realidade das estruturas precárias sociais brasileiras (CORREIA et al., 2020, p. 4).

A mobilização de apoios externos gerou uma série de ações de organização interna, que foi da divulgação, do mapeamento das necessidades, da estruturação da distribuição à prestação de contas (FLEURY E MENEZES, 2021, p. 278). A partir do momento em que passaram a se organizar em prol do bem comum, foram instituídos líderes de rua para ajudar aqueles que mais precisavam e organizar as formas de arrecadação de doações e a busca por atendimento médico (MATOS E ENÉAS, 2021, p. 10).

Para a garantia da subsistência dos concidadãos, as associações de moradores, coletivos e grupos (existentes ou criados na pandemia) mobilizaram trabalhos de múltiplas dimensões: organização interna para decidir como as doações ocorreriam; mapeamento das famílias que seriam beneficiadas; acionamento das redes de contatos externos; organização para o recebimento das doações e distribuição dos alimentos (vê-se aqui a implicação de improvisar e readequar espaços maiores para apoio); e prestação de contas (FLEURY E MENEZES, 2021, p. 270).

Tudo isso juntamente às diferentes frentes de ações de comunicação, improvisando faixas, cartazes, vídeos, imagens, artes de rua, “manual de como não vacilar em tempos de coronavírus” (figura 9). Foi preciso ampliar a comunicação interna para fazer a informação atualizada e verídica chegar às pessoas, buscando estratégias para conseguir dialogar com mais eficiência, com linguagem direta e seguir ao máximo como possível

as recomendações da OMS para evitar a transmissão (PERES, 2020, p. 22; FLEURY E MENEZES, 2021, p. 271).

Figura 9: Faixas com dizeres para orientar as pessoas como proceder na pandemia do Covid-19 em diferentes favelas brasileiras



Fonte: rioonwatch.gov.br, 2020

A sinergia em volta da necessidade de muitos lugares somados a falta de gestão governamental, irromperam em inúmeras críticas não apenas à realidade urbana e doméstica de tais lugares, mas também como as condutas durante a pandemia era extremamente falhas, inclusive sobre os

dados oficiais que eram subnotificados nesses lugares devido ao número reduzido de testes e deficiências na contabilização dos óbitos. Até neste sentido, os coletivos precisaram se organizar e improvisar meios de levantamento de dados próprios, desenvolvendo sistemas de informação e monitoramento das moradias afetadas e da ocorrência de óbitos. Aconteciam pelas redes sociais, *whatsapp*, *instagram*, *facebook*, *twitter* ou de boca em boca, de porta em porta<sup>3</sup> (FLEURY E MENEZES, 2021, p. 271).

Estas ações revelam que a improvisação, apesar de ser um ato ligado inicialmente a um indivíduo e suas particularidades, vide a pandemia, gerou um efeito coletivo que não implica simplesmente em manifestações isoladas e de idiosincrasias específicas. De forma abrangente as improvisações se tornaram um fenômeno de caráter social na medida em que, a soma de seus exemplos representou uma ampla movimentação de transformação, fosse ela material ou não (BOUFLEUR, 2013, p. 46).

A partir deste ponto, cabe ressaltar uma última questão que não pode passar em branco, já que o trabalho tem apelo de registro aos fatos ocorridos na pandemia do Covid-19. Foi falado sobre pessoas de classes sociais diferentes, que habitam casas diferentes, do nível mais alto àqueles que vivem em condições mínimas, mas que ainda possuem um teto. Todavia, o coronavírus fragilizou ainda mais uma população invisível no início da pandemia, a **população de rua**. Inclusive, devido ao aumento do desemprego e das dificuldades, essa invisibilidade passou com o tempo a ser muito visível.

Entronizar e se isolar, permanecer em espaços delimitados, não sair de casa ou do bairro, criou uma **alienação** para o que acontecia fora da bolha

---

<sup>3</sup> Alguns exemplos: Voz das Comunidades; CoronaNasFavelas – Frente Maré; Paineis do Santa Marta; Paineis do Alemão; Paineis de Manguinhos; Paineis de Monitoramento Covid-19 na Rocinha; Coronazap Borel; Paineis Providência. Disponíveis em <https://bit.ly/33f5hMg>

social e individual. Houve um aumento expressivo do número de pessoas desabrigadas (AGÊNCIA SENADO, 2022, p. 1). Diante das notícias veiculadas, a população de rua passou a ganhar visibilidade pelo aumento de seu número e provavelmente pelo medo do contágio que podiam trazer. Diversos depoimentos desta população reforçaram a precariedade vivida na rua exacerbada com a chegada da pandemia e em especial como ficou complicado conseguir alimento (PAULA, 2020, p.5).

O fechamento dos comércios locais e diminuição dos transeuntes nas cidades fez cessar doações e auxílios para os residentes de rua. As instituições filantrópicas que atuam com doações também deixaram as ruas, levando essa população a ficar dias seguidos sem se alimentar. Depoimentos descrevem a inexistência de equipamentos de proteção, como máscaras e álcool, longe ainda de terem sabão e água para higienizar as mãos. Falar de improviso nessas condições é até difícil, já que a população de rua já vive improvisando sua sobrevivência. Mas as redes de solidariedade foram ressurgindo quando as notícias sobre a falta de alimento foram sendo divulgadas, ocorrendo às distribuições voluntárias de alimentos, água e produtos de higiene. Entretanto, quando não se noticiava, as ações sumiam (ibidem, p.4-6).

Tornou-se clara a falta de políticas públicas decentes para a população de rua, em que criar abrigos e albergues temporários para acolhê-los não resolve a situação da habitação. A questão foi tão alarmante que foi distribuído no Senado o Projeto de Lei - PL 1.635/2022, instituindo um diploma legal específico que propõe criar o Fundo Nacional da População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. É um passo importante a ser dado (apesar de estar em instâncias iniciais) e cabe dizer que o texto também criminaliza a prática de aporofobia (aversão a pobres)(AGÊNCIA SENADO, 2022, p. 1).

Todos estes fatos demonstram que o grau de institucionalização e articulação pode ser tomado como um indicador importante do capital social. Mas também desafiam o improviso que transparece a capacidade e a necessidade de impressão do ser humano ao mundo, num jogo que testa seus limites de interferência e apropriação (FLEURY E MENEZES, 2021. p. 273). Condicionantes essas que são transpostas ao espaço e ao território como formas de experiência e percepção, criando atrito constante no binômio casa-cidade.

### **2.3 A PRODUÇÃO DE PRESENÇA NO AMBIENTE DOMÉSTICO**

Inicialmente, para fundamentar as próximas reflexões, partir-se-á de conceitos básicos da arquitetura trazidos por autores referências de tempos passados, mas que seus pensamentos ainda fundamentam a base da arquitetura quanto ao binômio casa-cidade em seu cerne simbólico de experiência e percepção. Todavia entende-se que estes fundamentos precisam ser atualizados, e isso será um esforço ao longo deste texto e principalmente, dos próximos capítulos.

Norberg-Schulz (1965, p. 461) afirma que o propósito da arquitetura é fornecer um ponto de existência que propicie a orientação no espaço e a identificação para com ele. Quando a população mundial foi designada ao distanciamento social, colocaram-se em contraponto três pilares básicos do binômio casa-cidade como pontos existenciais: a experiência do corpo humano - um corpo de potencial hospedeiro virulento, transmissor ou doente -; a cognição humana e sua percepção ambiental; e a condição de reterritorialização entronizada na casa. Independente da classe social, os corpos sofreram exercícios de poder (restrição, coerção, aflição, embarreiramento, higienização, entre outros) que criaram ou ressaltaram impactos simbólicos na casa (BARBOSA, 2021, p. 19).

Os assuntos abordados até aqui (entronização, interiorização da vida, público-privado, a casa improvisada e as casas precárias) contornam o binômio casa-cidade assentado sobre linhas fronteiriças: “a fronteira e a soleira são elementos constitutivos do território-existencial” (NORBERG-SCHULZ, 1965, p. 469). Entendendo que a casa funciona como um corpo expandido, onde a construção reflete o indivíduo, a corporificação provê uma fronteira que media um componente estrutural (geometria tridimensional materializada por meio de bordas e limites) e uma componente perceptiva (marcada por sua qualidade). O contato do corpo humano com o espaço atua assim, através da vivência, a percepção e a experiência (VIZIOLI, TIBERTI E BOTASSO, 2021, p. 44-46; FIORI E SCHMID, 2020, p. 125).

A partir deste ponto, experiência e percepção serão desenhados via produção de presença (GUMBRECHT, 2010) e produção de ambiência (DUARTE, 2011). No rearranjo improvisado da casa, ou em contraponto, na casa superlotada, o confronto da experiência e o sentido de percepção geraram uma predisposição emocional de maneira extremamente excessiva com base no medo e nas sensibilidades superpostas umas às outras (BARBOSA, 2021, p. 19).

Toda experiência com a arquitetura é multissensorial e reforça a experiência existencial, a sensação de pertencer ao mundo e o enraizamento da identidade pessoal (PALLASMAA, 2009, p. 39). Por experiência, entende-se a prática ou interação do corpo com o espaço a partir de determinados fenômenos (conjunto que tem por resposta a territorialização). A predisposição emocional pelos arranjos espaciais e comunicação do corpo com o espaço criam uma reação imediata e vínculo emocional. Por isso, chegar em casa depois de uma longa jornada de trabalho significa descanso, ciclo completo e segurança, pois é ali que se criou vínculo afetivo e memória. Através da **escalabilidade** construída cotidianamente no espaço pelo conjunto de pequenas interações e

respostas emocionais, a experiência condicionada naquele local vai se fortificando, ou também, vai mudando na relação tempo-espaço (SCHMID E SCHNEIDER, 2022, p. 1-5).

Rompida a escalabilidade da experiência conforme estabelecida a quarentena, a presença na casa atingiu diferentes estados da sua natureza comum, aos quais flutuam de acordo com a realidade social de cada pessoa. Em primeiro lugar, a presença está correlacionada à materialidade e às coisas que são tangíveis ao corpo e não são, necessariamente, apreensíveis por uma relação de sentido. Pensando assim, o binômio casa-cidade é o grande agente de produção de presença, pois conferem a relação espacial do mundo, seus objetos e o sujeito. Logo, a presença nesse contexto, também significa referência espacial (GUMBRECHT, 2010, p. 9-38).

A primazia de estar quarentenado, horizontalmente aplicada a todos, condiciona a produção de presença ao exílio e determina a não ultrapassagem da fronteira da casa, condicionando o corpo a uma **presença enclausurada** no espaço doméstico. A condição corporal de cada indivíduo induz e impõe interpretações do espaço vivenciado através da movimentação, conduzida pelos sentidos e as limitações ao qual o corpo é refém. Movimentando-se entre a casa e a cidade, permitem-se mudanças de perspectivas e composição de experiências, que conjuntamente compõem a sensação global da casa em si (FIORI E SCHMID, 2020, p. 125-127).

Este sentido global é convertido em presença, constituinte das raízes do ser e estar no espaço construído. Na quarentena, quando se cria um estado de presença enclausurada, que não desencadeia no *ritornelo* à cidade, a presença se torna sobreposta e condicionada aos usos do espaço (a sala de jantar é também espaço de trabalho, que também é espaço de refeição, que também é espaço de conversa em família, que

também é local de estudo). Em diferentes extremos, para o morador solitário ou na coabitação, a produção de presença se tornou sobreposta conforme ocorria a amplificação do uso da casa como espaço de desempenho público e social.

O grupo social que sentiu grande efeito sobre a presença enclausurada (apesar da quarentena destinada à todos), foi a população idosa. Existiu uma força estigmatizante de pessoas idosas sendo convertidas em grupo de risco. Quando houve um *boom* de disseminação do coronavírus em seu primeiro epicentro, ocorrido na Itália, a maior população afetada no local foram os idosos. Apesar de no Brasil eles serem altamente acometidos aos piores desfechos, alguns estudos apontam que a classe econômica mais baixa era quem mais apresentavam maior índice de mortalidade, independente de ser idoso. De toda forma, a atenção e rigorosidade da quarentena e a restrição árdua de movimentação dos idosos para executarem suas necessidades básicas na cidade (até porque, muitas das vezes, estavam sozinhos) reforçam a presença enclausurada (DOURADO, 2020, p. 154- 155).

O desconforto advindo do enclausuramento, a inadaptação do espaço residencial e a restrição da movimentação, tornaram a produção da **presença irregular**, pela falta ou dificuldade do ir e vir. A cidade sugere estados emocionais que estimulam ações predefinidas pelos usos (estado ativo de aprendizado na escola, festivo em uma casa de shows, entre outros). Sair da casa e se expor ao externo, como ir ao trabalho ou entretenimento, necessita de um estado emocional e uma experiência que transite, em diferentes intensidades, entre o conforto e a aventura, para que a atividade humana se realize em sua plenitude: “presos no ambiente habitacional sentimos tédio, enquanto, se fôssemos impedidos de voltar à casa, provavelmente, nos sentiríamos exaustos”. A falta de variedade de sensações ou a sobreposição delas conduzidas no espaço é uma forma de compreender porque somente a casa não é

suficiente para todos os estados mentais e atividades. Quando não há mais a possibilidade da regulação da presença no movimento binomial casa-cidade, provido pelo ritmo de vida, responde-se com insatisfação ao espaço construído, significando que: ou a casa não é construída de forma a habitar (o que também reluz no grande problema das precarização das moradias), ou o habitar reflete a essência de cada indivíduo, que não aprecia essa autoimagem (FIORI E SCHMID, 2020, p. 124-125).

Quando o homem habita, ele está simultaneamente localizado em um espaço e exposto a duas funções psicológicas básicas, a de orientação e a de identificação. O apoio de um território-existencial conformado pela habitação é aquele em que o indivíduo deve ser capaz de se orientar, de saber onde está e de se identificar com o ambiente. É necessário ressaltar que habitar pressupõe, antes de tudo, uma identificação com o ambiente que significa estar em paz num lugar protegido (NORBERG-SCHULZ, 1965, p. 455-456). Quando a presença se torna irregular e enclausurada, a carga psicossomática aplicada ao espaço são amplificadas no habitar da **contra-presença**. Este estigma não é necessariamente a ausência, pois a presença continua sendo produzida (e superposta entre si). Com base no grau de hostilidade do/no ambiente doméstico - seja de formação inicial ou de criação ao longo do tempo -, a contra-presença surge da vontade de não estar ali subjugado aos sentimentos negativos de exílio, cansaço e estresse.

É possível trazer três exemplos de contra-presença que a pandemia resultou. O primeiro foi citado no subcapítulo anterior, levando em consideração as questões de moradias sem espaços mínimos e decentes de habitação. A partir do momento em que a casa mal fornece dimensão material para condições básicas da vida ou podendo ainda ser um espaço coabitado por muitas pessoas, a quarentena rígida não condiz com uma realidade de isolamento. Revelando a contra-presença na hostilidade do

espaço inepto, impossibilita-se de criar vínculo identitário e permanência na casa que não tem espaço suficiente para isso.

O segundo exemplo pode ser demonstrado através da relação da casa e da mulher na quarentena. Na pandemia, houve um aumento significativo da violência doméstica contra mulheres, aumento da síndrome de *burnout* feminino e conflito constante entre trabalho-família. Devido a questões como: estresse econômico, redução de acesso às redes socioafetivas, limitação de acesso aos tratamentos de saúde mental, problemas inerente a deficiências já existentes no sistema de saúde público, entre outra série de fatores, para muitas mulheres a casa que já era onde ocorria grande parte das agressões físicas, psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais, se tornou com o Covid-19 um espaço ainda mais truculento (BEZERRA et al., 2020, p. 480).

Foram vários países que informaram o aumento de ocorrências violentas contra as mulheres em casa, como China, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Portugal. No Brasil, houve um aumento de 27% de denúncias no *ligue 180*, número que deve ser ainda mais alto ao levar em consideração as mulheres que não denunciaram. A casa nada pacífica ou segura, também foi espaço de batalha constante, criando na contrapresença sua forma de sobrevivência (MOREIRA et al., 2020, p. 5).

No contexto da pandemia, para algumas mulheres, os ofícios de cuidado misturam-se às rotinas de *home office* e *homeschooling*. O conflito trabalho-família corrobora na pressão do desempenho de papéis profissional e pessoal, ao qual o atendimento a um papel se torna difícil em conformidade com o outro. Ainda que sejam atividades cansativas, elas são atravessadas por privilégios de classe e raça. Para algumas mulheres, o *home office* remunerado representa uma impossibilidade, seja pelo vínculo de trabalho informal ou seja pela natureza de suas atividades. Para outras mulheres, a exaustão é condicionada pela

diminuição brusca de renda e a falta de rede de apoio devido às medidas de quarentena (LEMOS, BARBOSA E MONZATO, 2021, p. 390; MOREIRA et al., 2020, p. 5). A resposta disso é que as mulheres, especialmente as mães com filhos menores de 12 anos, apresentaram durante a pandemia os níveis mais elevados de *burnout* quando comparadas aos homens (ARENAS et al., 2022, p. 336).

O terceiro exemplo expõe justamente a relação das crianças e adolescentes com a pandemia. Embora em idade pediátrica a doença tenha uma apresentação clínica mais ligeira e com melhor prognóstico relativamente aos adultos, eles também foram perpassados pelo processo de entronização e interiorização da vida pública (e todas as consequências disso). Em curto e médio prazo, a média dos escores de estresse pós-traumático foi quatro vezes maior em crianças em quarentena. São várias as causas da contra-presença para crianças e adolescentes: a duração prolongada de estresse, temores de infecção, frustração, tédio, a falta de contato pessoal com colegas, falta de espaço em casa, e perdas financeiras na família. E ainda, em algum momento, muitas famílias tiveram de lidar com o luto de pessoas próximas (LUCAS et al., 2020, p. 75).

Uma das formas mais abordadas na produção da presença durante a quarentena foi a simulação da **presença digital ou telepresença**. Diferente dos apontamentos anteriores, a telepresença rompe com a fronteira da soleira na sua forma de abstração mais pura, apesar do corpo permanecer exilado. Foram nas TIC's que parte da população abriu espaço para continuar com suas rotinas adaptadas. Apesar de ser uma presença simulada, ela possibilitou exercer as funções interiorizadas, avante de uma presença com câmeras desabilitadas, dos áudios mutáveis, das telas desligáveis e pela flutuação no espaço virtual.

Quaisquer que sejam os estados da conformação da presença, analisar a casa somente por seu âmbito é insuficiente quando se pensam em questões que serão abordadas daqui para frente. Uma destas questões é que a experiência da vida cotidiana cria um fenômeno qualitativo total que não pode ser reduzido a nenhuma das partes. Em conjunto, a presença e o espaço físico compõem a ambiência, que durante a pandemia, corroborou para pensar a habitação (VIZIOLI, TIBERTI E BOTASSO, 2021, p. 46).

## **2.4 A PRODUÇÃO DE AMBIÊNCIA NO EXÍLIO**

Torna-se indissociável estudar a presença do corpo no espaço e a dimensão sensível que ela cria sem falar de **ambiência**: o corpo sente, sem ele não há percepção e nem movimento. Durante a pandemia, a ambiência urbana foi cessada ou modificada, e a ambiência da casa foi ressignificada. A ambiência surge do ato de perceber e traduzir os estímulos ambientais que são refletidos em padrões de comportamento (BESTETTI, 2014, p. 604). A percepção de um conjunto de qualidades é irradiada por objetos (constituintes da casa e da cidade), paisagens e/ou pessoas, presenciadas e sentidas espacialmente (FIORI E SCHMID, 2020, p. 126). O corpo ao se comunicar com situações ou objetos responde sensorialmente, gerando ambiências que o indivíduo se identifica (ibidem). Mais próxima do campo empírico do que teórico, a ambiência é correlata da passagem da dimensão sensível para a dimensão cognitiva, desencadeada pela memória e, conseqüentemente, pela fantasia, pelo desejo, pelo processo complexo de significações presente nas experiências (DUARTE, 2011, p. 2).

Basicamente, a ambiência é formada por **conexões** e a partir do alastramento do Covid-19, muitas delas foram rompidas. Ela advém da conexão do **contexto físico e cultural**, ou seja, a criação de vínculo e pertencimento (espaço da memória e cultura, questões-chaves entre público e privado, comunicação com paisagem e abrigo das rotinas); surge também da conexão do **objeto com o corpo**, dialogando através das características do objeto (estética, dimensão, escala, massa, com o usuário); questões **temporais**, no **movimento** no espaço, na criação de **presença** e no **percurso cotidiano** na construção dos sentidos; e a conexão do **corpo com o espaço** (FIORI E SCHMID, 2020, p. 128).

A conexão do corpo com o espaço traduz os sentidos em **perceptivo, espacial e proxêmico**. O sentido perceptivo relaciona-se aos sentidos da visão, audição, olfato, paladar e tato, usados conjuntamente ou de acordo com os estímulos mais intensos, provocando o registro de mudanças no ambiente e garantindo uma interpretação que pode causar bem-estar ou não. O ambiente físico é composto pelas pessoas e pelos equipamentos que lhes permitem desenvolver atividades, definindo o sentido espacial. O sentido proxêmico é definido como sendo relacionado às distâncias físicas que as pessoas estabelecem espontaneamente entre si no convívio social, e das variações dessas distâncias de acordo com as condições ambientais e os diversos grupos ou situações sociais e culturais em que se encontram (BESTETTI, 2014, p. 604).

Pressupondo então a casa como cenário material onde se vive, mas também o efeito moral e sensível que seu meio físico induz no comportamento dos indivíduos, a proxêmica doméstica criou na pandemia uma conduta de **ambiências embaralhadas**. O atrito sensível entre o espaço construído e o embaralhamento das ambiências desequilibrou a humanização dos elementos constitutivos do descanso, do conforto, da tranquilidade, da privacidade e assim por diante, sobrecarregando um espaço por caos e cansaço (ibidem, p. 602). Talvez as ambiências

embaralhadas reassentaram e expuseram velhas condutas de moradias em diferentes naturezas socioeconômicas de cada lugar (CASTILHO, 2020, p. 3). Ao compasso da busca por espaços mais arejados, com boa iluminação, varandas e etc, expôs do outro lado a precariedade de moradia de grande parcela da população brasileira.

Ter uma casa, minimamente, é um fator de proteção, independentemente de suas qualidades ambientais e questões essenciais ligadas ao habitar. A pandemia demonstrou a baixa qualidade espacial das habitações, cuja estagnação, decorrente do isolamento, acendeu a insatisfação em relação ao ambiente circundante, ansiando coletivamente a vontade de sair, mesmo que a pandemia também tenha demonstrado que os ambientes externos às residências também são desqualificados. Sejam pessoas com habitações qualificadas ou com habitações precárias, elas anseiam a mobilidade irrestrita (FIORI E SCHMID, 2020, 124).

Em um polo, como exposto no subcapítulo 2.2, poderes coercitivos se revelam na miséria vivida pelo corpo pobre, do direito à cidade e do direito à vida em uma sociedade desigual, racializada e de classes (MENEZES, 2021, p. 5). Se nas epidemias passadas as vítimas eram os escravizados e pobres, em 2020 os mais vulneráveis à pandemia foram seus herdeiros históricos: os moradores das favelas, os presidiários e a população em situação de rua. As casas das classes subalternizadas destacaram o quão desprovido de condições mínimas de existência possuem, apresentando, secularmente, os mesmos problemas de habitações insalubres, inexistência ou precariedade de redes de saneamento básico, serviços públicos de atenção à saúde e transporte (CASTILHO, 2020, p. 12-18).

Em outro polo, a moradia passou a valorizar itens esquecidos na história recente, como a varanda, o espaço de lazer, locais de convívio e de contato com o mundo exterior. Os espaços exteriores das casas começaram a ser incorporados com mais frequência no cotidiano: as

varandas, os pátios, os jardins e os terraços tornam-se o espaço para comer e o lugar de onde se conversava em altura com outros vizinhos (VELOSO, 2020, p. 204; MARCUS et al, 2022, p. 20). De acordo com a pesquisa privada feita por uma plataforma do setor imobiliário no Brasil, a Imóvelweb (2020, p. 1) aponta que houve um incremento de 128% na busca por imóveis com varandas quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Outro dado que a pesquisa expõe é o interesse por imóveis rurais, que aumentou em 310% no primeiro ano da pandemia em comparação ao ano anterior. Uma busca pela liberdade da presença enclausurada e da ambiência embaralhada (AGÊNCIA BRASIL, 2020, p. 1; CNN, 2020, p. 1; IMÓVELWEB, 2020, p. 2).

Estes dados demonstram outro fator que é repetido nas crises sanitárias passadas. No livro "Um diário do Ano da Peste", originário do ano de 1722, Daniel Defoe (2014, p. 25) descreve como foi o processo da epidemia da Peste Bubônica na Inglaterra. Apesar de o escritor e jornalista ser apenas um garoto na época, a obra envolve muitos anos de pesquisa e revela que o primeiro movimento quando se começou a falar da Peste, deram-se apenas duas opções às pessoas: ou se trancar em casa ou fugir para o campo.

Apesar disso, a pandemia do Covid-19 também chegou às áreas rurais e não foi apenas condicionada às cidades e grandes metrópoles, revelando a peculiaridade desta crise correlata à globalização hiperbólica. Quando se alia o aumento da busca pelo exílio rural aos dados no gráfico 1<sup>4</sup> do primeiro capítulo sobre aumento de usuários de internet no Brasil entre 2019 e 2020, percebe-se dentre correlações que, (1) parte da população urbana que migrou para o campo durante a pandemia precisou aumentar sua conectividade digital no meio rural enquanto ali estava hospedada e (2)

---

<sup>4</sup> O Gráfico demonstra que de 2019 para 2020, aumentou-se o número de usuários de internet em zonas rurais de 53% para 70%, o salto mais significativo durante a pandemia.

como a população rural, que também foi amplamente atingida pelo Covid-19, precisou se adequar às regras digitais da contemporaneidade.

O uso da internet passou a ser então uma importante condicionante da realidade quando se fala de experiência e percepção, amplificada na pandemia. Surgido os meios de informação e comunicação, o espaço se tornou sujeito a movimentos de maior ou menor proximidade e de maior ou menor intensidade. Os efeitos espaciais produzidos pelas tecnologias mais avançadas podem despertar o desejo de presença e ambiência, porém esse desejo não é uma simples substituição destes sentidos em si, correlatas da materialidade. Porém, há controvérsias sobre este tópico, questão a ser refletida a seguir (GUMBRECHT, 2010, p. 15-38).



**EM CASA:  
O HIPER-HIBRIDISMO DO ESPAÇO DOMÉSTICO**

### **3.1 PARA ALÉM DO HIBRIDISMO**

Há autores que afirmam que as mudanças advindas da pandemia foram mais significativas no espaço privado do que no espaço público (MARCÚS et al., 2020, p. 10), mas acredita-se que a trama paradigmática do binômio casa-cidade seja mais complexa do que esta afirmação. O exílio advindo da pandemia irrompeu em dois aspectos quanto às espacialidades domésticas: um relacionado ao **plano simbólico** e outro ao **plano físico**, ambos ligados entre si e analisados aqui pela transição drástica das atividades humanas presenciais para o ciberespaço, **hiper-hibridizando** os espaços e a vida. Tudo indica que a propagação digital já em curso vai perdurar (MORIN, 2020, p. 48). Uma porção extensa e crescente da sociedade vinha progressivamente incorporando o uso do ciberespaço ao longo do tempo, e de forma abrupta, se tornou mais digital do que nunca.

O meio **técnico-científico-informacional** (os campos da ciência, da tecnologia e da informação juntos) é, há algum tempo, a base da produção, utilização e funcionamento dos territórios (SANTOS, 2002, p. 159). Nos primeiros anos dos dispositivos digitais somados às redes de internet, aos quais eram estacionários a um local, separava-se em dois planos paralelos um pretense mundo físico, perceptível e dotado de realidade e um universo imaterial, chamado de mundo virtual (LÉVY, 1996, p. 7; SANTAELLA, 2021, p. 86). À primeira instância, entende-se como mundo virtual o **ciberespaço**, termo atribuído por W. Gibson em *Neuromancer* (1984). O ciberespaço é o conjunto das informações que transitam nos servidores e terminais conectados à internet (FRAGOSO, 2000, p. 4): “Uma representação gráfica dos dados abstraídos dos bancos de cada computador no sistema humano” (GIBSON, 1993, p. 67).

À medida que o meio técnico-científico-informacional evoluiu e forneceu aparatos móveis e acessíveis a uma parcela maior da população, uma série de sistemas tecnológicos passou a moldar a experiência da vida cotidiana de uma forma que não era possível em épocas anteriores (GREENFIELD, 2017, p. 6). Onipresente e arraigada à vida contemporânea, as tecnologias vêm transformando os espaços físicos e o ciberespaço em **espaços híbridos**. O espaço híbrido não é meramente criado pela tecnologia, mas é resultante de práticas sociais que ocorrem simultaneamente em espaços físicos e digitais, gerando uma fusão de bordas e criando um espaço conceitual a partir do uso das tecnologias móveis como interfaces sociais (SOUZA E SILVA, 2006, p. 31).

O advento de laptops móveis e do *wi-fi* deu à sociedade a capacidade de acessar a internet em diferentes lugares, permitindo-lhes combinar distintas necessidades e desejos sem necessariamente criar um vínculo de uso específico em um espaço específico (trabalhar em um parque, não em um escritório; estudar em um café, e não na biblioteca; entre outros). *Smartphones* e redes 4G (5G, em seguida 6G...) dão continuidade a essa

tendência, permitindo que atividades e necessidades sejam resolvidas a partir de qualquer lugar, onde realidade e virtualidade estão disponíveis e são combinadas em uma única experiência - os espaços híbridos. No limiar entre mundos, divaga-se entre ambos os espaços com facilidade, e a mera disponibilidade de internet afeta a forma como o espaço físico é visto e vivenciado pela variação das multicamadas do real/virtual em busca de informações, realização de tarefas, compra de itens, comunicando-se com a família e amigos, e assim por diante (SOUZA E KÓS, 2020, p.3):

“[...] pode-se ver uma camada de ‘mapa’, verificando posição e direções de navegação, ou uma camada de ‘informação’ para saber mais sobre a história de um determinado lugar, ou uma camada de ‘avaliações’ para verificar o que as pessoas estão dizendo sobre o restaurante próximo, ou a camada ‘social’ para verificar o que seus amigos estão fazendo. A mente e a atenção divagam por essas diferentes ‘camadas’, informando escolhas e ações e mudando a experiência geral de viver” (ibidem).

Pierre Lévy (1996, p. 7) já apontava que a virtualização cria um êxodo da sociedade em direção ao ciberespaço, desvinculando-se do espaço-tempo. Entretanto, as práticas e atividades públicas interiorizadas durante a pandemia reforçaram um espaço doméstico de inextricáveis relações entre o ciberespaço e o ambiente físico. Em um ritmo da efemeridade, do aparecimento e desaparecimento, a casa concentrou um **espaço de fluxos** constantes, articulado pelas redes telemáticas (SANTAELLA, 2021, p. 86-87). Acordava-se com o despertador digital, checavam-se as redes sociais, fazia-se compra pelos aplicativos, ligava-se o computador para estudar ou trabalhar, pedia-se comida pelas plataformas online, ligava-se a televisão para se atualizar do mundo externo, acessavam-se as plataformas de *streaming* para espairar, checava-se o celular de minuto em minuto, fazia-se *videocall* ou ligações, entre outros, e assim, os hábitos rotineiros dentro de casa ficaram aprisionados no espaço de fluxos e não mais na cidade.

Lúcia Santaella (2021, p. 84-88) aponta que a cidade e a casa passam desde os anos 2000 pelo processo de hibridação, ligados à fusão das quatro formas principais da comunicação humana: o documento escrito (imprensa, magazine, livro); o audiovisual (televisão, vídeo, cinema), as telecomunicações (telefone, satélite, cabo) e a informática (computadores e programas informáticos). Todavia, o ponto de vista da autora se apoia com maior peso sob a ótica da cidade, que vinha se transformando em um espaço móvel, dotado de hipermobilidade, ou melhor, espaços sociais conectados e definidos pelo uso de interfaces portáteis.

Quando os dispositivos estacionários se libertaram dos cabos, eles saíram de casa e ganharam as ruas, num processo de *ritorno* constante no binômio casa-cidade. Mas a pandemia impôs a quarentena que restringiu a mobilidade dos dispositivos de acesso à internet dentro de casa. A liberdade física foi condicionada pela quarentena, mas a liberdade digital foi amplificada pela migração/êxodo da reterritorialização enquanto condicionante de hibridização da vida. O processo demonstra como o hibridismo se expande e toma conta de vários níveis da realidade, que vão desde as culturas contemporâneas à raiz das mídias, na hibridação dos signos textuais, sonoros e visuais que circulam no espaço físico. A trajetória dos hibridismos revela que sua tendência é a expansão. Dessa forma, Santaella (2021) afirma que se passa hoje pelo processo de **hiper-hibridização** (ibidem, p. 89).

Aparentemente, a sociedade atual está demarcada pelo prefixo *hiper-*. Advindo do grego *hupér*, significa “muito, em alto grau, além” e representa um nível quantificador acima (PRIBERAM, 2023, p. 1). Basicamente a sociedade contemporânea e **hipermoderna**, caracterizada pela fluidez e pela flexibilidade, é representada pela figura da hipérbole (figura de linguagem dos exageros e excessos) (CHARLES E LIPOVETSKY, 2004, p. 26). Pessoas cada vez mais **hiper-globalizadas**, conforme se amplia a **hiperconexão** territorial (YAÑEZ, 2020, p. 139) e a **hipermobilidade**, já que a

mobilidade física hoje foi acrescida da mobilidade informacional nas redes (SANTAELLA, 2021, p. 89), robustece uma época de **hiperconsumo**, um consumo que absorve e integra parcelas cada vez maiores da vida social; e reforça uma época de **hipernarcisismo**, ao qual as pessoas estão cada vez mais voltadas para si e são alimentadas pelo individualismo (CHARLES E LIPOVETSKY, 2004, p. 25-27). Todas estas relações são enrijecidas pela condicionante de **hiper-hibridização** dos mundos real-virtual que atravessa a contemporaneidade (SANTAELLA, 2021, P. 89).

A hiper-hibridização da vida e da casa ativa um estado de percepção da mente que se altera ao interagir com informações, sem definir os limites de cada meio (CAMARGO, 2019, p. 2). Porém **mente e corpo** precisam ser vistos como partes de um ser holístico para que se compreenda as experiências humanas. Os seres humanos são seres corpóreos e seres mentais, dotados de existencialidade. O corpo existe no espaço físico, tem necessidades fisiológicas e sente o ambiente; a mente pode se perder em pensamentos e abstrações. Alguém pode estar submerso na história de um filme e ser trazido “de volta” à realidade física pela necessidade de ir ao banheiro, por exemplo. Pensar no ciberespaço como substitutivo do espaço físico seria ignorar a natureza corpórea do homem, assim como ignorar que o universo ciber não faz parte da natureza pensante humana na atualidade (SOUZA E KÓS, 2020, p. 3).

Compreender como a vida acontece hiper-hibridizada é amplificar que o físico e o digital são espaços que confluem na formação de algo maior, um território-existencial-híbrido que em teoria não precisa sair de casa para ser constituído, e a princípio, é exilado das relações de cidade (LA ROCCA, 2016, p. 3). Vivenciar o território engloba o contexto ambiental (ambiente físico circundante ou a estrutura do ambiente virtual, por exemplo), as pessoas presentes, as atividades ocorrendo, o acesso e o uso da internet e todos os demais fatores que fazem parte da experiência, que são cada vez mais ofertadas pelas novas tecnologias. Uma territorialidade que não

é mais limitada às dimensões tradicionais do meio urbano, mas é associada a espacialidades flutuantes (CAMARGO, 2019, p. 6).

Não cabe negar os benefícios do progresso tecnológico (na pandemia, encurtou encontros, criou *background* para afanar saudade, permitiu trabalhar, assistir aulas, ver shows, entre outros), mas de bom ou mau grado, impõe prejuízos em diferentes planos de existência, do ambiental ao subjetivo e individual (RÜDIGER, 2013, p. 128; SANTOS, 2012, p. 35). “Os males de que nossa civilização padece são, efetivamente, os que tiveram origem na contrapartida da individualização, da tecnicização, da monetarização, do desenvolvimento, do bem-estar” (MORIN, 2020, p. 72).

Os dispositivos digitais se tornam ao mesmo tempo instrumentos de liberdade e instrumentos de servidão. Ao passo da internet permitir a livre expressão, que vai da criatividade ao delírio nas redes sociais, ela também oferece a qualquer indivíduo, meios de decifrar códigos protetores de segredos políticos e militares, de *hackearem* dados pessoais, e dá enorme poder de vigilância, violando o sigilo e o regramento básico da privacidade (ibidem, p. 48).

### **3.2 CASA SÍNCRONA - A CASA VIRTUALIZADA E SEU SENTIDO DE TRANSHABITAÇÃO**

A sincronicidade da casa, significante de hiper-hibridização na contemporaneidade, desenvolve na academia uma série de pesquisas que buscam conceituar em qual patamar se encontra a **casa contemporânea**. Destarte, não será atrelado às diferenciações dos conceitos de espaço, lugar e território, pois o que se busca nesta reflexão é o cerne simbólico em vista da casa e sua virtualização a partir de novas nomenclaturas, tais como: espaço intersticial (SANTAELLA, 2021), habitat atópico (DI FELICI, 2009), território informacional (LEMOS, 2008), *transhabitat* (CAMARGO, 2019), espaço híbrido (BEIGUELMAN, 2004) e lugar comum (NEGRI, 2015).

Para Santaella (2021, p. 88), a hiper-hibridização ao dissolver as linhas fronteiriças entre os espaços físicos e os espaços digitais, cria um espaço próprio que não pertence nem propriamente a um e nem ao outro, ao qual a autora nomeia a casa como um **“espaço intersticial”**: as bordas entre a fisicalidade e a virtualidade tornam-se difusas e não mais completamente distinguíveis. No processo de hibridação, o espaço criado pela conexão de mobilidade/comunicação no meio digital com o espaço físico simultaneamente geram espaços *in/off*. Desta forma são criados espaços flutuantes: espaços sociais conectados e definidos pelo uso de interfaces portáteis. A linha de tensão entre o binômio casa-cidade na contemporaneidade muita das vezes transita pelo espaço intersticial, principalmente quando aliado à relação de público-privado x TIC's, delineada no primeiro capítulo.

Esta opacidade da hibridação cria um habitar sistêmico, e, em tese, colaborativo, onde o ser e o espaço interagem e se autorregulam constantemente. Desta forma, Di Felici (2009, p. 291 apud CAMARGO, 2019, p. 5) considera a casa contemporânea como um **“habitat atópico”**, no sentido de estar mudando de um lugar natural, estático e equilibrado para um lugar comunicativo, flutuante e tecnológico. O autor considera que o habitar atópico vem da hibridação dinâmica de indivíduos, tecnologias e meios, cadenciada pela evolução das TIC's e reforça a casa como uma nova tipologia de ecossistema, nem orgânico e nem inorgânico, nem estético, nem delimitável, mas informativo e imaterial.

Para auxiliar no entendimento desta zona intersticial posta entre o ciberespaço e o espaço físico, Lemos (2008, p. 217-220) recorre ao termo **“território informacional”**, onde qualquer espaço pode se transformar no **“meu território”**, já que a pessoa pode controlá-lo informacionalmente. Deste controle informacional-pessoal, as multimídias modificam as relações entre perceber, criar e habitar, transformando a casa, segundo relembra Camargo (2019, p.2), em um **“transhabitat”**. *Trans-* está ligado à

transformação da informação com o auxílio das mídias e à transcodificação que gera e reinterpreta imagens. O termo *transshabitat* aponta para a associação das pessoas, mídias e ambientes que compõem um espaço habitável. Resultante da hibridação entre espaço físico e ciberespaço, constitui um habitat interativo onde as informações são construídas e reinterpretadas constantemente por conexões dinâmicas e compõem redes de topologias mutantes.

Pautado pela interconexão de redes e sistemas *on* e *offline*, na paridade experiencial do espaço físico e do ciberespaço, e na construção cognitiva sobre os dois modos de existência, Beiguelman (2004, p. 1 apud SANTAELLA, 2021, p. 88) traz para o debate de casa como um **“espaço híbrido”**. A pesquisadora se refere à mescla da atualidade com a virtualidade via a construção constante e atualização da realidade pelo meio informacional.

O cultivo do meio informacional, cada vez mais instantâneo e generalizado, projeta uma sociedade vulnerável ao avanço do capitalismo, migrando funções para os ambientes do ciberespaço sem entender necessariamente por onde permeia. Se instalando como coleções de alcunhas mutantes, senhas virtuais e agentes inteligentes, habita-se assim, um *transshabitat* sem raízes sobre qualquer ponto definido na superfície da cidade (RÜDIGER, 2013, p. 125-126). Em confluência a isso, Negri (2015, p. 62) demonstra que a casa também pode ser considerada como um **“lugar comum”**, que permeia entre a discussão dos limites entre espacialidades públicas e privadas, ao qual a casa não é mais privada, mas não é totalmente pública, ela se tornou um espaço comum.

Volta-se a ideia de território informacional de Lemos (2008). Os recursos incorporados às TIC's nas evoluções tecnológicas passaram a permitir uma sobreposição interativa entre os algoritmos e a expansão da materialidade. Por este sentido, a vivência, pelo menos em parte, da

cidade interiorizada na casa na pandemia, habilitou recriar uma reterritorialização, pensando que a *transhabitação* ativa o estado de território informacional. A convergência da materialidade e da virtualidade permite a construção dos **territórios informacionais ampliados**, que torna indissociável o físico e o digital, camadas que se compenetraram e, quando juntas, concatenam as nuances da atividade humana de forma híbrida (VALADARES E TEODORO, 2019, p. 14-15).

A fim de ilustrar e ajudar a circunscrever conceitualmente a *transhabitação* utiliza-se a ciência da **cibernética** como guia. Surgida como ciência em 1940 a partir da investigação de processamento do cérebro, a cibernética é um campo interdisciplinar que tem como meio principal a observação e reprodução dos sistemas de organizações. Basicamente, ela surge quando os conceitos de informação, *feedback* e regulação extrapolam os campos da engenharia para os sistemas em geral, incluindo sistemas de organismos vivos, processos inteligentes abstratos e linguagem (PANGARO, 2013, p. 2)

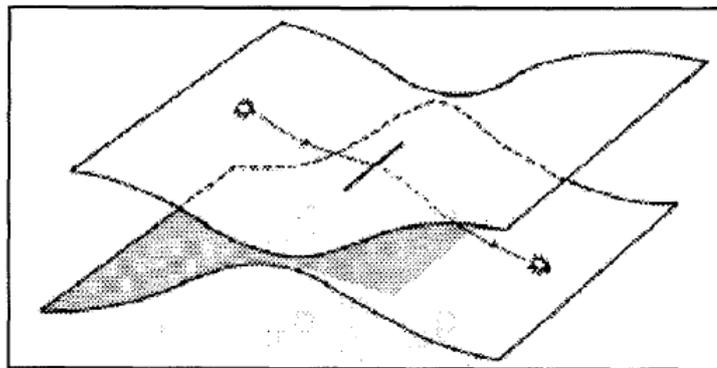
Ela pode ser segmentada atualmente em quatro fases, descritas a seguir.

(1) A Cibernética de Primeira Ordem: "A Cibernética dos sistemas observados", que investiga noções como mecanismos teleológicos, *feedback* e autorregulação. Seu paradigma computacional está ligado à computação simbólica mecânica. (2) Cibernética de Segunda Ordem: "A Cibernética de sistemas de observação", que se orientou fortemente para aplicações à biologia, ao entendimento dos organismos biológicos e da evolução. Seu paradigma computacional está correlacionado à computação evolutiva e a vida artificial. (3) A terceira fase da Cibernética é caracterizada pela expansão da investigação da vida artificial e da inteligência artificial (IA). Seu paradigma computacional surge da modelação baseada em agentes (IA). (4) A quarta e última fase até o momento é a Cibernética Quântica. Ela lida com a mecânica quântica dos campos fundamentais da natureza e com as partículas que lhes

correspondem. Seu paradigma computacional está relacionado à teoria da informação quântica e a computação quântica (GONÇALVES, 2013, p. 3-7; STASI, 2019, p. 4).

A cibernética tem origem de uma palavra grega que significa “a arte de dirigir” (PANGARO, 2013, p. 1). Seu modelo fundamental é o *loop*: ações que causam mudanças e geram novas ações em uma relação circular e constante, a serviço de um sistema que atua em pleno funcionamento. As ações de um sistema geram efeitos correspondentes a ele, medido por um fluxo de informações do ambiente que entra no sistema, chamado de *feedback*. Em processo cíclico, a partir do *feedback*, o sistema tenta por meio de nova ação, se adaptar ou seguir em frente (DUBBERLY E PANGARO, 2010, p. 26). Esta era a ideia inicial quando se falava na separação entre espaço digital e espaço físico, observe a imagem abaixo (figura 10).

Figura 10: Corte de Riemann representado por Tolva (1996)



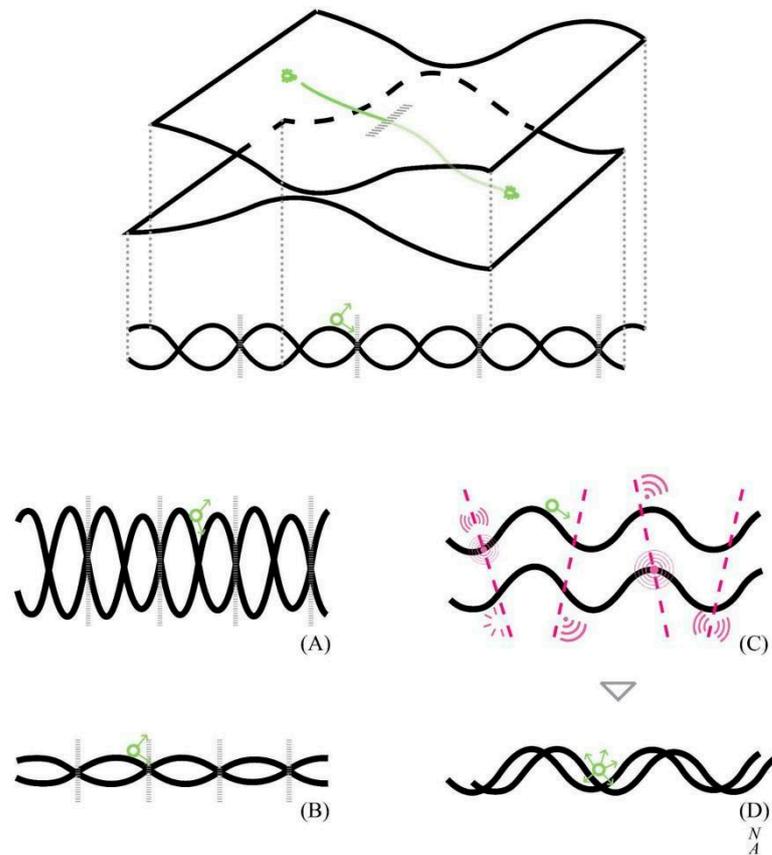
Fonte: Tolva (1996)

O diagrama representa a experiência cibernética de navegação no ciberespaço por uma lógica da década de 1990. Ele parte do pressuposto hipotético de um “ser plano”, incapaz de perceber as relações de profundidade, habitar em um espaço tridimensional, representado na imagem como duas folhas de papel que se tocam exatamente no local onde existe um pequeno corte em ambas. O ser plano percorre a superfície de seu universo bidimensional até chegar à abertura em que as

superfícies se encontram, atravessando na abertura criada pelos cortes em contato, e as ondas continuam acontecendo enquanto o ser está imerso neste processo contínuo, criando a condição de *feedback*. Para o observador externo é capaz de perceber a terceira dimensão, mas o ser que experiencia o processo, não dispõe de conceitos de profundidade, estando assim desorientado mesmo que reconheça que tenha se deslocado (FRAGOSO, 2000, p. 9).

Pensando agora na hiper-hibridização, principalmente através da Cibernética de Segunda Ordem, os territórios informacionais ampliados e o aumento do tempo do uso dos dispositivos ligados à internet, possibilita redesenhar e atualizar a lógica apresentada na figura 11. Trata-se na relação física-digital-híbrida, refletir sobre as ambiências de constante fluxo, onde o ser humano está sempre envolvido em mais de uma atividade interagindo com mais de um dispositivo e desenvolvendo tarefas múltiplas e não correlatas (BEIGUELMAN, 2004, p.1). A evolução conceitual da cibernética de "sistemas observados" (muito ligadas a sistemas físicos complexos), para "sistemas de observação" (orientados à linguagem, como ciência ou sistemas sociais), passa a incorporar explicitamente o observador na descrição, mantendo uma base em *feedback*, metas e informações (PANGARO, 2013, p. 3).

Figura 11: Redesenhando o Corte de Riemann



Fonte: Autoria própria

As cristas das ondas mais altas e mais baixas, que representam as diferentes espacialidades (real e virtual) se tornam mais ou menos frequentes de acordo com a imersão do usuário. A continuidade imersiva gera *feedback* das multimídias, que permite este usuário flutuar entre os espaços como representados pela letra (A) e (B) no diagrama, sem nem mesmo se desvincular de onde está e o que está fazendo. Mas se o usuário estiver desligado de qualquer dispositivo e não estiver experimentando o ciberespaço, ainda assim ele estará sendo perpassado pelo espectro eletromagnético no espaço de fluxos (C) (NOVAK, 1995, p. 222 apud DUARTE, 2002, p. 237), por isso a indissociabilidade entre os espaços na atualidade. É como uma **alteração genotípica** (D) das territorialidades materiais, que inter cruzadas por satélites, sinais, redes, geolocalizações,

dispositivos e etc, criam um **processo simbiótico** de hiper-hibridismo na *transhabitação*(STASI, 2019, p. 4).

Analisar o *transhabitat* sob a lente da cibernética evidencia como a casa se tornou um sistema retroalimentado por fluxos constantes de informação e comunicação, em que as TIC's (e seu campo eletromagnético) são os atributos de interação entre indivíduos e o espaço físico. Essa ação do interator exige um *feedback* em tempo real da mídia, que deriva um *ritornelo*(desterritorialização-reterritorialização) no espaço digital, provocando um rearranjo no processo de construção da existencialidade perante o espaço doméstico.

Dessa forma, o habitar contemporâneo adota uma face transorgânica a efeito dos fluxos comunicativos e das interações em rede, entre sujeitos x tecnologias informativas x ambiente. A casa se transforma, pluraliza e amplia com as informações em fluxos, possibilitando um habitar cada vez mais comunicativo. Na relação transorgânica, o *transhabitat* solicita novas configurações espaciais e se coloca como cenário mutante de experiências interativas constantes, pois a todo tempo desterritorializa e reterritorializa as pessoas(CAMARGO, 2019, p. 2).

Estas relações ainda serão alteradas quando a IA se tornar uma realidade cotidiana, levando a acreditar que a terceira fase da Cibernética redesenhará as relações expostas na imagem 11. Em um futuro cada vez mais próximo, ao elevar a nível quântico, essas relações passarão por novas transformações e mais uma vez o esquema apresentado na imagem anterior mudará pelo grau de ondulação que será correlacionado entre o corpo e espaço.

Assim como um vírus invisível e de propagação rápida pelo ar, a trama de percepção da virtualidade envolve todos os espaços, territórios, todas as coisas e todos os corpos da Terra. Vem cada vez mais acontecendo um processo de colonização da vida cotidiana pelo processamento da

informação. Mais uma vez, remonta-se um exercício de poder de colonizadores sobre colônia, em que o lado mais frágil retroalimenta o novo ouro da contemporaneidade, os dados pessoais: passíveis do controle e da influência no pensamento do outro, na tomada de decisão e na subjetividade. Apesar da disparidade digital entre diferentes classes socioeconômicas, todos estão imbuídos de alguma forma nesta trama que revisa a forma de viver o binômio casa-cidade e como se constrói o binômio. Cada uma das escalas de atividades humanas ilumina um aspecto diferente do desafio que é, a partir de agora, projetar, construir e alargar o que se torna uma “casa inteligente” em uma “cidade inteligente” (GREENFIELD, 2017, p. 31-33).

### 3.3 A INFLUÊNCIA DA DIGITALIDADE NA PRODUÇÃO DE PRESENÇA E AMBIÊNCIA

Vale voltar à questão da produção de presença na casa do capítulo anterior, já que a **hipótese** levantada no trabalho indaga se o hibridismo real-virtual pode ser produtor de presença, mas não ser capaz de criar ambiência. Hoje, resultante da colonização algorítmica, da proliferação dos dispositivos e da **hiper-hibridização** ainda mais na pandemia (BARBOSA, 2020, p. 20), reforça-se a ideia de Marcos Novak de que a ideologia do espaço ligada apenas à presença-ausência pode ser falha (1995, p. 222 apud DUARTE, 2002, p. 237). Entre o corpo e o comportamento, comedido pelas TIC's e por aparelhos biométricos (*relógios smartwatch*, leitores coletores de digitais para Aplicativos e Sistemas, leitores de face, comando de voz e etc), instala-se entre eles um campo eletromagnético no espaço de fluxos. As informações audiovisuais constantemente trocadas por dispositivos, os sinais eletromagnéticos que permitem esse compartilhamento e os circuitos geoestatísticos de transmissões e receptores que trafegam por segundos, cria um tráfego incessante de diversas formas de energia no espaço e preenche a ausência, ultrapassando barreiras de uma presença que precisa ser apenas física. Mesmo de maneira *offline*, a atualização de dados e sinais captados têm sido constantes e a presença física é perpassada por fluxos energéticos. Isso implica, pelo menos em parte, na descorporalização do homem, ao qual o corpo é abstraído em algoritmo, dado ou sinal, livre de amarras espaço-temporais ou relações sociais. "Atualmente, tanto a mais superficial quanto a mais íntima forma de relacionamento incluem a mediação: passamos cada vez mais tempo envolvidos em relacionamentos descorporificados" (ibidem, p. 238).

A descorporalização e fluxo constante de diferentes formas de energia passam a determinar uma temporalidade múltipla de um tempo multidimensional e que, portanto, sintetiza as dimensões heterogêneas do tempo e fundamenta os fluxos, os fixos, a casa e o corpo contemporâneo (ZOURABICHVILI, 2004, p. 64). Cabe fazer um adendo de que este ponto de vista é correlacionado à tríade casa, ciberespaço e campo eletromagnético advindos da **ampliação da realidade** que a hiper-hibridização condiciona, sob preceitos de uma consciência humana alargada. Mas a pandemia também reforçou a possibilidade de **simulação da realidade alternativa** (LEMMA, 2015, p. 69 apud OLIVEIRA MOREIRA, RODRIGUES E PEREIRA, 2021, p. 199).

A produção de presença também está condicionada às tecnologias que simulam a realidade, acrescidas do seu tempo elevado de utilização, surtindo efeitos na criação de experiência. Observa-se o fato dos *videochats* serem um dos principais meios de sociabilidade durante a quarentena (BEIGUELMAN, 2020, p. 19). Damasceno (2016) fundamenta a tese de que os *videochats* estimulam a imaginação audiovisual em um relacionamento intersubjetivo. A mera apresentação audiovisual e imagética de um corpo, mesmo que ele não exerça movimento de ação, indica ao menos, a ação dele de se revelar para o outro e observá-lo (DAMASCENO, 2016, p. 118). Alguma das vezes aponta inclusive para uma nova forma de *voyeurismo* digital, (adjetivo francês que significa observador/bisbilhoteiro) relacionado a observar o outro sem ser visto (CARDOSO, 2009, p. 174).

Flusser (1985, p. 7) atribui às imagens a função de produzir “mediações entre o homem e o mundo”. Para o autor, as imagens são informações codificadas e decodificadas que, na maioria das vezes, buscam representar objetos. O processo de co/decodificação surge da abstração das dimensões do objeto e a codificação em um plano (uma superfície). Desta forma é possível pensar nas imagens de *videochats* como um

código numérico (vazio e adimensional) que sintetiza código de superfície (bidimensional) e que se adequa à estrutura em linha do código conceitual (unidimensional). Este processo de codificar as imagens pelas simulações de vídeo resulta na combinação entre corpo e dispositivo, ao qual o sujeito não se relaciona propriamente com um contrassujeito, e sim com uma imagem (DAMASCENO, 2016, p. 42-124).

Os atos de codificar e decodificar, Flusser (1985, p. 12) chama de **imaginação**, ao qual ele distingue em dois tipos: um primeiro, em que o sujeito é um agente codificador, ou seja, ele é capaz de organizar os símbolos que formam o código (como desenhos, pinturas - as imagens tradicionais) ou um segundo tipo, ao quais as imagens são decodificadas por dispositivos, em que o sujeito não tem necessariamente o conhecimento dessa decodificação, ele apenas opera a tecnologia geradora das imagens. Neste caso, Flusser (ibidem) denomina de **imagem técnica**. As imagens técnicas ocupam uma centralidade no relacionamento de *videochat* ligada às ações expressivas dos sujeitos e às suas consciências intencionais. Os sujeitos expressam pelos *videochats* com a autonomia de suas consciências mutuamente direcionadas (uma autonomia relativa ante o mundo social). Desta forma, as imagens técnicas produzem presença entre um sujeito e outro, espacialmente distantes, além de centrar na experiência a programação das consciências (DAMASCENO, 2016, p. 44).

Abrir uma janela de um homem para outro homem, centrados na figura humana, criam no *videochat* a crença de que estão vendo um ao outro, que não estão mais sozinhos. Na soma da interface gráfica com o fluxo constante audiovisual enviado e recebido, assumem também a função de espelho, em que o sujeito vê o outro, mas, vê a si mesmo ao mesmo tempo. Essa relação no qual o homem acredita que vivencia o mundo através de imagens, Flusser (1985, p. 8) denomina de idolatria: o sujeito “confia nas imagens técnicas tanto quanto ele confia nos seus próprios

olhos". A idolatria confirma um relacionamento baseado na copresença digital, baseada no simulacro audiovisual que torna o outro presente, os tornam mais próximos (DAMASCENO, 2016, p. 45).

Giselle Beiguelman (2020, p. 14-15) propõe uma pequena etnografia da imagem compartilhada pelos *videochats* no auge da pandemia do Covid-19, observando o que se passa nas telas e na intimidade doméstica filmada:

[...] Médicos optam muitas vezes por transmitir suas imagens em ambientes neutros, de paredes brancas e armários embutidos que parecem altíssimos, enquadrados pessimamente pela câmera, o que faz do espaço um trapézio medonho. Intelectuais e acadêmicos das ciências humanas gravam em geral na frente de seus livros. Já os cientistas falam entre livros e fichários empilhados no escritório, como se estivessem em plena pesquisa, vasculhando referências e confrontando pesquisas e *journals*. Políticos têm padrões mais variados, mas posicionam-se com frequência diante da câmera como se estivessem em trânsito, prontos para escapar. Suas imagens em vídeo sugerem que estão sempre colados ao imediatismo dos fatos e, ao mesmo tempo, prontos para virar as costas e deixar tudo para trás. Economistas sentam-se em cadeiras altas, como se presidissem o mundo (BEIGUELMAN, 2020, p. 14-15).

Cabe lembrar que essas representações que tem o espaço construído de fundo, consideram câmeras ligadas em *videochats* emparelhados. Todavia também podem ocorrer conexões em que se mostra apenas o espaço ou mesmo vídeos desativados. A ausência de um corpo visível na imagem nem sempre indica uma ausência do sujeito no ambiente virtual, podendo o sujeito operar uma desconexão imediata ou executar uma ação relacional, como conversação por escrito, revelando uma presença oculta. Ainda assim, vê-se casos em que não há sujeito visível na imagem, não ocorreu desconexão ou qualquer resposta, que não cria então a copresença simulada (DAMASCENO, 2016, p. 118).

Flusser (2008, p. 56) pergunta se "existem técnicas que permitam reunir os dispersados?". Para ele, qualquer imagem é uma mensagem que "tem um emissor e procura por um receptor" (FLUSSER, 2007, p. 152), mas a forma

como as imagens técnicas são transportadas estrutura a sociedade contemporânea, ao produzir uma desintegração dos vínculos sociais físicos que torna os indivíduos solitários (DAMASCENO, 2016, p. 45).

Mas a questão é que apesar da presença ser produzida de uma forma ou de outra, não cria necessariamente um estado de ambiência para os seus usuários: o espaço digital é altamente desligável, deletável, contornável e mutável, não criando vínculo afetivo, ao passo de gerar claramente efeitos negativos de *digital overload*, *zoom fatigue*, entre outros. Cabe fazer um adendo que apesar disso, de maneira antagônica, mesmo sem vínculo afetivo, a partir da interatividade interface-usuário, ele pode criar vínculo cognitivo e se tornar viciante, o que não quer dizer necessariamente que neste processo, ele criará ambiência. Os fixos e fluxos e as tentativas dos dispositivos ligados a eles, se tornam violentas, mas nunca eficazes de juntar a experiência e a percepção (GUMBRECHT, 2010, p. 64). A contemporaneidade é marcada cada vez mais pela transição, um movimento que sugere que não há mais necessidade de operar uma mudança social no mundo dotado das tecnologias inteligentes, já que ela se torna automática (RÜDIGER, 2013, p. 126-127). Porém, compreender que a internet frauda requisitos normativos da interação humana precede entender que a mente humana tem limites de alcance no ciberespaço por ser um corpo fisiológico, e vivenciar o espaço real do binômio casa-cidade mesmo que perpassada por fluxos, é não substituir ao máximo as camadas de existência pela virtualidade.

A prosperidade da cultura tecnológica em ascensão caminha para o desengajamento e estranhamento sensorial e isolado, em que o sujeito passa a ser estranho para si mesmo. Seja um processo de **externalidade existencial** ou de **individualismo conectado**, a cultura tecnológica enfraquece o papel de outros domínios sensoriais, sobrevalorizando a hegemonia da visão, onde o mundo inteiro é visível e simultaneamente presente graças à tecnologia (PALLASMA, 2009, p. 83; BEIGUELMAN,

2020, p. 32). Todavia, somente o sentido da visão não é suficiente para gerar ambiência - como falado, ela é multisensorial.

Pensando em um cenário onde a presença passou a ser simulada, nos formatos de aulas online, série de *lives* por diferentes plataformas de vídeo, *home office*, *posts* de imagens e vídeos, sobrepõe-se a visão como sentido prioritário na constituição da existencialidade. Digitalmente, o cognitivo pode estar concentrado e reagindo a partir da visão, mas a ambiência real é fisiológica e depende de todos os outros sentidos somados aos objetos constitutivos do espaço. A simulação ativa o estado cognitivo de concentração, mas não ativa necessariamente o que se pode chamar de ambiência no ciberespaço.

Talvez seja aí que se encontra o próximo passo do desenvolvimento das tecnologias, que se concentram em criar uma **ambiência digital** carregada de todos os aparatos técnicos que já se conhecem (realidade aumentada, realidade virtual, *games*, objetos biométricos e etc). Na verdade, a ideia de realidade alternativa dentro de casa, de vivenciar a cidade sem sair do ambiente doméstico, efetivando o estado de descorporalização e que assim, ativa a ambiência digital, já possui possível nome, que é o **metaverso** - assunto a ser tratado no próximo capítulo.

É justamente na passagem da realidade ampliada para a substituição da realidade que emanam perigos sócio-político-econômicos (falta de relação humana real, coação política, domínio algorítmico e etc)(OLIVEIRA MOREIRA, RODRIGUES, PEREIRA, 2021, p. 200). Nisso, o corpo contemporâneo não é mais regulado apenas por sua passagem por instituições disciplinares (escola, fábrica, quartel, hospital, entre outros), mas, sobretudo, por um conjunto de tecnologias biomoleculares, micro-protéticas e digitais(PRECIADO, 2020, p. 171).

A contemporaneidade tem passado de uma sociedade escrita para uma sociedade ciber-oral, altamente digital, baseada em uma economia

imaterial e de controle não mais fundamentalmente disciplinar e arquitetônico, mas ciber-midiático e algorítmico (PRECIADO, 2020, p. 171). Os dispositivos, cada vez mais biométrico-portáteis, são perpassados por fluxos constantes e interligados entre si, permeando o ambiente doméstico por produtos e serviços que oferecem uma experiência da casa baseada na **conveniência**. A casa síncrona, “dotada de inteligência”, curto-circuita o processo de reflexão que se coloca entre o reconhecimento de um desejo e a sua realização através do mercado (GREENFIELD, 2017, p. 36).



**DA CASA PARA A CIDADE:  
A VOLTA PARA O ESPAÇO URBANO E  
OS REFLEXOS DA PROPAGAÇÃO DIGITAL NA PANDEMIA**

#### **4.1 PARADOXOS, DISSONÂNCIAS E COLAPSOS: A VOLTA PARA A CIDADE E O PERCURSO ATÉ 2022**

A partir de certo momento, as quarentenas começaram a ser suspensas a critério da administração governamental de cada país, estado e cidade. Quer fosse por pressão popular, ou pela incondizente realidade de um país majoritariamente passando necessidade ou ainda, pela força capitalista e determinista de mercado, houve o rompimento da quarentena no Brasil. Não foi descartada a opção de restabelecê-la, pois o Covid-19 demonstrou um comportamento “em ondas” conforme aumentavam ou diminuían os índices de contágio e de mortalidade. Todavia, passou-se a criar uma série de regramentos para voltar à cidade.

Esta foi uma pesquisa iniciada em 2021, em meio ao Covid-19, o que dificultou uma visão sistêmica, crítica e distanciada da crise em si. Apesar disso, ela se encerra após dois anos do início da pandemia dotada de uma velocidade inerente, fazendo valer neste último capítulo a retomada da trajetória do Covid-19 no Brasil, que perdura até o atual momento sem um fim claro (dezembro de 2022), mas que ainda merece um registro do seu desencadeamento. Para isso será utilizado um conjunto de arquivos disponibilizados nas plataformas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), uma instituição pública comprometida com a saúde, de padrão ético internacional e transparente. É uma instituição de referência no país pelo papel de fornecer informações científicas rápidas e verídicas sobre o coronavírus, além de possuir um papel estratégico na produção de uma das vacinas contra o Covid-19.

Para a construção da trajetória da pandemia no solo brasileiro serão utilizados dados disponíveis pela plataforma “Monitora Covid-19<sup>5</sup>”, cooperação da Fiocruz com a Plataforma de Ciência de Dados Aplicada à Saúde (PCDAS) e Coordenação de Geomática do IBGE e o “Observatório Covid-19<sup>6</sup>”, página que reúne os documentos produzidos pela equipe com informações de ação e análises quantitativas do vírus no Brasil. Foram analisados (1) o Boletim Especial de Balanço de dois anos da pandemia Covid-19 (janeiro de 2020 a janeiro de 2022); (2) As Notas Técnicas de 01 à 26, datada a primeira do dia 02 de abril de 2020 e a última, dia 29 de novembro de 2022, acrescidas ainda pela (3) Carta Aberta de 10 de setembro de 2020. As análises destes documentos fundamentaram a conferência dos dados dispostos no Boletim Especial e atualização após o período apresentado em tal. (4) Boletins epidemiológicos InfoGripe, publicados de janeiro de 2022 até o final de novembro de 2022. Foram analisados os boletins da “Semana Epidemiológica (SE) 05/2022” até “Semana Epidemiológica (SE) 47/2022”, (último publicado data 28 de novembro de 2022). A plataforma não fornece o Boletim InfoGripe 06/2022 e nem os boletins de 21/2022 a 43/2022.

A Fiocruz determina seis fases nos dois primeiros anos de pandemia, ao qual neste trabalho, propõe-se acrescentar mais duas. A **primeira fase** da pandemia no Brasil, de fevereiro a maio de 2020, é caracterizada pela introdução do vírus SARS-CoV-2 nas cidades brasileiras, sua disseminação intensa e a expansão da transmissão das capitais para as cidades menores. Foi um período conturbado em que houve o declínio da estratégia de quarentena e distanciamento social, apesar de adotada mundo afora, mas ainda muito desqualificada pela população brasileira

---

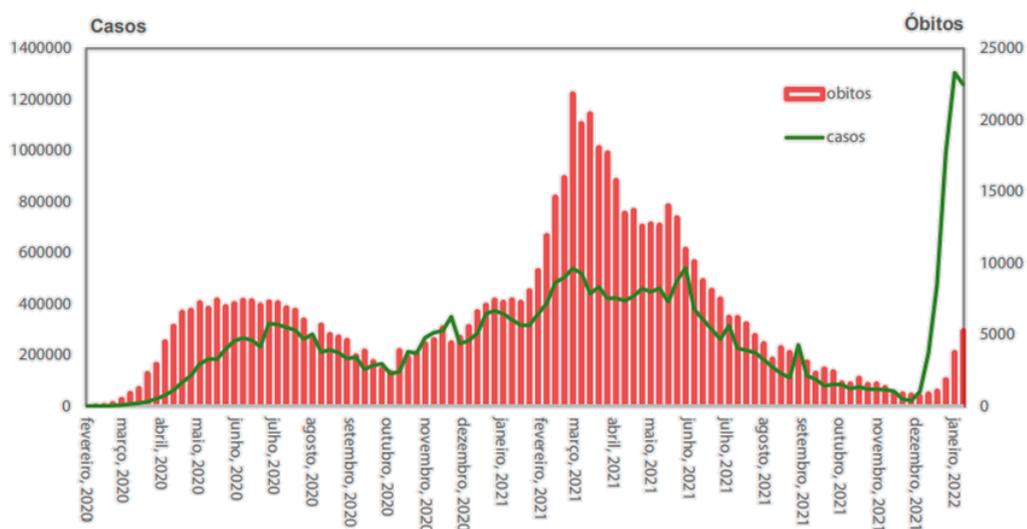
<sup>5</sup> Disponível em: <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>. Visa disseminar dados sobre a pandemia de Covid-19 em forma de fácil compreensão e que possibilite a comparação de tendências. Além de dados de casos e óbitos por coronavírus, permite cruzar as estatísticas com as medidas de isolamento e informações relativas ao trânsito, leis e decretos relacionados.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>.

como medida fundamental de redução da exposição e proteção coletiva. A ausência de campanhas governamentais coordenadas e articuladas em todos os níveis (federal, estadual e municipal) somadas a desinformação e *fakenews* contribuíram para a ocorrência de óbitos por falta de acesso, ou acesso tardio aos cuidados de alta complexidade (FREITAS et al., 2022, p. 2).

Como dito anteriormente e o gráfico abaixo revela (gráfico 2), o coronavírus apresenta um comportamento em ondas que oscila para mais e para menos, tanto na relação de casos positivados, quanto no índice de óbitos. A função disso é decorrente de uma série de variáveis que expõe as próximas fases a serem demonstradas, como por exemplo: a rigidez ou flexibilização da quarentena, a vacinação, o surgimento das variantes de Covid-19, dentre outros.

Gráfico 2: Número de casos e óbitos no Brasil entre fevereiro de 2020 e janeiro de 2022



Fonte: FREITAS et al., 2022

A **segunda fase**, que vai de maio a agosto de 2020, estabilizou-se em patamar elevado o número de casos, positividade de testes, internações e óbitos. Acredita-se que é no decorrer da segunda fase que a sociedade começou a adotar mais intensamente a vida digital como realidade

paralela ao lidar com uma quarentena que não tinha uma previsão definida para acabar. Na **terceira fase**, de agosto de 2020 a novembro de 2020, houve uma relativa redução do número de casos e de óbito, reforçando o papel que a quarentena, o distanciamento social e uso de máscaras estavam exercendo sobre a contenção do vírus, mesmo que se dessem de modo desarticulado nacionalmente e regionalmente (Nota Técnica nº 15, FIOCRUZ, 2020, p. 2).

Neste momento, abarcados pelo esgotamento e uma série de relações ruins com a casa, a quarentena e a interiorização da vida pública, começou-se a retornar para a cidade, por decisões políticas ou motivações capitalistas, em que a economia não podia parar em contraponto à vida humana. A cidade e o espaço físico não pararam de existir por causa da migração para o modo de vida virtual, mas passaram a ser regidas na cidade de maneira a uma nova “normalidade”. Nas ruas, novos aparatos de proteção tais como *faceshields*, máscaras e a obrigatoriedade da presença de álcool para descontaminar mãos em todos os estabelecimentos. Esses **regramentos** acoplados ao corpo causaram uma nova gestualidade, como uma contenção do corpo em um espaço desconhecido e que o vírus estava presente. A forma pandêmica de viver a cidade nesta fase exigiu a separação dos corpos, tanto entre corpos quanto do corpo e da cidade. As cidades, marcadas pelos encontros, situações corriqueiras de aglomeração, pela vivência de diferentes espaços públicos ou de espaços privados coletivos, apesar da volta, ainda não se restabeleceu no seu âmago social (DIAS et al., 2022, p. 211).

A resposta da volta para a cidade veio em novembro, mês em que os casos voltaram a crescer e criaram na **quarta fase** a segunda onda de transmissão (novembro de 2020 a junho de 2021). Esta fase foi iniciada no verão e coincidindo com o período de festas de fim de ano e férias, acompanhada do relaxamento de medidas de restrição à mobilidade.

Claramente a dispersão geográfica do Covid-19 está ligada à dinâmica das redes urbanas: a mobilidade afeta os padrões de disseminação de doenças infecciosas (SATHLER E LEIVA, 2022, p. 16). Foi neste contexto que ocorreu o alto crescimento de casos e o surgimento da variante Gama do SARS-CoV-2, atingindo o ápice em abril de 2021 (FREITAS et al., 2022, p. 2).

Cabe ressaltar dois fatos importantes na quarta fase. O primeiro foi que entre os meses de fevereiro e maio de 2021, face à imensa demanda que se colocava, houve de forma mais acentuada um reforço de leitos de UTI para Covid-19. O segundo é a campanha de vacinação contra o coronavírus no Brasil, iniciada no dia 17 de janeiro de 2021. Com um número de doses disponível ainda bem tímido em relação à população brasileira, somente a partir do mês de março é que o país conseguiu chegar a um volume suficiente para acelerar o processo de vacinação. “Esse avanço, contudo, não ocorreu com quantidade e velocidade necessárias para impedir o rápido crescimento e grande número de casos, internações e óbitos, bem como a crise e colapso do sistema de saúde, que atingiu o país entre março e junho” (ibidem, p. 2).

Todo vírus faz cópias suas nas células humanas e estão sujeitos a erros que levam a mutação do código genético, gerando novas linhagens. À medida que vão ocorrendo mutações do vírus, nem sempre o material genético muito se altera e a partir daí surgem as variantes semelhantes às linhagens às quais pertencem. É o caso das variantes Alfa (B.1.1.7), Beta (B.1.351), Gama (P.1), Delta (B.1.617.2) e Ômicron (B.1.1.529) (CUSTÓDIO E BENITO, 2022, p. 3; BUTANTAN, 2022, p. 2).

Não foi possível impedir a crise sanitária, mas foi possível testemunhar o impacto positivo do processo de vacinação, contribuindo na redução nos casos mais graves, no número de internações clínicas e UTI, e óbitos. Desta forma, chega-se entre junho de 2021 a novembro do mesmo ano, na **quinta fase**, determinada pelos impactos positivos da vacinação e os

enormes desafios que ela empunhou. Ao mesmo tempo em que a variante Delta crescia e se tornava predominante, com aproximadamente 20% da população vacinada, pôde-se verificar a efetividade da vacinação na redução da transmissão e, especialmente, da gravidade dos casos de Covid-19 (ibidem, p. 3).

Quatro vacinas contra o coronavírus receberam autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para uso no Brasil: a CoronaVac, vacina do Instituto Brasileiro Butantan produzida em parceria com a biofarmacêutica chinesa Sinovac; a AstraZeneca, criada pela farmacêutica AstraZeneca em parceria com a Universidade de Oxford e produzida no Brasil pela Fiocruz; a Pfizer, produzida pela farmacêutica norte-americana Pfizer, em parceria com a empresa alemã BioNTech; e a Janssen, do grupo Johnson & Johnson (BUTANTAN, 2022, p. 1).

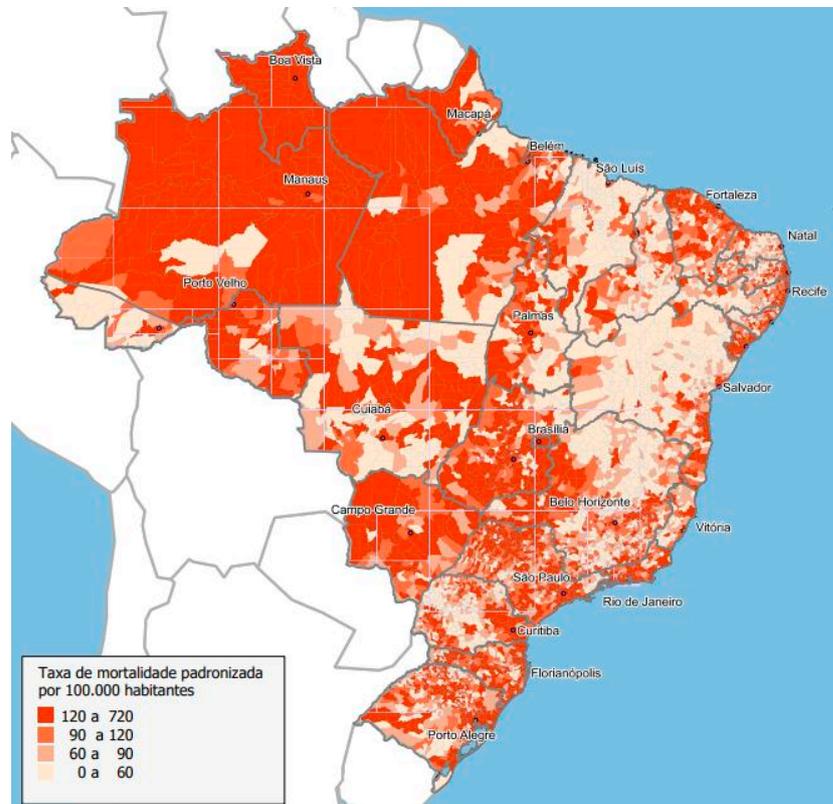
De acordo com Freitas et al. (2022, p. 3), a partir dezembro de 2021 à janeiro de 2022 (limite final desta pesquisa) iniciou-se a **sexta fase**, uma nova onda de transmissão de Covid-19 foi iniciada, novamente coincidindo com o período de férias, festas de final de ano e relaxamento praticamente total das medidas de restrição. O principal motivo dessa onda foi causado pela introdução da variante Ômicron no país, que rapidamente se tornou predominante, somada ainda por uma epidemia de vírus Influenza A. Nesse momento, a recepção de dados da vigilância foi interrompida, comprometendo o monitoramento e análise da evolução da pandemia. Começou-se a ser discutida por alguns países e agências de saúde a transição de caracterização de a doença passar de uma pandemia para uma endemia. Isso não representa a eliminação do vírus ou seu controle efetivo, nem a redução da adoção de medidas de proteção individual e coletiva.

[...] Em primeiro lugar, entre o status de pandemia e de endemia há outras etapas de classificação, que igualmente impõem mudanças na forma de monitoramento e vigilância. Em segundo lugar, a classificação de “endêmica” representaria a incorporação de práticas sociais e assistenciais na rotina dos cidadãos e dos serviços de saúde. Obviamente, essa mudança de classificação somente poderá ser pensada após a drástica redução da transmissão pelas novas variantes e por meio de uma campanha mundial de vacinação (ibidem).

Apesar do desejo de ultrapassar essa barreira, conforme apontado pela Nota Técnica nº24 (FIOCRUZ, 2022, p. 1), datada de fevereiro de 2022, isso não foi possível. De acordo com a nota, a variante Ômicron apresentou volume de casos muito superior ao observado desde o início da pandemia e, nos leitos de UTI, os padrões de ocupação foram similares aos de períodos anteriores na pandemia na maioria dos países analisados e nos estados brasileiros. A principal causa para isso foi a urgente desigualdade geográfica na vacinação somada à epidemia dos não vacinados, que passaram mais uma vez a sufocar os serviços de saúde.

Em respeito às milhares de vidas perdidas até esta fase de dois anos de pandemia, vale trazer aqui um resumo do impacto extremamente desigual da pandemia no Brasil. A figura 12 aponta a taxa de mortalidade padronizada nos municípios brasileiros com dados colhidos até dezembro de 2021, retratando as disparidades e o grau impactante sofrido pelos diferentes territórios.

Figura 12: Taxa de mortalidade padronizada por 100.000 habitantes no Brasil até dezembro de 2021



Fonte: FIOCRUZ, 2022

A partir de março de 2022, conforme os Boletins Infogripe (semanas 10/2022 à 12/2022), a curva nacional manteve um sinal de queda, dando indícios de possível início de estabilização em patamar que já é inferior ao do começo de novembro de 2021, quando havia sido registrado o menor número de novos casos semanais desde o início de epidemia de Covid-19 no Brasil. Desta forma, é possível apontar uma possível **sétima fase** dentro das oscilações de casos do coronavírus no país. Esse fato pode ser confirmado com os casos de SARS-CoV-2 mantendo queda com resultado laboratorial positivo para vírus respiratórios durante o mês de abril de 2022, apesar de um relativo crescimento de casos restritos à população infantil (0-11 anos) (Boletim Infogripe de 13/2022 a 16/2022).

Diferentemente do que se observou ao longo dos meses de fevereiro e março, o Boletim Infogripe 17/2022, primeiro datado de maio de 2022,

aponta para possível início de crescimento do número de casos na população adulta em diversos estados, refletindo na curva nacional. Desta forma, inicia-se uma **oitava fase**, com uma nova onda de Covid-19 se alastrando no número de casos no Brasil. A partir desse ponto e utilizando a Fiocruz como base cronológica de informação, de julho a novembro de 2022, inexistem informações e análises técnicas do comportamento do Covid-19 no país.

Apesar desse intervalo, percebe-se que de acordo que as fases iam passando, o intervalo de tempo entre elas foi diminuindo e a oscilação das ondas de casos ocorrendo com maior frequência. Neste intervalo sem informações, não é possível afirmar se poderia ter ocorrido uma nova fase ou se o número de casos e mortalidade foi elevado ou retraído. A tendência, aparentemente, seria abaixar. Em novembro de 2022, a Fiocruz voltou a publicar seus Boletins Infogripe, apresentando um sinal de aumento de casos positivos para SARS-CoV-2 entre a população adulta nos estados do Amazonas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. No decorrer do mês, houve o aumento de casos de Covid-19 nos estados de todas as regiões do país (Boletim Infogripe 46/2022). O último boletim publicado em 2022 - Boletim Infogripe 47/2022 (datado de 28 de novembro de 2022), dezenove estados e o Distrito Federal<sup>7</sup> apresentam sinal de crescimento. Dado o claro cenário de aumento nos casos em todas as regiões do país, novamente voltou-se a recomendar a retomada do uso de máscaras em ambientes de maior exposição ao vírus, como: transporte público, locais fechados ou mal ventilados, aglomerações, e nas unidades de saúde.

Por todas as fases da pandemia até o momento, as medidas de isolamento social, preventivo e obrigatório, explicitam que as restrições à utilização

---

<sup>7</sup> Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

e/ou a circulação pela cidade modificou a forma de vivenciar e significar tanto a casa quanto a rua. No primeiro momento, a quarentena obrigatória restringiu a cidade a ser um mero espaço de trânsito e circulação, onde era imperativo evitar o contato com outras pessoas, independentemente da sua proximidade ou distanciamento social. Um espaço onde não podia permanecer, apenas ocorrerem deslocamentos rápidos para compras essenciais, cuidado de familiares ou amigos em situação de risco e deslocar-se ao trabalho apenas nos casos regulamentados como essenciais (em teoria) (MARCÚS et al., 2020, p. 10).

Através de perspectivas multidimensionais, há a associação entre a disseminação do Covid-19 e os aspectos urbanos implicados pelas dinâmicas intraurbanas, a morfologia urbana, densidade, infraestrutura, padrões de deslocamento, bem como características apresentadas pelas redes urbanas. Nesse sentido, o distanciamento social não está vinculado exclusivamente às políticas públicas ou mudanças comportamentais, mas também à estrutura disponível e à forma de organização das cidades e assentamentos rurais. Além disso, aspectos socioeconômicos e demográficos urbanos, como pobreza, desigualdade, justiça social, estrutura etária e segregação socioespacial, aumentaram a vulnerabilidade de cidades e regiões a pandemias (SATHLER E LEIVA, 2022, p. 2-23).

Outro parecer sobre a cidade condicionada a uma epidemia é a importância do pensamento regional para o controle de uma doença. Muito se falou aqui sobre as decisões políticas públicas sem uma abordagem compartilhada de pensamento de controle, estratégia e ação, mas o coronavírus não identifica barreiras e linhas fronteiriças político-administrativas. A organização regional, a hierarquia urbana e as redes urbanas desempenham um papel relevante no controle ou espraiamento das doenças. Todavia, ações que visam coibir a disseminação de doenças

devem considerar fora de seus limites e arraigar escalas regionais de planejamento (ibidem, p. 24).

A volta para a cidade, cheia de regramentos conduziu a uma realidade de estranhamento com um espaço compartilhado com o vírus, condicionando o corpo a voltar a viver dentro de preceitos ainda engessados de cidade. A partir do momento que foram sendo vivenciadas as práticas, interações e hábitos que o coronavírus trouxe, acrescido de maior conhecimento do vírus e posteriormente, as vacinas sendo aplicadas, a cidade começou a retomar a vida mesmo muita das vezes de maneira difusa. Talvez o principal rito dessa passagem foi a liberação do uso de máscaras pela primeira vez desde o início da pandemia, mas que ainda assim, fez com que as pessoas após tanto tempo usando não reconhecessem umas às outras (SALES, 2022, p. 63).

Levando em consideração a multifatorialidade e características das cidades, Negro (2021, p. 7) e variados estudiosos de urbanismo, apontam que as cidades já estavam doentes antes de pandemia, e esta deveria ser uma oportunidade para buscar soluções. Mas, após mais de dois anos de seu início, o coronavírus pode ter sido um choque assustador para revigorar uma série de políticas urbanas, mas não gerou políticas específicas. Quando se compara o que aconteceu com a epidemia da febre amarela ou da peste bubônica, que tinham razões diretas ligadas às infraestruturas, nestes casos ligados a água (coisa que a pandemia do Covid-19 também ressaltou para uma série de pessoas que em 2022 ainda não tem esse acesso), a solução implicou em grandes transformações estruturais. Sobre a pandemia, fala-se de aspectos de um planejamento urbano saudável e razoável, mas que são anteriores ao coronavírus (BALAGUER, 2020, p. 4). Crê-se que a força que atingiu a cidade na pandemia é mais tecnológica e algorítmica do que infraestrutural e material, muito mais invisível e perigosa do que se imagina.

## **4.2 A REFORMULAÇÃO CAPITALISTA ATRAVÉS DA DIGITALIDADE E A CONCEPÇÃO BIOCAPITALISTA**

O fechamento dos estabelecimentos comerciais e a proibição de circulação golpeou radicalmente o sistema capitalista global, que tomou na crise sanitária um choque caótico das formas tradicionais e globalizadas de funcionamento (ŽIŽEK, 2020, p. 23). A partir da quarentena que se prolongava, foram nos veios digitais que o capitalismo conduziu sua reconfiguração no cotidiano humano. Entre os sucateados pelo trabalho remoto e o lumpesinato<sup>8</sup> digital dos *deliveries*, quando a população voltou para as ruas, parte desse capitalismo tecnicizado traduziu e se formalizou em cidade, como por exemplo, as *dark kitchens* (BEIGUELMAN, 2020, p. 34).

---

<sup>8</sup> Designação marxista para o proletariado mais pobre que geralmente não tem consciência de classe (DICIONÁRIO ONLINE PRIBERAM, 2022, p. 1)

As crises desempenham um papel fundamental para a reformulação do capitalismo de tempos em tempos. Ele tende a se entranhar pelas vielas mais frágeis para encontrar os caminhos mais sólidos de sua evolução. Entende-se que o capitalismo é baseado na circulação (de produtos, de pessoas e etc: do capital) e os setores de transporte e comunicação são seus grandes agenciadores. Reduzir o tempo de circulação, ou seja, aumentar a velocidade de circulação do capital significa aumentar a produção do excedente e intensificar o processo de acumulação capitalista, levando como efeito a contração da distância espacial em relação ao tempo (HARVEY, 2001, p. 41-55).

Pensar que a pandemia vetou a mais básica movimentação característica do capitalismo contribui para o ataque desnorteante no modelo capitalista que Žižek (2020, p. 23) afirma. Apesar de o filósofo suspeitar de que no primeiro ano de pandemia esse golpe abriria frente de mudança radical, o capitalismo se reformulou rapidamente durante a quarentena e viu através das tecnologias (plataformas digitais, aplicativos e redes sociais) uma forma de se restabelecer e, inclusive, de reativar novamente o transporte (de produtos, de farmacêuticos, de roupas, de alimentos) através do *e-commerce* e do *delivery*. Mesmo sendo confrontado frente à pandemia, o capitalismo se reiterou sobre veios melindrosos, impondo, por exemplo, a realidade dos trabalhadores de aplicativos a saírem de seus respectivos espaços de proteção para trabalharem.

Após o choque inicial, a população que teve a vida interiorizada encontrou uma forma de não ir mais à cidade virulenta para exercer funções cotidianas, iniciando uma conduta “da cidade” ir até a ela (e a sua casa). Exemplos disso são dados de *e-commerce* e de *delivery*. Muitas pessoas realizaram pela primeira vez uma compra online nos primeiros meses de quarentena (FORTES E GAMBARATO, 2020, p. 15). Em pesquisa recente, a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC, 2022, p. 8) apontou que 71% das pessoas preferem fazer compras pela internet contra 29% que

preferem ir às lojas físicas. Este fato está aliado também ao investimento em transformação digital das empresas, em que trinta das maiores empresas do varejo no Brasil, 87% investem em novas tecnologias na área de *e-commerce*, 13% pretende investir no próximo ano e nenhuma empresa não pretende investir (idem, 2022, p. 18). Nisto, o *delivery*, que era uma tendência, se transformou em necessidade. Dados do setor mostram um salto de 155% no número de usuários de março a abril de 2020, quando o estimado para o período era de 30% (JUNIOR, 2021, p. 3).

A tradução destes números advindos das plataformas digitais de serviços e de consumo é materializada em forma de cidade. Existe uma contradição no capitalismo que para superar as barreiras espaciais (e anular o espaço pelo tempo), é necessário criar estruturas espaciais de aporte dentro das relações de produção e consumo, impassíveis de serem movidas sem serem destruídas. Desta maneira, o capital começa a formalizar uma paisagem física, ou **paisagem geográfica**, que é criada a sua própria imagem; criada como valor de uso e acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível (HARVEY, 2001, p. 53).

Apesar da pandemia não ter gerado grandes modificações infraestruturais na cidade, ela impactou os espaços construídos e dispersos nela. Em uma espécie de capitalismo de plataforma, agenciado pelos aplicativos de *delivery*, vêm-se suprimindo os espaços construídos em prol do lucro, por exemplo as "*dark kitchens*": cozinhas que servem refeição apenas via *delivery* sem que haja um espaço físico de atendimento e espera, apenas espaços minúsculos de produção. Conforme a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel (2020), este tipo de operação tem crescido cerca de 20% ao ano (DUDA et al., 2020, p. 4). É neste sentido que Milton Santos (2002, p. 92) chama a paisagem geográfica de **rugosidade**. Espaços maiores trocados por pequenos espaços de produção, como as *dark kitchens*, reafirmam um passado como espaço construído e paisagem, restos do processo de supressão, acumulação e superposição capitalista:

“das coisas que se substituem e se acumulam em todos os lugares”. As rugosidades apontam no binômio casa-cidade os restos de divisões de trabalho já passadas, os restos dos tipos de capital utilizados, as combinações técnicas e sociais com o trabalho e os impactos de uma vida digital interiorizada que também produz relações físicas e simbólicas na construção de cidade.

A excessiva presença dos dispositivos e a displasia do tempo dedicado faz questionar se realmente a simulação do mundo das tradições vividas e seu regime de emancipação de fato não substituíram uma nova condição capitalista após os auges pandêmicos, ou pelo menos, firmou de vez. O ciberespaço vem sendo objeto de enorme exploração e mercantilização ao qual o capitalismo que antes exercia uma função de controle da sociedade, passou a entrar no corpo da vida perpassado entre as linhas constantes de fluxos. Negri (2015, p. 59) afirma que a sociedade vive hoje uma forma de **biocapitalismo**.

O conceito de biocapitalismo é utilizado pelo autor (ibidem, p. 60) para explicar uma nova forma de exploração do trabalho e do capital que não se encontra mais associado apenas à relação entre a fábrica e a sociedade, mas diretamente em nível social, ou seja, em todas as formas de organização da vida do cidadão e da população. A migração do trabalho para o ambiente doméstico exemplificado pelo *homeoffice* traduz nitidamente a infiltração direta dos modos de exploração do trabalho para a vida íntima das pessoas. A explosão do *delivery* e a uberização refletem também um modo de vida sem regramentos trabalhistas claros, com jornadas de trabalhos descontroladas, com o uso de objetos e equipamentos pessoais, e a predisposição ao risco de vida decorrentes de fadigas e jornadas de trabalho excessivas. Negri (ibidem, p. 62) aponta que apesar do capital parecer um monarca, na realidade ele é uma relação social, e que de fato se não houvesse trabalho vivo, o capital não existiria. O capital vive da exploração.

“Hoje não basta o capital simplesmente reunir as forças produtivas, ele precisa chegar ao mais íntimo dessas forças” (ibidem, p. 70). Nesta citação verifica-se como a pandemia foi um agente de fixação do biocapitalismo na contemporaneidade. O processo de interiorização da vida pública condicionou no âmago do privado as relações do capital, chegando ao mais íntimo dos trabalhadores, que antes era condicionada em sua maioria nas cidades. A partir do momento que o capitalismo se reergue na pandemia sob veios tecnológicos de circulação e comunicação, gera na precarização e exploração da força de trabalho mais baixa da cadeia a ativação de uma *bio* (vida) intrínseca do capital. O alarme disso é o condicionamento da vida humana sob as mãos das empresas detentoras de poder/produtoras de tecnologia e a forma que isso vem impactando o pensamento da produção de cidade daqui para frente, em que o Estado perde em parte o controle do que está sendo gerado como forma urbana.

E claramente há elementos **neoliberais** que acompanham essa operação. Com o capitalismo assumindo um status de *bio* numa vertente tecnológica de comunicação e informação (em que a vida passa a ser sempre quantificada), começa-se uma

[...] destituição do público estatal, de sua função clássica de mediar as relações sociais e as suas formas de exploração, sua quantidade e seu destino. Vê-se assim diminuída a função do Estado ante o avanço dos mercados financeiros e das organizações internacionais que começam a intervir com mais força nas regras do jogo (a exemplo da *Uber*, do *Ifood*, da *Apple*, da *Google* e etc)(ibidem, p. 60).

Desta forma, o processo de neoliberalização reflete na cidade na modulação do espaço público e na cena urbana, contestando determinado tipo de cidadania como legítima e desejável em detrimento de outras possíveis. O Covid-19 sobredeterminou este processo a partir do ponto de ser uma oportunidade em curso para acelerar algumas transformações, que são eclodidas com ideologias empreendedoras que instalam uma moral resiliente nas situações de crise e ganham aporte nos discursos em

torno de **idades inteligentes**<sup>9</sup> como produtos. Neste discurso, representado como uma humanização do espaço urbano, no tom afetivo e de evolução/inação, a cidade se configura mais como prática de consumo do que como vivência comunitária e inevitavelmente conflituosa para o exercício do direito à cidade (NEGRO, 2021, p. 17).

---

<sup>9</sup> Termo que possui variadas definições, mas que conforme Athié (2020, p. 21-26): “as abordagens de Cidades Inteligentes costumam considerar o uso das TIC’s como estratégia e suporte no trato com o ambiente urbano. Carrega no seu cerne uma proposta de cidade conectada digitalmente, cujos serviços e soluções passam, invariavelmente, por grandes empresas de tecnologia digital e seus interesses mercantis”. Para saber mais, buscar pela dissertação de mestrado: “Cidades Inteligentes, Planejamento e Gestão: esforços da cidade de Vitória (ES) para uma transformação digital” (2020) - Disponível em: <http://www.territorios.org/rede/projetos.html>.

### **4.3 A PANDEMIA E O REFLEXO NA PRODUÇÃO TECNODIGITAL: VIGILÂNCIA E METAVERSO**

Neste subcapítulo surgem perguntas que ecoam sobre as relações entre o binômio casa-cidade e a produção tecnodigital a partir do que foi visto na pandemia. Estes questionamentos serão levantados a partir de pensamentos advindos dos discursos dos autores propostos, mas serão de fato respondidos na conclusão. A hiperconectividade e a multiplicidade relacional em meios digitais se tornaram fatos habituais em todos os espectros do cotidiano abrindo portas para inúmeras iniciativas oportunistas de captura de dados pessoais, publicidades massivas operadas por *bots*, além de novos comportamentos *haters*, *stalkers*, disseminações de *fakenews* que, quando analisados sob a lente da subjetividade do usuário e sua constituição enquanto sujeitos existenciais em espaços digitais, se revela bastante prejudicial. Evolui exponencialmente a produção de conteúdo, o número de transações, a criação de perfis, o surgimento de serviços de atendimento que ocultam, em sua grande maioria, recursos de controle e captura de informações pessoais de usuários e empresas, potencializando consigo uma forma de biocapitalismo (NEGRI, 2015, p. 59) acompanhada de uma psicopolítica digital que controla ativamente as pessoas (HAN, 2020, p. 102; MANRIQUE, 2020, 160).

Migrar a vida para um estado hiper-híbrido demonstra que o espaço digital pode fornecer um pilar da existencialidade humana, mas que por si só, também é cansativo e perigoso. A intensidade de uso dos dispositivos digitais somadas à captura intensiva de dados pessoais na pandemia impulsionou uma produção tecnológica que ganhou maior *background* de crescimento, pois alimentada pela crescente economia psíquica e emocional, nutriu (e nutre) algoritmos que buscam conhecer as pessoas melhor do que si mesmas, fazendo previsões e intervenções sobre as emoções e condutas humanas (BRUNO, BENTES E FALTAY, 2019, p. 6). Percebe-se que em tempos pandêmicos, a vigilância constante foi naturalizada: pelas mídias sociais, pelos dados pessoais coletados através dos dispositivos digitais ou também, pelas lentes das câmeras, drones e *webcams* (HAN, 2020, p. 101); alavancou-se de vez a Inteligência Artificial, que permitiu grande parte dos avanços tecnológicos no decorrer da pandemia (MORIN, 2020, p. 48); e emergiu e viralizou o tema do metaverso: “Moda? Esperança? Perigo?” (ANDERSON E RAINIE, 2022, p. 5). O questionamento que fica é: como os arquitetos e urbanistas, agentes da produção do binômio casa-cidade, deverão se portar aos impactos dessa produção tecnológica?

Como uma vertente importante do biocapitalismo na contemporaneidade, a economia psíquica dos algoritmos é o investimento contemporâneo em processos de captura, análise e utilização das informações psíquicas e emocionais extraídas dos dados pessoais e ações em plataformas digitais (redes sociais, aplicativos, serviços de *streaming*, plataformas de compartilhamento e/ou consumo de conteúdo audiovisual, entre outros). O que eram rastros de ações e interações para o capitalismo, passaram a tomar no biocapitalismo uma tonalidade psíquica e emocional. Nessa economia psíquica e afetiva são alimentadas as estratégias de previsão e indução comportamental nas plataformas digitais, e eventualmente, fora delas (BRUNO, BENTES E FALTAY, 2019, p. 5).

A exploração das tendências cognitivas e de fatores contextuais constrói o que economistas chamam de “arquitetura de decisões”, ou seja, a organização específica do contexto no qual as decisões são tomadas a fim de influenciar a ação das pessoas em determinada direção (ibidem, p. 10). Por uma lógica semiótica, chega a ser metafórico usar “arquitetura” e “decisões” para falar sobre este tipo de controle. Arquitetura porque incita a ordem, não necessariamente uma natureza da arquitetura; e decisões: que não são pessoais e de livre arbítrio, mas são direcionadas e tomadas por terceiros. Independente disso abre-se frente aos questionamentos no real mundo da arquitetura e do urbanismo: Os arquitetos deveriam ter conhecimento e acesso livre destes dados para gerarem casas e cidades? Tais dados deveriam ser públicos e disponibilizados? Isso seria seguro? Seria um aprimoramento das técnicas milenares da arquitetura, que sempre foi pautada na experiência e percepção, mas que agora é permitido quantificar e minerar os dados ao seu favor? De fato apresenta potencial de pensamento para se trabalhar sobre, mas as respostas não seriam tão simples, ou ainda, tão democráticas.

Tomando como exemplo a empresa de transporte privado urbano Uber, percebe-se as más intenções quando se fala sobre a economia dos algoritmos. Em uma iniciativa publicitária, a Uber ofereceu à cidade de Boston (EUA) o acesso a inúmeros dados anônimos sobre suas viagens, na perspectiva de aliviar congestionamentos de tráfego e melhorar o planejamento urbano. Ao disponibilizar esses dados para prefeituras e urbanistas que vislumbram a possibilidade de conferir uma base mais empírica, participativa e inovadora, se alinha com a ampla ideia de uma empresa “solucionista”. A empresa com um repositório útil de dados que nenhum planejador urbano pode dispensar e se vende como salvadora inevitável e benevolente aos burocratas inertes das administrações municipais. O mesmo aconteceu com a empresa *Strava* em um acordo com a Secretaria de Transportes do estado norte-americano do Oregon. O

aplicativo da *Strava* mensura as corridas a pé e percursos de bicicleta e a empresa forneceu um acordo de acesso aos seus dados, para a Secretaria melhorar as ciclovias e criar rotas alternativas (MOROZOV, 2018, p. 61-62). Este tipo de situação leva a pensar se não seria necessário o próprio poder público criar a sua base de levantamento de dados. Entende-se que variadas instituições públicas realizam estas coletas, como centros de pesquisas e universidades, mas os dados destas empresas privadas são coletados diariamente e intensamente pelo grau de uso pela população.

A problemática é que o biocapitalismo, enquanto vida e economia, também fundamenta na contemporaneidade os preceitos de **biopolítica** (FOCAULT, 1988, p. 130). A internet e os dispositivos digitais são meios que tendem a se transformar em fins ou estar a serviço de poderes controladores e não controlados. As mentes tecnocratas e hegemônicas supõem que as tecnologias deveriam estabelecer a harmonia de uma megamáquina social que tratasse de todos os problemas (MORIN, 2020, p. 48).

Conforme Foucault (1978) aponta, a noção de biopolítica está ligada à relação que o poder estabelece em determinada pessoa ou grupo. Recoberto pela gestão calculista da vida, o autor descreve a sociedade sendo uma **sociedade disciplinar**, que é administrada e maximiza a vida das populações em um dualismo indivíduo-massa, ou seja, o poder é ao mesmo tempo controlador das massas, mas gera controle de maneira individualizante (FOCAULT, 1978, p. 130). Tal qual a biopolítica como Foucault aponta foi se tornando inadequada para o regime neoliberal atual que explora principalmente a psique. Deleuze (1990, p. 3) avança o discurso de Foucault ao dizer que a sociedade disciplinar passou a ser a **sociedade do controle**, em que a biopolítica vem conduzindo processos de subjetivação que deixam de operar predominantemente com a norma disciplinar e produção de individualidade, e passam a privilegiar as

nuances de diferenças e condutas conduzidas através da identificação de padrões de componentes parciais da subjetividade.

Durante a pandemia, sob o discurso de contenção de espriamento do vírus, muitos países adotaram e ampliaram a **vigilância digital**, reforçando as amarras da sociedade do controle e das práticas biopolíticas. Provedores chineses de telefonia móvel e internet compartilham dados confidenciais de clientes com serviços de segurança e Ministérios da Saúde. O Estado passou a saber portanto onde a pessoa estava, com quem, o que estava fazendo, o que procurava, o que comprou, para onde ia e etc. Taiwan utilizou uma ligação de vários dados para localizar possíveis infectados com base nas viagens que tinham feito. Quem se aproximava de um prédio na Coreia onde estava uma pessoa infectada recebia um sinal de alarme por meio do *Corona-app*. Todos os locais onde haviam infectados ficam cadastrados no aplicativo. A proteção de dados e a esfera privada não foram levadas em consideração (HAN, 2020, p. 101). O controle através da vigilância digital é justamente mais eficiente porque é *aperspectiva*, permite que elimine pontos cegos e vigie de todos os ângulos, inclusive permite direcionar o olhar até mesmo para a psique. Contudo, permite ainda que indivíduos vigiem uns aos outros (mais uma vez, uma forma de voyeurismo)(idem, 2014, p. 86).

Além dos observatórios via dados algorítmicos, houve durante a pandemia a ampliação das filmagens nas cidades como forma de controle. Em todos os prédios da Coreia, câmeras de vigilância foram instaladas na maioria dos andares dos prédios, inúmeros escritórios ou em várias lojas. Era praticamente impossível circular em espaços públicos sem ser filmado por uma câmera de vídeo. Com os dados do celular e do material filmado em vídeo, foi possível criar o perfil completo de movimentação da população (idem, 2020, p. 102). Além disso, os UAVs (Veículos Aéreos Não Tripulados - os drones) passaram a tomar conta de muitas cidades pelo mundo, revolucionando os conceitos de privacidade, fronteiras, guerra e

espaço urbano e aéreo. Cada vez mais presentes, tanto nos céus quanto na psique coletiva, os drones estão sendo questionados pelos limites que são dados a essas máquinas de poder. Se tornou uma força emergente aérea remota que vigia o mundo, “enquanto as imagens geradas por ela provocam uma perversa fascinação visual entre certas culturas” (DE SOTO, 2015, p. 77).

A questão não é apenas como essas práticas e dispositivos foram aplicados no auge da pandemia, mas as marcas que ainda permanecem em uso pelas instituições detentoras de poder pela cidade. “Precisamos saber que cada técnica expõe ao risco de nos desapossar das questões éticas, sociais e políticas inerentes ao nosso pensamento” (MORIN, 2020, p. 48). Será que a casa se fechará ainda mais em si para negar à exacerbada cidade filmada, reforçando a entronização? Os projetos de arquitetura conseguirão recuperar pelo menos parte de sua privacidade? Hoje, o planejamento urbano e de mobilidade fluida são extremamente complexos em termos terrestres e agora deverá ser integrado também ao fluxo aéreo? A regulação de onde vem e para onde vão os drones, criar a necessidade de aporte físico, como estações e mini-aeroportos? Todos estes são pensamentos e desafios que a arquitetura precisará lidar, que não mais permite ser anulado, mas considerado em projeto.

Existe ainda um tema que foi viral durante a pandemia e que pode impactar o binômio casa-cidade: o **metaverso**. É um termo antigo, retomado para uma série de tecnologias que já existem, mas ainda é um tema muito tênue e divide as opiniões dos estudiosos da área. A palavra metaverso foi cunhada pelo autor de ficção científica Neal Stephenson em seu romance *Snow Crash* (1992). O interesse na ideia desse mundo aumentou em 2021-2022, motivado em parte pela decisão de Mark Zuckerberg de renomear a rede social *Facebook* para Meta. Embora existam inúmeros jogos que se apropriam das tecnologias do metaverso e os espaços sociais digitais se fazem presentes há décadas, os avanços

tecnológicos do início dos anos 2020 (somados a economia psíquica dos algoritmos, às coletas de inúmeros dados pessoais, o alavancamento da inteligência artificial, entre outros) e as transformações sociais provocadas pela pandemia impulsionaram o desenvolvimento do metaverso. O frenesi foi tão grande quando se anunciou sobre a troca de nome da plataforma, que somente em outubro de 2021, cerca de 2,62 milhões de buscas foram feitas sobre o termo, inspirando dezenas de bilhões de dólares em novos investimentos e provocando previsões de que o metaverso é “o futuro da internet” ou “o próximo campo de batalha da internet” (ANDERSON E RAINIE, 2022, p. 5).

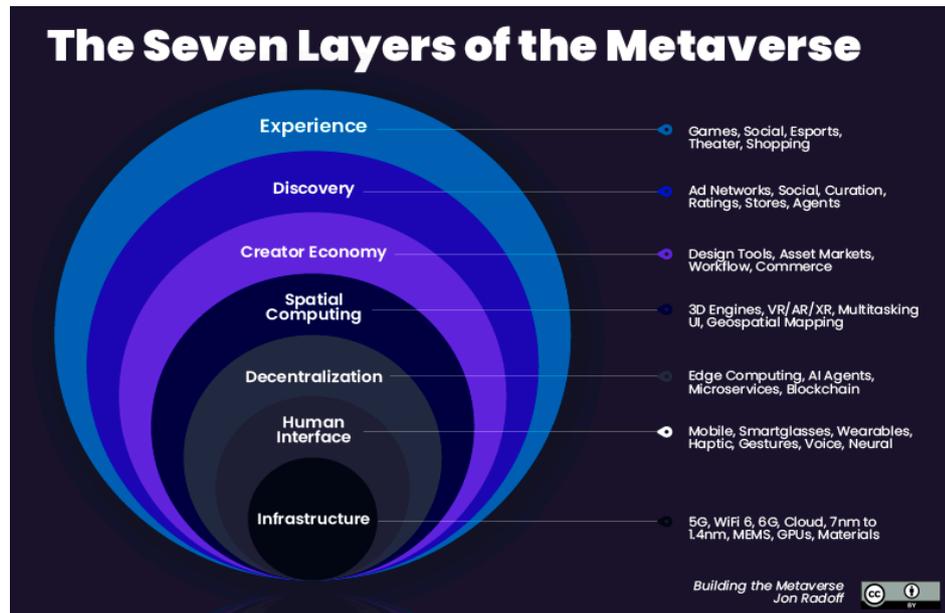
O metaverso é um espaço digital da **realidade estendida** em rede gerada por computador, abrangendo todos os aspectos da **realidade aumentada**, **realidade mista** e **realidade virtual**. Hoje, o metaverso é geralmente composto de espaços de realidade estendida imersivos ao qual ocorrem interações entre humanos e entidades automatizadas. As interações que ocorrem diariamente advêm de aplicativos de realidade aumentada de computadores e *smartphones*. Outras interações ocorrem em domínios mais imersivos no mundo dos jogos e de fantasia. Alguns ocorrem em “mundos de espelho” que duplicam ambientes da vida real (ibidem).

Cabe entender brevemente sobre cada tipologia tecnológica utilizada. A Realidade Estendida ou Realidade Cruzada (XR) é um termo abrangente que inclui uma série de tecnologias imersivas, ambientes eletrônicos e digitais, onde os dados são representados e projetados. Ela inclui a Realidade Virtual (VR), onde há um espaço artificial criado digitalmente e a imersão nele se dá através de equipamentos multissensoriais especializados, como capacetes de imersão, óculos especiais, *headsets* de realidade virtual e esteiras omnidirecionais. A XR também inclui Realidade Aumentada (AR), em que artefatos são modelados digitalmente e são projetados no mundo físico, então o resultado final é uma camada projetada espacialmente de artefatos digitais mediados por dispositivos

como *smartphones*, *tablets*, óculos, lentes de contato ou outras superfícies transparentes. Além disso, o AR também pode ser implementado em *headsets* VR com capacidade de modo de passagem, exibindo entrada de sensores de câmera integrados. Por fim, a XR também inclui a Realidade Mista (MR), que tem uma definição flutuante ao longo do tempo, refletindo as tendências tecnológicas contemporâneas. Às vezes, a MR é representada como uma iteração AR avançada, no sentido de que o ambiente físico interage em tempo real com os dados digitais projetados. Pode-se adotar também a concepção de RM como qualquer combinação de AR e VR, bem como variações intermediárias, como virtualidade aumentada (MYSTAKIDIS, 2022, p. 487).

As dúvidas começam a ser levantadas quando pensamos no binômio casa-cidade: Por que a inerente batalha para criar um mundo virtual com melhores condições de vida do que tentar aperfeiçoar o mundo real? É mais rápido de ser configurado? É mais lúdico ao romper as barreiras que a fisicalidade impõe? É mais seguro sanitariamente? Jon Radoff (2021), estudioso renomado da área dos jogos, descreve a cadeia de valor desse mercado desde as experiências que as pessoas buscam até as tecnologias capacitadoras que o tornam possível (Figura 13), e que pelo menos em parte pode sanar algumas destas questões.

Figura 13: As sete camadas do Metaverso



Fonte: RADOFF, 2021

São sete camadas que constroem o metaverso: (1) **Experiência**, ao contrário da crença popular, o metaverso não é apenas uma versão 3D do mundo real, mas trata-se da inexorável **desmaterialização** do espaço físico, da distância e dos objetos. “No mundo físico, assistir um show na primeira fila, dado corpo ocupa um espaço único e no metaverso, todos os ingressos estarão na primeira fila”. A experiência gera também uma face do complexo conteúdo-comunidade: consumidores de conteúdo se tornam criadores de conteúdo e amplificadores de conteúdo; (2) **Descoberta**, trata do “empurrão e puxão que apresenta novas experiências às pessoas”. É esse o ecossistema mercantilista do metaverso, pois gera o lucro. O sistema de descoberta pode ser dividido em *inbound* (a pessoa está buscando ativamente informações sobre uma experiência) ou *outbound* (*marketing* que não foi especificamente solicitado pela pessoa, mas chega a ela). É na descoberta que estão as NFT’s (*tokens* não fungíveis), que são fotos, vídeos, músicas, modelos 3D ou objetos, sempre digitais, e que funcionam como uma espécie de ativo digital: itens únicos, cujo dono possui um certificado de posse (RADOFF, 2021, p. 2-3).

A terceira camada é a (3) **Economia do Criador**: versões anteriores da internet demandavam certo grau de conhecimento de programação para criar projetos. Hoje, graças às estruturas de aplicativos da *web*, essas premissas foram liberadas. Como resultado, o número de designers e criadores está aumentando exponencialmente. (4) **Computação Espacial**, é um termo usado para descrever uma solução tecnológica que mescla VR e AR. De acordo com o autor, a computação espacial auxilia na manipulação dos espaços 3D. Permite digitalizar objetos usando a nuvem, permite que sensores reajam com motores e digitaliza o mundo físico por meio do mapeamento espacial. (5) **Descentralização**: em *Snow Crash* de Neal Stephenson, o metaverso é governado por entidades únicas, mas espera-se (o que tem se demonstrado difícil) que o metaverso real seja desprovido de uma única autoridade. São partes do processo de descentralização idealizado o *blockchain*, mecanismo de banco de dados avançado que permite o compartilhamento transparente de informações na rede de uma empresa, bem como contratos inteligentes, plataformas de código aberto e, eventualmente, a possibilidade de uma identidade digital autossobrerana (ibidem, p. 4-5).

A sexta e penúltima camada é a (6) **Interface Humana**, o principal aspecto da camada de *hardware* do metaverso é a interferência humana. Dispositivos de computador estão cada vez mais próximos dos corpos, inclusive biossensores e interfaces neurais entre cérebros e computadores já estão sendo experimentados. Por fim, a sétima camada é a (7) **Infraestrutura**, a camada que inclui a tecnologia que capacita os dispositivos, conecta-os à rede e fornece conteúdo: é o que torna real tudo o que foi mencionado. As redes 5G melhorarão drasticamente a largura de banda, reduzindo a contenção e a latência da rede. O 6G aumentará as velocidades em mais uma ordem de magnitude. Habilitar a funcionalidade sem limites, alto desempenho e miniaturização exigidos

pela próxima geração de dispositivos móveis, óculos inteligentes e vestíveis exigirá *hardware* cada vez mais poderoso e menor (ibidem, p. 6).

Despindo aqui de uma realidade econômica e social a que esse universo vem sendo direcionado (público com condições financeiras mais elevadas, custos de acesso, adaptação a este tipo de tecnologia, entre outros), é possível exemplificar o metaverso em correlação com o Covid-19. Durante a pandemia, em que parte da população passou a trabalhar e estudar na modalidade *homeoffice*, a proposta do metaverso também se fez contundente em uma forma de desamarrar a face dura dos *videochats*. É uma proposta que, por exemplo, pode atingir mais o cotidiano humano e vivenciar o espaço público sem sair de casa. A Meta lançou óculos de VR que permite que avatares de sua plataforma *Horizon Workrooms* sejam usados em chamadas de vídeo do *Teams*, da Microsoft (Figura 14). Segundo a Meta,

"[...] isso faz com que o avatar no mundo virtual seja capaz de reproduzir o levantar de uma sobrancelha, um sorriso ou um contato visual com outra pessoa. [...] Tudo isso ajuda a melhorar a presença social – a sensação de que você está ali junto com alguém, não importa em que lugar do mundo você esteja" (BRAUN, 2022, p. 2).

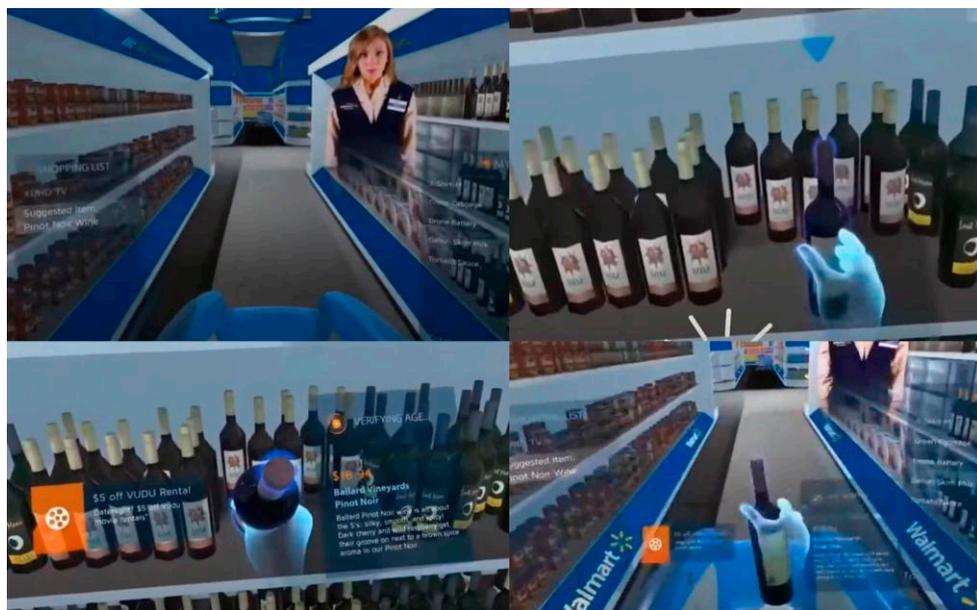
Figura 14: Reunião do Microsoft Teams no *Horizon Workrooms*, plataforma de realidade virtual da Meta – Foto: Divulgação/Meta



Fonte: G1.com, 2022

Outro exemplo que se assemelha à proposta aos tempos pandêmicos é a ideia implementada pela rede de supermercados *Walmart* nos EUA. Durante o primeiro ano de pandemia, que pouco se conhecia a doença, ir ao mercado era extremamente perigoso, regrado e claro, necessário. A *Walmart* através dos óculos de VR criou uma possibilidade no metaverso de simular fazer compras no supermercado (Figura 15), ao qual você está inserido no ambiente digital, possui um vendedor auxiliar, pode selecionar os produtos nas prateleiras, conferir os preços, adicionar ao carrinho e ao fechar a compra, seus produtos são entregues em casa. Neste processo de imersão são adicionados efeitos sonoros, listas de compras e uma série de informações que inclusive, tendo seu cadastro, são conferidas, por exemplo, se a pessoa possui maioridade para comprar bebida alcoólica.

Figura 15: Simulação de compras em mercado através de VR da empresa Walmart



Fonte: Bianchi, 2022.

Apesar de toda essa rede complexa estar sendo desenhada e ocorrer muito investimento e promessas, uma série de especialistas estão igualmente divididos sobre a provável evolução de um metaverso verdadeiramente imersivo e de impacto diário na vida das pessoas, e por

correlação, no binômio casa-cidade. Eles esperam que os aprimoramentos de AR e RM se tornem mais úteis no cotidiano das pessoas e muitos temem que os atuais problemas online possam ser ampliados ao invés de serem resolvidos se forem liderados por aqueles que constroem as plataformas digitais dominantes hoje (ANDERSON E RAINIE, 2022, p. 5).

A *Pew Research Center* e o *Imagining the Internet Center* da *Elon University* realizaram uma pesquisa com 624 inovadores de tecnologia, desenvolvedores, líderes empresariais e políticos, pesquisadores e ativistas, que forneceram respostas abertas a perguntas em busca de suas previsões sobre a trajetória e o impacto do metaverso até 2040. As opiniões foram claramente divididas: 54% contra 46% dos especialistas disseram que esperam que até 2040, o metaverso seja um aspecto muito mais refinado e totalmente imersivo da vida diária de meio bilhão ou mais de pessoas em todo o mundo (ibidem, p. 6). Foram ditas pelos especialistas frases como:

“O mundo real será completamente coberto com dados inteligentes, mídia e informações interativas.” (ibidem, p. 18).

“O metaverso já está configurado para ser um “lugar” altamente polarizado” (ibidem, p. 19).

“É a próxima interação lógica da internet; a longo prazo, pode ser “verdadeiramente alucinante” (ibidem, p. 21).

“Minha incerteza sobre o metaverso não é se teremos “algo” em 2040, mas que caráter ele terá” (ibidem, p. 22).

“O metaverso será projetado para ser viciante e “tornar as pessoas mais suscetíveis à manipulação e menos conscientes da realidade” (ibidem).

“O metaverso pode ser um bom lugar para se visitar, mas a maioria de nós não gostaria (ou não precisaria) morar lá” (ibidem, p. 25).

“Teremos muito meta, mas ainda não muito verso em 2040” (ibidem, p. 27).

“Dois grandes problemas precisam ser resolvidos: criar largura de banda suficiente e proteções de privacidade” (ibidem, p. 28).

“O verdadeiro propósito do metaverso é quantizar e monetizar mais aspectos da vida” (ibidem, p. 28).

Os defensores do metaverso acreditam que sua rápida evolução provavelmente beneficiará todos os aspectos da sociedade: educação, saúde, jogos e entretenimento, arte, vida social e cívica, trabalho, entre outros. Há a crença de que a infusão de mais dados nas experiências das pessoas, o progresso nos sistemas de assistência de inteligência artificial e a criação de espaços e experiências totalmente novos para usuários de tecnologia podem enriquecer e expandir suas vidas. Apesar disso, os entusiastas dessa vertente se atentam às preocupações como ocorre com toda tecnologia digital em relação à saúde, segurança, proteção, privacidade e implicações econômicas desses novos espaços. Aos especialistas contrários, eles alertam que o mundo digital neste nível poderia ampliar dramaticamente todas as características e tendências humanas – tanto as boas quanto as más. As preocupações giram em torno da capacidade daqueles que controlam o sistema com bases biopolíticas de

“[...] redirecionar, restringir ou frustrar a agência humana e sufocar a capacidade das pessoas de se autorrealizarem por meio do exercício do livre arbítrio, e se preocuparam com a futura liberdade dos humanos de expandir suas capacidades nativas” (ibidem, p. 5-6).

Embora o metaverso, a inteligência artificial, as diferentes formas de vigilância e qualquer outra forma de tecnologia biocapitalista e biopolítica participem do mesmo repertório geral de técnicas, cada um destes domínios de atividade tem um rótulo específico e distintivo associado a ele. A busca de instrumentar o corpo, monitorar o seu comportamento e derivar *insights* acionáveis a partir desses sondos possibilita pôr os seres humanos a serviço da lógica determinista, mecanicista, especializada, e cronometrada da máquina artificial. Se os empreendimentos mantivessem certa qualidade dilatada e informal (o que não ocorre pela

massiva tentativa de empurrar produtos), poder-se-ia obter uma sensação mais concreta do que eles envolvem, do que invocam e do que requerem, olhando para as escalas primárias: a do corpo, a da casa, e a do espaço urbano e público em geral (GREENFIELD, 2017, p. 32).

A lógica da vida e do mundo como uma máquina artificial tende a fazer da vida social uma máquina automática e que a inteligência artificial fará crescer ao extremo, ao qual já eliminou porteiros, guardas, funcionários de estações e rodoviárias, caixas de supermercados e entre inúmeros outros. A contrapartida desse desenvolvimento, que ao mesmo tempo cria bem-estar e comodidade (para clientes) e mal-estar (para os trabalhadores), apresentam duas grandes ameaças, a degradação sociológica da qualidade de vida e a degradação ecológica dos ambientes de vida (MORIN, 2020, p. 72-74).

## **CONCLUSÃO**

Pela primeira vez na história humana, um vírus letal aos humanos atingiu rapidamente um mundo movido pela globalização hiperbólica. O Covid-19 trouxe um choque de realidade que fez com que as pessoas entendessem, ou pelo menos se dispusessem a enfrentar o poder e a importância do binômio casa-cidade para o seu cotidiano: estar em casa ou sair de casa; ir à cidade ou ser restringido de ir a ela; a proteção que é fornecida; ou o desejo de não estar ali; espaços de medo; espaços de alívio; entre outros.

Quando instituída a quarentena domiciliar, o distanciamento social, o fechamento das instituições comerciais e institucionais, o uso de máscaras, a higienização constante e a racionalização do sistema de saúde, reforçou-se o mosaico territorial fortemente desigual e injusto do Brasil. As cidades brasileiras se viram despreparadas para lidar com situações emergenciais em termos habitacionais, urbanísticos e de saneamento, atestando políticas públicas ineficientes. O binômio casa-cidade passou à princípio por condutas baseadas no obscurantismo ceticista e inação, fossem elas na modificação material do espaço ou na condução organizacional da vida. Mas desde o início foi possível identificar sinais de que o isolamento e os sentimentos imbuídos ao espaço construído flutuaram de acordo com a realidade social de cada pessoa.

Ao passo que ficou claro o nível de precariedade de inúmeras casas, ou a falta de ter uma casa, demonstrou-se também que a casa não é suficiente para todas as atividades e estados mentais. A presença enclausurada, a presença irregular, a contra-presença e as ambiências embaralhadas refletiram na alta carga psicossomática no espaço doméstico, significando que ou a casa ou não é construída na forma de habitar ou o habitar reflete a essência de cada pessoa que não aprecia sua autoimagem. É possível constatar que as condições necessárias para atender ao morar contemporâneo são complexas e ainda longe de serem alcançadas e esta pesquisa buscou oferecer um panorama de suas atuais formas de interação.

Processos urbanos como a entronização e a interiorização da vida pública reiteram a formação da casa como um *transhabitat*. Quanto mais entronizada a sociedade e mais suscetível a fatos imediatistas, alarma-se que a entronização factual possa vir a ocorrer em menores intervalos de tempo daqui para frente: seja por novas pandemias, por conflitos, toques de recolher, ou casualidades que implicam na restrição de viver a cidade. Todavia, a entronização está condicionada - e isso é um reflexo que a pandemia demonstrou - na possibilidade de migrar variadas funções da vida para o meio digital (trabalho, lazer, interação social, esporte, etc.). É neste sentido que as tecnologias e mídias digitais são influenciadoras da interiorização da vida pública. As pesquisas apresentadas aqui demonstram como aumentou o uso da internet durante a pandemia somada ao fator da frequência de uso dos dispositivos de acesso às redes. A mediação tecnológica no cotidiano humano no intuito de recriar parte da vida de maneira remota reconduz a forma de pensar as esferas de público e privado, em um mundo cada vez mais público, mesmo que seja dentro de casa. Isso afeta também os sentidos de presença e ambiência que hoje são indissociáveis da digitalidade.

A liberdade física restrita pela quarentena ampliou a liberdade digital no processo de reterritorialização enquanto condicionante de hiper-hibridização da vida. Os autores mencionados neste trabalho confirmam que essa propagação digital em curso irá perdurar. A frequência e onipresença digital, que compreendem em um campo eletromagnético que abrange a vida e os fluxos energéticos que dela surgem acrescido ainda à captação e transmissão de dados pessoais em tempo ínfimo na relação *on/offline*, confirmam a hipótese de que as diversas formas de estímulos nesta modalidade de *transhabitat* preenche a ausência e cria presença de maneira direta ou indiretamente ligada aos dispositivos. No *transhabitat*, criam também ambiências embaralhadas que afetam significativamente para pior o sentido proxêmico entre as pessoas no convívio social. A possibilidade de simulação de uma realidade alternativa via a projeção do corpo para o outro através de imagens e *videochats* alarga o conceito de presença condicionalmente virtual e desequilibra a interação social por proximidade. Porém, é impossível ignorar a natureza corpórea e fisiológica do homem, que reforça a dificuldade de se criar a ambiência no meio digital, meio ainda extremamente exaustivo. Apesar disso, o curso natural que vem acontecendo é que das experiências ocorridas durante a pandemia, acelerou-se a demanda de investimento em plataformas digitais aprimoradas ou novas que busquem abrandar as relações de ambiência no ciberespaço.

Todavia, a imersão no meio digital dentro de casa saiu após a quarentena em direção à cidade, deixando marcas no espaço urbano que são reflexos do capitalismo tecnicizado que se infiltrou na vida humana de vez e que, do público ao privado, acrescentou o *status* de *bio* ao capitalismo e a política (biocapitalismo e biopolítica). A vigilância constante e naturalizada através das plataformas digitais, o *e-commerce*, o *delivery*, a uberização, entre outros, reforçam amarras de poder que fogem do Estado e são lideradas por grandes empresas privadas. Este é também o caso do

metaverso em ascensão, que procura unir uma série de tecnologias de imersão e naturalizá-las ao cotidiano humano.

Neste contexto, os arquitetos devem assumir o papel de projetar o binômio casa-cidade atentos às novas perspectivas dessa produção tecnológica, pois além dos dispositivos e a gama de possibilidades que eles oferecem, a realidade é perpassada por novos processos arquitetônicos e urbanos (ou antigos processos urbanos irrompidos através de crises), que criam amarras mercadológicas de produção do binômio. Não é necessariamente se desvencilhar dessas amarras cada vez mais fortes, mas saber lidar e contornar questões que entram na realidade do projetista, que lida com o meio físico da casa e da cidade e deverão a partir de agora, aprender a lidar com o lado hiper-híbrido dessa relação binomial - e talvez até projetar o lado virtual dessa dicotomia.

Pensar o lado físico da casa e da cidade, nos âmbitos da experiência e da percepção, é e continua sendo o papel da arquitetura e urbanismo porque existe a demanda de atuação profissional na produção de paisagem urbana e arquitetônica, que é concreta - e que conforma os territórios-existenciais. Todavia, cada vez mais os profissionais terão de acompanhar um ritmo de projeto e construção mais tecnológicos e que atenda uma sociedade também mais tecnológica e hiper-híbrida.

A pandemia ressaltou o impacto que o binômio casa-cidade tem em relação ao controle ou disseminação de um vírus. Não só isso, mas como ela condiciona a relação do ser com o mundo, o corpo que transita o território e a forma do ser pensante. Apesar da fisicalidade, se um possível metaverso está sendo construído, caberiam aos arquitetos projetarem também esse mundo virtual? Acredita-se que sim, pois como no mundo físico, também compete pensar as relações do ser humano com um possível território-existencial-virtual. Apesar disso, dever-se-ia a partir de agora incluir na formação dos futuros arquitetos disciplinas que

capacitem para tal. As respostas da arquitetura podem ser encontradas em uma formação de base que adote esse mundo virtual como forma de projeto sempre em concordância e congruência com os valores primais da arquitetura em suas dimensões simbólicas, cognitivas e comportamentais. Não apenas conhecimento sobre os mecanismos, dispositivos, plataformas, meios e entre outros de projetar, mas também se tornam importantes a programação e a leitura dos dados disponíveis: dados que hoje são reflexos das pessoas (abstraídas cada vez mais em números e informações).

Falar sobre dados e principalmente os que afetam, por exemplo, o planejamento das cidades, dever-se-ia ser disponibilizado pelo menos aos principais órgãos relacionados a esse planejamento. As grandes empresas detentoras dessas informações possuem-nos atualizados cotidianamente e em tempo real, que muitas das vezes fogem do compasso de um levantamento feito por instituições públicas e gratuitas. Pensando nas cidades (físicas ou possivelmente, virtuais), poder-se-ia inclusive ser uma forma de cobrança estatal implantada e regulamentada por lei, redobrando também o poder do Estado em minerar dados e reproduzi-los em forma de qualidade urbana.

A dificuldade seria em como tornar esses dados disponíveis e acessíveis sem deslizar no âmbito da privacidade, para que eles também não caiam em mãos erradas, que pelo lado da segurança pessoal já cai hoje em uma série de golpes e *fakenews*. Todavia, de acordo que se desenvolvem novas tecnologias e sistemas, novas formas de segurança são criadas (na introdução foi falado sobre os antivírus que eram baixados nos computadores, acionados para fazer varreduras e eliminar os vírus, mas hoje isso é automático e já vem instalado nas configurações dos computadores e *smartphones*). A curva que se vem fazendo é justamente que esses dados e algoritmos caem em uma economia psíquica e afetiva e não no intuito de contribuir para o aprimoramento da casa e da cidade.

Vale ressaltar que nem tudo pode ser resumido a dados, avaliar a presença e a ambiência, por exemplo, também vem da fisiologia humana, da observação física do outro, do contato e da conversa. A mente do ser humano é muito mais complexa e amplamente desconhecida em sua totalidade. Muito se fala de inteligência artificial sem nem tanto conhecer a inteligência humana, apesar dela já ser uma realidade difundida.

Autores mencionados neste trabalho confirmam que a inteligência artificial permitirá desenhar um mundo virtual que alarga a consciência humana no sentido que a fisicalidade não permite, configurando inclusive a possibilidade de metaverso. O mundo virtual consegue acompanhar o tempo da sociedade contemporânea rápida, hipermoderna, hipernarcisista e hiperglobalizada, pois ele é centrado na produção veloz dos espaços que o mundo físico não apresenta (o meio físico requer processo, construção, demanda de força bruta humana e etc). Essa consciência alargada que o metaverso propõe, que pode inclusive apresentar um lado lúdico, também oferece segurança sanitária (retratos da pandemia), mas em contramão apresentam casos de insegurança de dados pessoais e problemas cognitivos (cansaço, fadiga, ansiedade, entre outros).

A promessa do metaverso ainda é muito pautada na lógica de mercado e direcionada para pessoas com alto poder aquisitivo. A pandemia demonstrou a necessidade de readaptar uma vida por meio das telas, mas também demonstrou o quão cansativo e quanto condiciona outros problemas de saúde. Os dispositivos e a programação do metaverso serão refinados e desenvolvidos, mas serem abarcados no cotidiano humano ainda estará longe de acontecer porque apesar da curiosidade, a adesão desse meio é controversa. Concorde-se com Anderson e Rainie (2022, p. 8) que, além disso, as preocupações públicas sobre o impacto do capitalismo de vigilância e abuso por regimes autoritários retardarão ou interromperão a adoção. Diversos problemas podem piorar ou surgir com

o desenvolvimento do metaverso como, reduções na autonomia e na capacidade das pessoas de controlar suas vidas, agravamento das divisões digitais; discriminação amplificada; novas formas de assédio, intimidação e ódio, especialmente em torno da violência e exploração sexual, mais caminhos para desinformação (especialmente ligada a falsificações inteligentes), níveis mais profundos de vício em atividades do metaverso, novas ameaças aos dados pessoais dos usuários, e variados outros.

Pesquisas futuras podem adentrar mais especificamente sobre os questionamentos, mas por agora, é necessária a atenção sobre os processos urbanos e arquitetônicos em andamento, que impactarão nas formulações do binômio casa-cidade do futuro e nas condutas sociopolítico-econômicas aplicadas a ele. Pensa-se em trabalhar sobre uma hipótese de que a hipertrofia dos espaços públicos e espaços privados sob a codependência da vida humana aos dispositivos imagéticos digitais, conduzem a um novo pensamento de produção arquitetônica e urbana. Já foi exposto sobre a *transhabitação*, mas talvez seja o caso de hoje, pensar em uma possível *transcidade*. As casas têm se fechado para si há muitos anos: casas cada vez mais muradas e muros altos, sem conhecer seus vizinhos, com espaços cada vez menores para abarcar entre uma jornada de trabalho e outra, reflexos do processo de entronização que já vem decorrendo da vida. Mas recuperar o sentido de privacidade que era comumente atrelada a casa, hoje, é muito difícil porque grande parte das populações já está conectada pelas tramas digitais. Agora, projetar cidade é uma tarefa muito complexa, de tanto que são séculos de estudos e projetos que transitam diferentes momentos de cada tipo de sociedade em formação e transformação. Se a demanda na contemporaneidade for abarcar a hiper-hibridização no binômio casa-cidade, que inclusive leva a crer na visão futurista de trânsito aéreo, ao arquiteto caberá se reformular mais uma vez ao seu tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. *Home office* foi adotado por 46% das empresas durante a pandemia. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/home-office-foi-adotado-por-46-das-empresas-durante-pandemia>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

\_\_\_\_\_. Trabalho remoto foi mais recorrente para quem tinha curso superior. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-10/trabalho-remoto-foi-mais-recorrente-para-quem-tinha-curso-superior>. Acesso em 25 de outubro de 2022.

\_\_\_\_\_. Covid-19 aumenta busca por imóveis com quintal e varanda. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/covid-19-aumenta-busca-por-imoveis-com-quintal-ou-varanda>. Acesso em 28 de outubro de 22

AGÊNCIA SENADO. Senado vai avaliar criação do Estatuto da População em Situação de Rua. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/01/senado-vai-avaliar-criacao-do-estatuto-da-populacao-em-situacao-de-rua#:~:text=%22Com%20a%20pandemia%20da%20covid,cidade%20nos%20%C3%BAltimos%20dois%20anos>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

AL.ES.GOV.BR. Coronavírus e como higienizar a casa. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2020/04/39081/coronavirus-e-como-higienizar-a-casa.html>. Acesso em 25 de outubro de 2022.

ANDERSON, Janna; RAINIE, Lee. *The metaverse in 2040*. Pew Research Center, 2022.

ANDRADE, Daniel Paulo Silva de, ROSARIO; Rui Alexandre Ramos Duarte; e FERNANDES, Ramon Bezerra. **Arquitetura Emergencial**. Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente, v. 6, n. 2, p. 128-140, 2021.

ARENAS, Daniel Luccas et al. **Work From Home or Bring Home the Work? Burnout and Procrastination in Brazilian Workers During the COVID-19 Pandemic**. Journal of Occupational and Environmental Medicine, v. 64, n. 5, p. e333-e339, 2022. doi: 10.1097/JOM.0000000000002526

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 1958.

ATHIÉ, Katherine Santo. **Cidades Inteligentes, Planejamento e Gestão: esforços da cidade de Vitória (ES) para uma transformação digital**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo. 2020.

BADIOU, Alain. **Sobre la situación epidémica**. La sopa de Wuhan, p. 67-78, 2020.

BALAGUER, Adriana. **Entrevista com Adrián Gorelik: "Las ciudades tienen una dinámica cultural que no es reemplazable"**. La Nación, 12 de septiembre de 2020. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/opinion/biografiaadrian-gorelik-las-ciudades-tienen-una-dinamica-cultural-que-no-es-reemplazable-nid2446362/#:~:text=%22Las%20ciudades%20tienen%20una%20din%C3%A1mica%20cultural%20que%20no%20es%20reemplazable%22>. Acesso em 07 de dezembro de 2022.

BARBOSA, Paulo Eduardo. **Presença: casa, cidade, pandemia**. Revista ARA, v. 10, n. 10, p. 13-31, 2021.

BARRIO, Manuel; REY, Eddy; GARCÍA, Francisco. **Redes sociales y jóvenes en la era algorítmica**. Telos, v. 107, p. 62-70, 2017.

BAUER, Ruben; DA MUDANÇA, Gestão. **Caos e complexidade nas organizações**. Revista de Administração Pública, v. 32, n. 5, p. 69-80, 1998.

BEIGUELMAN, Giselle. **Admirável mundo cívico**. Cultura em Fluxo (novas mediações em rede). Belo Horizonte: Ed. PUCMinas, p. 264-282, 2004.

\_\_\_\_\_. **Coronavida: pandemia, cidade e cultura urbana**. São Paulo: E Cidade, 2020.

BESTETTI, Maria Luisa Trindade. **Ambiência: espaço físico e comportamento**. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 17, p. 601-610, 2014.

BEZERRA, Catarina Fernandes Macêdo et al. **Violência contra as mulheres na pandemia do COVID-19: Um estudo sobre casos durante o período de quarentena no Brasil/Violence against women during the COVID-19 pandemic: A study of cases during the quarantine period in Brazil**. ID on line Revista de Psicologia, v. 14, n. 51, p. 475-485, 2020.

BIANCHI, André. **Compras no Metaverso Walmart - Experiência de Compra no Metaverso: o que é, como é?**. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QXopT-jqtmU>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

BOUFLEUR, Rodrigo Naumann. **Fundamentos da Gambiarra: a improvisação utilitária contemporânea e seu contexto socioeconômico**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRAUN, Daniela. **Meta anuncia novos óculos de realidade virtual e traz Microsoft ao metaverso**. Valor — São Paulo, 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/internacional-e-commodities/noticia/2022/10/11/meta-anuncia-novos-oculos-de-realidade-virtual-e-traz-microsoft-ao-metaverso.ghtml>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

BRUNO, Fernanda Glória; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. **Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento.** Revista Famecos, v. 26, n. 3, p. e33095-e33095, 2019.

BUTANTAN. **Como surgem as variantes da Covid-19: entenda a diferença entre linhagens, sublinhagens e recombinantes.** Publicado em 11 de abril de 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgem-as-variantes-da-covid-19-entenda-a-diferenca-entre-linhagens-sublinhagens-e-recombinantes>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Quais são as diferenças entre as vacinas contra Covid-19 que estão sendo aplicadas no Brasil?** 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/quais-sao-as-diferencas-entre-as-vacinas-contracovid-19-que-estao-sendo-aplicadas-no-brasil>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat et al. **Consequências do adeus negado às vítimas da Covid-19.** Revista Transformar, v. 14, n. 2, p. 283-305, 2020.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** Editora Companhia das Letras, 1990.

CAMARGO, M. M. S. **Transhabitat: imagens generativas de um habitar atópico.** V!RUS, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: [http://www.nomads.usp.br/virus/\\_virus19/?sec=4&item=11&lang=pt](http://www.nomads.usp.br/virus/_virus19/?sec=4&item=11&lang=pt). Acesso em 18 de outubro de 2022.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. **Voyeurismo digital: representação e (re) produção imagética do outro no ciberespaço.** Devires imagéticos, p. 154, 2009.

CARVALHO, Antonio Pedro Alves. **Desastres naturais, arquitetura para emergências e Covid-19 em Salvador, BA.** Revista da Arquitetura: cidade e habitação, v. 1, n. 1, 2021.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura. **Território usado, pandemias e ações (socialmente) consequentes.** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais. Volume v. 9, 2020 (101-124). Recife, 2020.

CETIC - Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação. **Resumo Executivo - Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2020.** 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/resumo-executivo-pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2020/>. Acesso em: 09 de dezembro de 2021.

\_\_\_\_\_. **Acesso às tecnologias de informação e comunicação no domicílio - TIC Domicílios 2021.** Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2021/domicilios/>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

CHARLES, Sébastien, LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos.** São Paulo: Barcarolla, 2004.

CORREIA, Daniele et al. **Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19: garantia de uma proteção social?.** JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750, v. 12, p. 1-9, 2020. DOI <https://doi.org/10.14295/jmphc.v12.1023>.

CNN. **Procura por imóveis com varanda cresceu 128% na quarentena.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/procura-por-imoveis-com-varanda-cresceu-128-na-quarentena/>. Acesso em 28 de outubro de 2022.

CUSTÓDIO, Adriana Ferreira; BENITO, Linconl Agudo Oliveira. **Registros de casos acumulados e novos de variantes de preocupação do COVID-19, Brasil, 2021-2022: Ômicron, Gamma e Delta.** Revista de Divulgação Científica Sena Aires, v. 11, n. 4, p. 548-564, 2022.

DAMASCENO, Alex Ferreira. **Fenomenologia do videochat: imaginação audiovisual e relacionamento intersubjetivo.** 2016.

DATA.AI. **Daily Time on Mobile Passes 5 Hours in Q1 2022 Among Top 10 Mobile-First Markets.** Disponível em: <https://www.data.ai/en/insights/market-data/q1-2022-market-pulse-regional/>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

DEFOE, Daniel. **Um diário do Ano da Peste.** Daniel Defoe; tradução, prefácio e notas de Eduardo Serrano San Martin. Porto Alegre: Arte e Ofícios, 2014. 3ª ed. 288. 2014.

DELEUZE, G. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle (1990).** Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G e GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 4, Rio de Janeiro. Editora 34. 1997a.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 5, Rio de Janeiro. Editora 34. 1997b.

DE SOTO, Pablo. **Aérea do comum vs. a violência da cidade neoliberal.** Tecnopolíticas do comum: arte, política e democracia. 2015.

DIAS, Juliana Michaello Macêdo et al. **CORPOS-URBANOS "INFECTADOS".** PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 6, n. 22, p. 206-223, 2022.

DI FELICE, M. **Paisagens Pós-urbanas: o Fim da Experiência Urbana e as Formas Comunicativas do Habitar.** São Paulo: Annablume, 2009.

DOURADO, Simone Pereira da Costa. **A pandemia de COVID-19 e a conversão de idosos em “grupo de risco”**. Cadernos De Campo (São Paulo-1991), v. 29, n. supl, p. 153-162, 2020.

DUARTE, Fábio. **Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura**. Editora Perspectiva, 2002.

DUARTE, Cristiane Rose. **Ambiência: por uma ciência do olhar sensível no espaço**. Jean-Paul Thibaud: Ambiances en partages. A la croisee, 2011.

DUBBERLY, Hugh; PANGARO, Paul. **Introduction to Cybernetics and the Design of Systems**. 2010.

DUDA, Dafne Leslie Mergulhão et al. **A dependência entre o modelo de negócios das ghost kitchens e a logística dos aplicativos de entrega**. XI FATECLOG - os desafios da logística real no universo virtual. 2020.

ESTEVES, Pedro José. **Coronavírus**. Revista de Ciência Elementar, v. 8, n. 3, 2020.

FARO, Andrea; CASTRO, Renata De; SILVA, Nayane. **Avaliação de estratégias bioclimáticas aplicadas em habitação de interesse social pós pandemia**. Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente, v. 7, n. 2, p. 161-176, 2022.

FIOCRUZ. **Big Data: Covid-19**. Fundação Oswaldo Cruz, 2020. Disponível em: <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br>. Acesso em 05 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Observatório Covid-19**. Fundação Oswaldo Cruz, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>. Acesso em 05 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Carta Aberta de 10 de setembro de 2020.** Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://bigdata-covid19.iciet.fiocruz.br/>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica nº16.** Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://bigdata-covid19.iciet.fiocruz.br/>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica nº18.** Fundação Oswaldo Cruz, 2021. Disponível em: <https://bigdata-covid19.iciet.fiocruz.br/>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica nº23.** Fundação Oswaldo Cruz, 2021. Disponível em: <https://bigdata-covid19.iciet.fiocruz.br/>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica nº24.** Fundação Oswaldo Cruz, 2021. Disponível em: <https://bigdata-covid19.iciet.fiocruz.br/>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletins Infogripe - semana 10/2022.** Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletins Infogripe - semana 11/2022.** Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletins Infogripe - semana 12/2022.** Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletins Infogripe - semana 13/2022.** Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletins Infogripe - semana 14/2022.** Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletins Infogripe - semana 15/2022.** Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletins Infogripe - semana 16/2022.** Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletins Infogripe - semana 17/2022.** Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletins Infogripe - semana 46/2022.** Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Boletins Infogripe - semana 47/2022.** Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

FIORI, Isabela Maria; SCHMID, Aloísio Leoni. **Espaços emocionais: Atmosfera e percepção espacial na arquitetura.** Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, v. 20, n. 2, p. 121-132, 2020.

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma. **Pandemia nas favelas: entre carências e potências.** Saúde em Debate, v. 44, p. 267-280,

2021.FRAMPTON, Kenneth. Uma leitura de Heidegger. Uma nova Agenda para a Arquitetura: Antologia teórica, v. 1995, p. 474-480.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia.** São Paulo: Hucitec, 1985.

\_\_\_\_\_. **Fenomenologia do brasileiro: em busca de um novo homem.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

\_\_\_\_\_. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação.** São Paulo: Cosac Naify, 2007.

\_\_\_\_\_. **O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade.** Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2012.

FORTES, Talita Sganzerla; GAMBARATO, Vivian Toledo. **A Importância do Comércio Eletrônico Durante a Pandemia de COVID-19.** *Tekhne e Logos*, v. 12, n. 2, p. 10-19, 2021.

FRAGOSO, Suely. **Espaço, Ciberespaço, Hiperespaço.** *Textos de Comunicação e Cultura*, n. 42. 2000.

FREITAS, Carlos Machado de et al. **Boletim Observatório Fiocruz COVID-19: Boletim especial: balanço de dois anos da pandemia Covid-19: janeiro de 2020 a janeiro de 2022.** 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documentos-produzidos-pelo-observatorio-covid-19>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

FUÃO, Fernando Freitas. **SOBRE DOMESTICAÇÃO A cidade pestilenta e o panóptico.** *Revista Estética e Semiótica, Brasília*, v. 9, n. 2, p. 26-57, 2019.

G1.COM. **Meta, dona do Facebook, lança óculos de realidade virtual; confira as novidades.** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/10/11/meta-dona-do->

facebook-lanca-novo-oculos-de-realidade-virtual-confira-as-novidades.ghtml. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

GIBSON, W. **Neuromancer**. London: Harper-Collins, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antonio Carlos Gil. – 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

GÓES, Geraldo Sandoval; MARTINS, Felipe dos Santos; NASCIMENTO, José Antonio Sena. **O trabalho remoto e a pandemia: o que a PNAD Covid-19 nos mostrou**. Carta Conjunt.(Inst. Pesqui. Econ. Apl.), p. 1-16, 2021.

GONÇALVES, Carlos P. **As Quatro Fases da Cibernética e a Ciência da Tomada de Decisão**. V. 1, 2013.

GREENFIELD, Adam. **Radical technologies: The design of everyday life**. Verso Books, 2017.

GUATARRI, F. e ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes. 1996

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Contraponto Editora, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização econômica – Do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder**. Herder Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. **Sociedade do cansaço**. Tradução: Enio Paulo Giachini, 2ª edição ampliada – Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes Limitada, 2017.

\_\_\_\_\_. **A emergência viral e o mundo de amanhã**. O país , v. 22, n. 3, 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **Produção Capitalista do Espaço**, a. Annablume, 2001.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Zahar, 2001.

HOMETEKA.COM. **Exemplo de *genkan* japonês**. Disponível em: <https://www.hometeka.com.br/f5/descubra-porque-os-japoneses-tiram-os-sapatos-para-entrar-em-casa/>. Acessado em: 28 de outubro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acesso em 07 de novembro de 2022.

IMÓVELWEB. **Busca por imóveis com varanda cresce 128% em junho de 2020**. Disponível em: <https://www.imovelweb.com.br/noticias/imovelweb-index/imprensa/busca-por-imoveis-com-varanda/>. Acessado em 28 de outubro de 2022.

INSTITUTO PÓLIS. **Quem são as pessoas mais afetadas pela pandemia? 2020**. Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/quem-sao-as-pessoas-mais-afetadas-pela-pandemia/>. Acesso em 09 de novembro de 2022.

JÚNIOR, France. **Delivery transformou tendência em necessidade e continua em crescimento**. Jornal da Universidade de São Paulo. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/delivery-transformou-tendencia-em-necessidade-e-continua-em-crescimento/>. Acesso em 11 de outubro de 2022.

KAMPA, Max Alan; KAMPA, Erick Renan. **O levante das empenas: lampejos em tempos de pandemia.** Em Tese, v. 18, n. 1, p. 23-41, 2021.

LA ROCCA, Fabio. **Territórios híbridos: conectividade e experiências comunicativas tecnometropolitanas.** Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 23, n. 3, 2016.

LEMMA, A. **A psicanálise em tempos de tecnocultura: algumas reflexões sobre o destino do corpo no espaço virtual.** Revista Brasileira de Psicanálise, 49(1), 67-84. 2015.

LEMOS, André. **Mídia locativa e territórios informacionais.** In: SANTAELLA, Lucia; ARANTES, Priscila (org.). Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir. São Paulo: Educ, 2008. p. 207- 230.

LEMOS, Ana Heloísa da Costa; BARBOSA, Alane de Oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. **Mulheres em *home office* durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família.** Revista de Administração de Empresas, v. 60, p. 388-399, 2021.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?.** São Paulo: Ed. 34, 1996

LINDÓN, Alicia. **La casa bunker y la deconstrucción de la ciudad.** Liminar. Estudios sociales y humanísticos, v. 4, n. 2, p. 18-35, 2006.

LUCAS, Lílian Schwanz et al. **Impactos da pandemia de Covid-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: Orientações do departamento de psiquiatria da infância e adolescência da Associação Brasileira de Psiquiatria.** Debates em Psiquiatria, v. 10, n. 2, p. 74-77, 2020.

MACEDO, Arthur Justiniano. **A pandemia da Covid-19, e o ambiente de descontaminação nas unidades habitacionais brasileiras.** Revista Políticas Públicas & Cidades-ISSN, v. 2359, p. 1552. 2021.

MAEDA, Tatti. **O lado “não romantico” do *home office* – em tempo de pandemia, como lidar?**. 2020. Disponível em: <https://tattimaeda.com.br/o-lado-nao-romantico-do-home-office-em-tempo-de-pandemia-como-lidar/>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

MALTA, Deborah Carvalho et al. **A pandemia da Covid-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal**. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, 2020.

MAMEDE, Walner. **Quarentena da COVID-19 no Brasil: necessidade ou política do excesso contra o desconhecido? Uma crítica ao plano brasileiro de contingência, frente às orientações do relatório do Imperial College Team**. *Revista Sustinere*, v. 8, n. 1, p. 274-299, 2020.

MANRIQUE, Patricia. **Hospitalidad e inmunidad virtuosa**. *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*, p. 145-161, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MARCÚS, Juliana et al. **Cambios en los usos y valoraciones de los espacios públicos y privados en la Región Metropolitana de Buenos Aires: la vida cotidiana en tiempos de aislamiento obligatorio por Covid-19**. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2020.

MARKUS, Gabriel. **El virus, el sistema letal y algunas pistas para después de la pandemia**. *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*, p. 129-134, 2020.

MATOS, Fabiana dos Anjos Barreto; ENÉAS, Iago de Oliveira. **A pandemia Covid-19 nas favelas brasileiras: as estratégias de sobrevivência adotadas pela população à luz do direito autoconstruído**. *Revista Jurídica da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)*, n. 3, 2021.

MENEZES, Patricia Nicola. **Territórios periféricos: como que a miséria do corpo pobre se apropria do cotidiano na cidade do rio de janeiro em tempos de pandemia de coronavírus?**. MOITARÁ-Revista do Serviço Social da UNIGRANRIO, v. 1, n. 6, p. 1-17, 2021.

MESQUITA et al. **Planejamento e Ordenamento Territorial Urbano no cenário Pós-Pandemia da Covid-19: Previsões e Considerações**. 9º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (Pluris 2021 Digital) - Pequenas cidades, grandes desafios, múltiplas oportunidades. 2021.

MIGUEIS, Graciela da Silva et al. **Condições de trabalho autorreferida por profissionais de saúde durante a pandemia da Covid-19: Revisão integrativa**. Research, Society and Development, v. 10, n. 6, p. e49310615867-e49310615867, 2021.

MOREIRA, Lisandra Espíndula et al. **Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra**. Psicologia & Sociedade, v. 32, 2020.

MOREIRA, Jacqueline et al. **Pandemia, corpo, virtualidades: reflexões psicanalíticas**. Estilos da Clínica, v. 26, n. 2, p. 192-203, 2021.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad.: Maria D.Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 2a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os desafios da complexidade**. Morin E, organizador. A religação dos saberes. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 559-67, 2001.

\_\_\_\_\_. **É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus**. Editora Bertrand Brasil, 2020.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

MYSTAKIDIS, Stylianos. **Metaverse**. Encyclopedia, v. 2, n. 1, p. 486-497, 2022.

NEGRI, Antonio. **Biocapitalismo**. Editora Iluminuras Ltda, 2015.

NEGRO, Adrián Eduardo. **La fantasía “smart” para las ciudades pospandemia: una análisis materialista del discurso ideológico sobre la buenos aires por venir**. Avatares de la Comunicación y la Cultura, n. 22, 2021.

NETO, Rodrigo Ribeiro Alves. **Alienações do mundo: uma interpretação da obra de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro, Edições Loyola: 2009, p. 177.

NOGUEIRA, José Vagner Delmiro; DA SILVA, Carolina Maria. **Conhecendo a origem do Sars-CoV-2 (COVID-19)**. Revista Saúde e Meio Ambiente, v. 11, n. 2, p. 115-124, 2020.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **O pensamento de Heidegger sobre arquitetura**. Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia Teórica, v. 1995, 1965.

\_\_\_\_\_. **O fenômeno do lugar**. Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia Teórica, v. 1995, 1965.

NOVAK, Marcos. **Trasmitting Architecture: The Transphysical Space**. International Symposium on Eletronic Art: Proceedings. 6. ed., Montréal; pp. 219-225. 1995.

NÚÑEZ, César Carbullanca. **O Homem e sua entronização**. Estudo de algumas tradições apocalípticas. Estudos de religião, v. 23, não. 36, pág. 153-178, 2009.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; SANTOS, Andreia Mendes dos. **Análise das percepções de jovens da cidade de Porto Alegre sobre a pandemia da Covid-19**. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 6, n. 16, p. 28-37, 2021.

OLIVEIRA MOREIRA, Jacqueline de; RODRIGUES, Bianca Ferreira; PEREIRA, Marcelo Ricardo. **Pandemia, corpo, virtualidades: reflexões psicanalíticas**. Estilos da Clínica, v. 26, n. 2, p. 192-203, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE et al. **Overview of public health and social measures in the context of Covid-19: interim guidance**, 18 May 2020. World Health Organization, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/Covid19/historico-da-pandemia-Covid-19>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

PALLASMAA, Juhani. **Tocando el mundo: Espacio vivencial, visión y hapticidad**. Tradução: Rodrigo García Alvarado. Arquitecturas del Sur, p. 80-93, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Artmed Editora, 2009.

PANGARO, Paul. **"Getting Started" Guide to Cybernetics**, 2013. Disponível em: <https://pangaro.com/definition-cybernetics.html>. Acesso em 21 de novembro de 2022.

PAULA, Hermes Candido de et al. **Sem isolamento: etnografia de pessoas em situação de rua na pandemia de COVID-19**. Revista Brasileira de Enfermagem, v.73, 2020.

PEDROTTI, Nayara Pires; JUNIOR, Valter Luis Caldana. **Pandemia: Transformações na arquitetura e urbanismo**. I Seminário Nacional-Urbanismo, Tempo e Espaço, v. 1, n. 1, 2020.

PEPER, Erik et al. **Avoid Zoom fatigue, be present and learn**. *NeuroRegulation*, v. 8, n. 1, p. 47-47, 2021.

PERES, Ana Cláudia et al. **Favelas contra o vírus: como as periferias vêm lidando com a pandemia de covid-19, em meio aos problemas cotidianos e diante da ausência de ações governamentais.** 2020.

PFLUEGER, Grete Soares. **Reflexões sobre a Extensão e a Cidade na Pandemia.** REVISTA PRÁTICAS EM EXTENSÃO, v. 4, n. 1, p. 52-55, 2020.

PRECIADO, Paul B. **Aprendiendo del virus.** Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias, p. 163-185, 2020.

PRIBERAM. **"Entronização"**. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/entroniza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 03 de outubro de 2022a.

\_\_\_\_\_. **"Entro"**. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/entro>. Acesso em: 03 de outubro de 2022b.

\_\_\_\_\_. **"Hiper-"** in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/hiper->. Acesso em 18 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. **"Lumpesinato"** in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/lumpesinato>. Acesso em 13 de dezembro de 2022.

RADOFF, Jon. **The Metaverse Value-Chain.** Published in Building the Metaverse, 2021. Disponível em: <https://medium.com/building-the-metaverse/the-metaverse-value-chain-afcf9e09e3a7>. Acesso em: 04 de janeiro de 2023.

RIO ON WATCH. **Soluções que Vêm das Favelas: Como Moradores Estão Agindo e Cobrando Diante da Pandemia.** Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=45925>. Acesso em 10 de novembro de 2022

RÍOS, P. Chapter 5: **Team Syntegrity.** In: **Design and diagnosis for sustainable organizations.** Berlin, Heidelberg: Springer, pp.201-216. 2011.

ROCHA, Bruno Massara. **Complexidade e improvisação em arquitetura.** 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Territórios: modos de entendê-los e agenciá-los nas metápolis.** *ClimaCom Cultura Científica* - pesquisa, jornalismo e arte I Ano 3 - N. 6. 2016.

ROCHA, Bruno M.; VENANCIO, Leonardo V. 388. **Prototipagem Digital Paramétrica orientada ao Design Emergencial - o caso do desastre ambiental MG/ES.** 2017.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores.** Sulina, 2013.

SALES, Erinaldo. **MÁSCARAS.** Revista Estética e Semiótica, v. 12, n. 1, 2022. DOI: 10.18830/issn2238-362X.v12.n1.2022.07

SANTAELLA, L. **Humanos hiper-híbridos: linguagens e cultura na segunda era da internet.** São Paulo: Paulus, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** Edusp, 2012.

SANTOS, Márcia Pereira. **Covas coletivas e o esquecimento por apagamento de rastros: a covid 19 e o direito a memória.** Departamento Editorial: Instituto de História e Ciências Sociais UFCAT. Maio, 2021.

SANTOS, Raíla de Souza et al. **Gestão de um serviço ambulatorial universitário: a enfermagem no enfrentamento da pandemia de Covid-19.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 74, 2021.

SATHLER, Douglas; LEIVA, Guilherme. **A cidade importa: urbanização, análise regional e segregação urbana em tempos de pandemia de Covid-19.** Revista Brasileira de Estudos de População, v. 39, 2022. DOI <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0205>.

SBVC, Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo. **Radiografia do shopper brasileiro: loja, e-Commerce e metaverso.** Agosto de 2022. Disponível em: <https://sbvc.com.br/pesquisas-e-estudos/>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

\_\_\_\_\_. **4º Estudo de Transformação Digital no Varejo Brasileiro.** Março de 2022. Disponível em: <https://sbvc.com.br/pesquisas-e-estudos/>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

SCHMID, Aloísio Leoni; SCHNEIDER, Gabriel Zem. **Experiência do usuário no espaço de transição. Possibilidades de projeto em Curitiba PR.** Arqtextos, São Paulo, ano 23, n. 268.06, Vitruvius, set. 2022 Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/23.268/8603>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

SCHMITT, Josephine B.; BREUER, Johannes; WULF, Tim. **From cognitive overload to digital detox: Psychological implications of telework during the COVID-19 pandemic.** Computers in human behavior, v. 124, p. 106899, 2021.

SILVEIRA, Suzana Maria Loureiro; ROSSI, Renan Alarcon; VUONO, Gabriel Dib Daud de. **Pandemia:(mesmos) modos de morar e trabalhar.** Revista Políticas Públicas & Cidades-ISSN, v. 2359, p. 1552. 2020.

SOARES, Bonnet F; BERG, Labouriau R. **From Potential to Practice: Preliminary Findings on the Numbers of Workers Working from Home**

**During the COVID-19 Pandemic.** Geneva, Switzerland: International Labour Organization; 2021, p. 16.

SOUZA, B. M.; KÓS, J. R. **O habitar na pandemia da Covid-19: a transição para lugares virtuais.** VIRUS, São Carlos, n. 21, Semestre 2, dezembro, 2020. [online]. Disponível em: [http://www.nomads.usp.br/virus/\\_virus21/?sec=4&item=13&lang=pt](http://www.nomads.usp.br/virus/_virus21/?sec=4&item=13&lang=pt). Acesso em 18 de outubro de 2022.

SOUZA e SILVA, Adriana (2006). **Do ciber ao híbrido: Tecnologias móveis como interfaces de espaços híbridos.** Em Imagem (lr) realidade. Comunicação e cibernética, Denize Correa Araújo (ed.). Porto Alegre: Sulinas, 21-51.

STANLEY, B. Liahna et al. **Collective Emotion During Collective Trauma: A Metaphor Analysis of the Covid-19 Pandemic.** Qualitative Health Research, p. 10497323211011589, 2021.

STASI, Mariah Guimarães Di. **Cibernética em ação: arquitetura vista através dos ecossistemas.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019.

THOMPSON, John B. **Fronteiras cambiantes da vida pública e privada.** Matrizes, v. 4, n. 1, p. 11-36, 2010.

TOLVA, John. **Ut pictura hyperpoesis: Spatial form, visibility, and the digital word.** In: Proceedings of the the seventh ACM conference on Hypertext. 1996. p. 66-73.

VALADARES, Alberto Guerra; TEODORO, Pacelli Henrique Martins. **Territórios ampliados: entre o ciber e o espaço.** Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 26, n. 49, p. e154021-e154021, 2019.

VELOSO, Maísa. **Arquitetura e enfrentamento de pandemias no século XXI**. Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente, v. 5, n. 3, p. 203-205, 2020.

VENANCIO, Leonardo Valbão; ROCHA, Bruno Massara;. **Ambiência e Território em Projetos Emergenciais: Os casos de Mariana e Brumadinho**. In: **VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. 2021.

VIEIRA, Manuela do corral; GALVÃO, Vitória Melo. **Celular, pandemia e conexões à luz da comunicação e da cultura material**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 19, n. 35, 2020.

VIZIOLI, Simone Helena Tanoue; TIBERTI, Mateus Segnini; BOTASSO, Gabriel Braulio. **Diálogos entre Arquitetura e Fenomenologia: do Moderno ao Pós-Moderno**. Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente, v. 6, n. 3, p. 39-50, 2021.

WATSON, Marlene F. et al. **Covid-19 interconnectedness: Health inequity, the climate crisis, and collective trauma**. Family process, v. 59, n. 3, p. 832-846, 2020.

YAÑEZ, Gustavo. **Fragilidad y tiranía (humana) en tiempos de pandemia**. Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias, p. 139-144, 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. **Coronavirus es un golpe al capitalismo al estilo de 'Kill Bill' y podría conducir a la reinvencción del comunismo**. Sopa de Wuhan. p. 21-28, 2020.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
BRUNO MASSARA ROCHA - SIAPE 1568021  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/CAr  
Em 27/04/2023 às 11:01

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/699767?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
MARCELA ALVES DE ALMEIDA - SIAPE 2632446  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR  
Em 03/05/2023 às 12:01

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/703006?tipoArquivo=O>